

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DSV

1º SEMESTRE DE 2014

DSV - DRADR

29 de agosto de 2014

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DSV

1º SEMESTRE DE 2014

ÍNDICE

A – SANIDADE ANIMAL.....	3
1 – BRUCELOSE BOVINA	4
2 – TUBERCULOSE BOVINA	6
3 – DOENÇA DE AUJESZKY	9
4 – LEUCOSE BOVINA ENZOÓTICA	11
5 – BRUCELOSE DOS PEQUENOS RUMINANTES	11
6 – ENCEFALOPATIA ESPONGIFORME BOVINA	12
7 – PLANO GLOBAL DE SANIDADE ANIMAL	14
8 – PLANO DE VIGILÂNCIA DA GRIPE AVIÁRIA	19
9 – PROGRAMAS NACIONAIS DE CONTROLO DE SALMONELAS	20
10 – PROGRAMA SANITÁRIO APÍCOLA REGIONAL	24
B – PROTEÇÃO ANIMAL.....	ERRO!
MARCADOR NÃO DEFINIDO.	
1 – TRANSPORTE DE ANIMAIS.....	25
1.1 – TRANSPORTE MARÍTIMO PARA FORA DA REGIÃO	25
1.2 – TRANSPORTE MARÍTIMO INTER-ILHAS	28
1.3 – TRANSPORTE RODOVIÁRIO	30
2 – BEM-ESTAR NAS EXPLORAÇÕES.....	32
3 – BEM-ESTAR NO ABATE OU OCISÃO.....	33
C – LICENCIAMENTO E REGISTO	34
1 – LICENCIAMENTO DE EXPLORAÇÕES BOVINAS.....	34
D – MELHORAMENTO ANIMAL	35
1 – CONTRASTE LEITEIRO	35
2 – LIVROS GENEALÓGICOS	44
2.1 – RAÇA CHAROLESA	44
2.2 – RAÇA LIMOUSINE	44
2.3 – RAÇA BOVINA ABERDEEN-ANGUS.....	46
3 – PROGRAMA DE INCENTIVO AOS BOVINOS CRUZADOS	47
4 – GADO BRAVO	47
4.1 – RAÇA BRAVA DE LIDE	47
4.2 – REGISTO ZOOTÉCNICO DA POPULAÇÃO BOVINA BRAVA DOS AÇORES	48
5 – INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL (IA)	50
5.1 – SUBCENTROS DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL	50
5.2 – COMPILAÇÃO DAS IA DA REGIÃO 1.º SEMESTRE 2014.....	50
E – PLANO DE CONTROLO DE CÃES	51
F - OUTRAS ACÇÕES.....	53
G – SAÚDE PÚBLICA VETERINÁRIA	53
1 – CONTROLO DOS ESTABELECIMENTOS	54

2 – PCOSEVAA.....	54
3 – INSPEÇÃO SANITÁRIA	59
3.1 – INSPEÇÃO SANITÁRIA DE PESCADO.....	60
3.2 – INSPEÇÃO SANITÁRIA - MATADOUROS.....	62
4 - CONTROLO OFICIAL DA PRESENÇA DE LARVAS DE TRIQUINELLA SPP.....	67
5 - LICENCIAMENTO DE FABRICO E VENDA DE ALIMENTOS MEDICAMENTOSOS E MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS FARMACOLÓGICOS E IMUNOLÓGICOS	69
6 - TRÂNSITO INTERNACIONAL	70
7 – SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL (SPOA) - APLICAÇÃO DAS REGRAS SANITÁRIAS RELATIVAS AOS SPOA NÃO DESTINADOS A CONSUMO HUMANO	74
6.1 – ESTABELECIMENTOS APROVADOS PARA TRATAMENTO DE SUBPRODUTOS	74
8 – ALIMENTAÇÃO ANIMAL – POCAA	75
9 – PLANO NACIONAL DE PESQUISA DE RESÍDUOS – PNPR	75
10 – PLANO NACIONAL DE CONTROLO OFICIAL NA PRODUÇÃO DE LEITE CRU – PCOL76	
10.1 – BALANÇO CCS MGCCS E MGCMT NA RAA	76
10.2 – EXECUÇÃO NA RAA.....	77
10.3 – CONTROLO DE MATÉRIA PRIMA – RESÍDUOS DE INIBIDORES NO LEITE CRU.....	78
11 – PLANO DE CONTROLO OFICIAL A NAVIOS DE PESCA – PCON	79
H - SETOR JURÍDICO DA DSV.....	80
I – AUDITORIAS.....	87
J – REUNIÕES, AÇÕES DE FORMAÇÃO E VISITAS	87

A – SANIDADE ANIMAL

- ❖ **Planos Oficiais de Erradicação – para obtenção do estatuto de “Oficialmente Indemne”**
 - Brucelose Bovina nas ilhas de S. Miguel, Terceira e S. Jorge;
 - Tuberculose Bovina na Região Autónoma dos Açores;
 - Doença de Aujeszky em Suínos.
- ❖ **Planos Oficiais de Vigilância e Controlo – para manutenção do estatuto de “Oficialmente Indemne”**
 - Brucelose Bovina nas ilhas de St.^a Maria, Graciosa, Pico, Faial, Flores e Corvo;
 - Leucose Bovina Enzoótica na Região Autónoma dos Açores
 - Brucelose dos Pequenos Ruminantes na Região Autónoma dos Açores.
- ❖ **Outros Planos Sanitários em execução na Região**
 - Plano de Vigilância e Monitorização das Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis;
 - Plano Global de Sanidade Animal na Região Autónoma dos Açores;
 - Plano de Vigilância da Gripe Aviária;
 - Programas Nacionais de Controlo de Salmonelas em Reprodutoras, Poedeiras e Frangos;
 - Programa Sanitário Apícola da Região Autónoma dos Açores.

Uma Unidade Epidemiológica é definida como uma ou mais explorações agrupadas numa determinada área geográfica, com o mesmo tipo de manejo e contato físico frequente, sendo por isso tratadas como um único efetivo do ponto de vista epidemiológico.

Desde o ano de 2013, que a Região Autónoma dos Açores se propôs a trabalhar por Unidades Epidemiológicas (UE) em vez de explorações, tendo em conta o elevado número de explorações conjuntas verificado em algumas ilhas, o que se traduzia num número de explorações existentes no SNIRA superior à realidade do terreno. Este trabalho permitiu assim reduzir o número de efetivos bovinos em cada um dos Programas e aproximar mais os números da realidade do campo.

Para que tal fosse possível, criou-se no PISA.NET uma ferramenta que permite agrupar explorações em UE, assumindo esta a classificação sanitária da exploração com a classificação mais baixa.

De 7 a 11 de Abril de 2014, decorreu nas ilhas de S. Miguel e Terceira, uma auditoria da DGAV aos Planos de Erradicação da Brucelose e Tuberculose Bovinas e aos Planos de Monitorização da Leucose Bovina e Brucelose dos Pequenos Ruminantes cujo relatório final foi entretanto divulgado a todas as ilhas.

1 – BRUCELOSE BOVINA

No primeiro semestre de 2014 foram diagnosticados 35 animais positivos correspondentes a 18 unidades epidemiológicas. Com execução de um animal da ilha de Santa Maria que após retestagem negativou, todos os outros pertenciam à ilha de S. Miguel. Estes dados equivalem a uma prevalência da doença em UE de 0,75% e em animais de 0,06%.

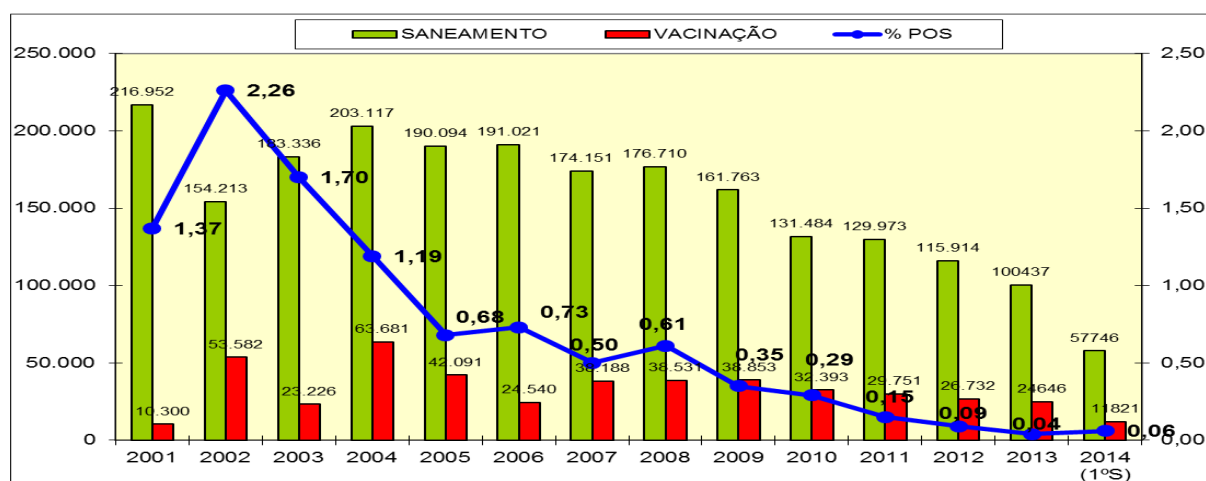
Das 17 UE positivas na ilha de S. Miguel, 16 foram novas positivas, traduzindo-se uma incidência em UE de 0,70% na região.

Dos 20 animais abatidos por Brucelose até ao final de Junho, 16 foram sujeitos a testes microbiológicos. Das 39 amostras analisadas, apenas numa se isolou *Brucella abortus*.

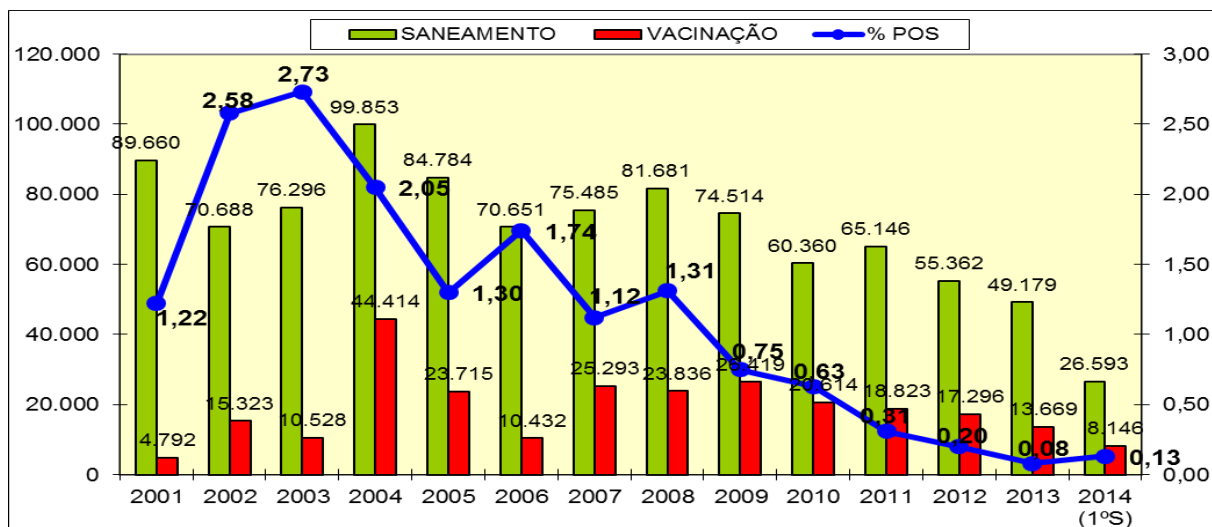
A ilha Terceira mantém-se sem animais infetados desde Setembro de 2006 e a ilha de S. Jorge desde Fevereiro de 2009.

No que respeita à vacinação, a ilha de S. Jorge (em animais e UE) e a ilha Terceira (apenas em UE) não atingiram os 50% de taxa de cobertura esperada para o primeiro semestre do ano.

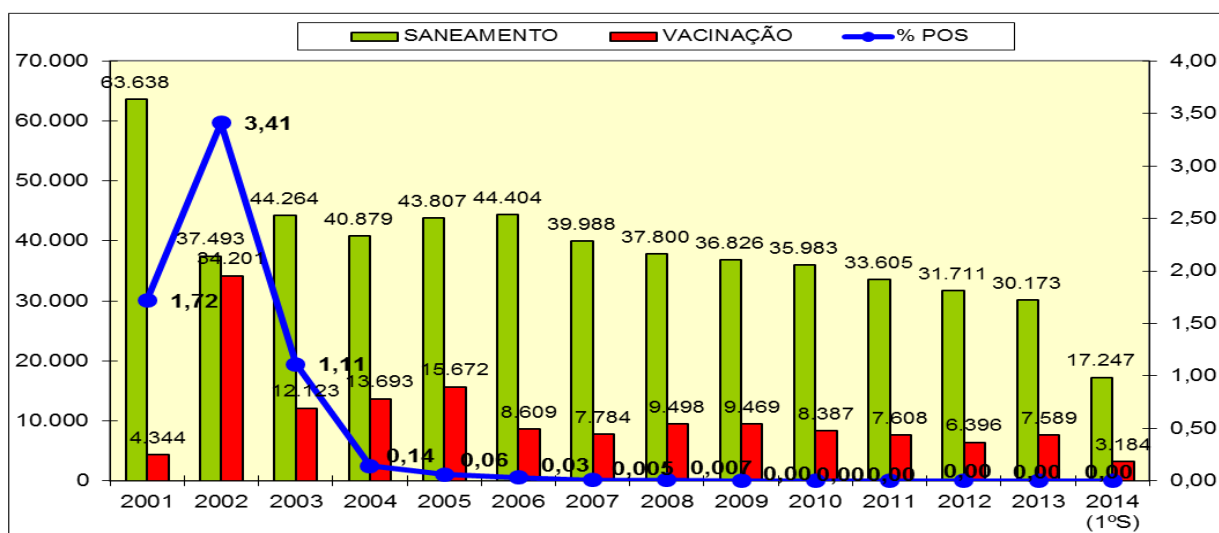
BB – COLHEITAS DE SANGUE E VACINAÇÃO VERSUS PREVALÊNCIA ANIMAL – RAA



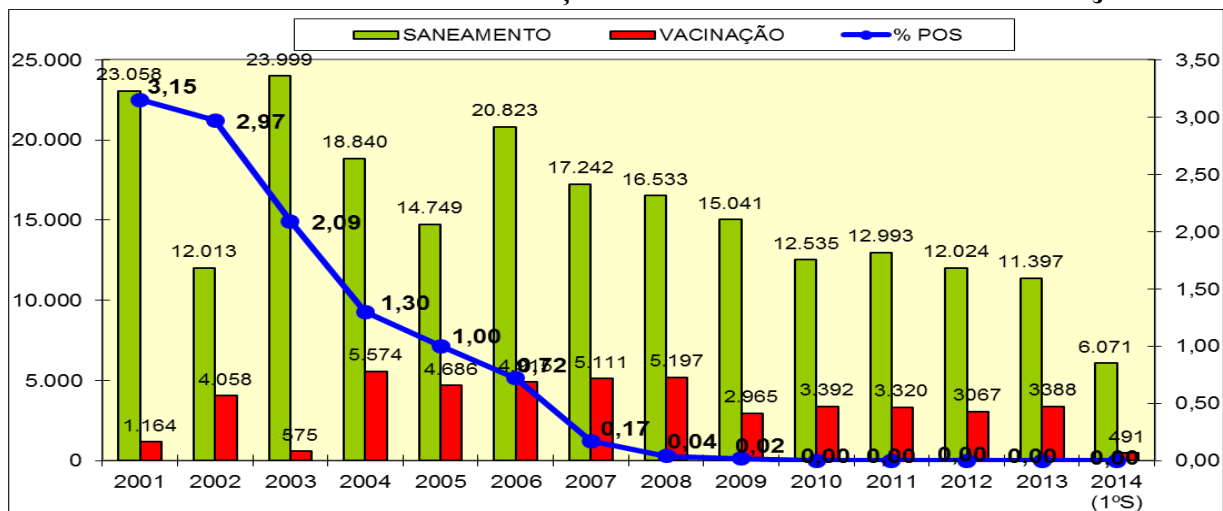
BB - COLHEITAS DE SANGUE E VACINAÇÃO VERSUS PREVALÊNCIA ANIMAL – S. MIGUEL



BB - COLHEITAS DE SANGUE E VACINAÇÃO VERSUS PREVALÊNCIA ANIMAL – TERCEIRA



BB - COLHEITAS DE SANGUE E VACINAÇÃO VERSUS PREVALÊNCIA ANIMAL – S. JORGE



A realização das provas ELISA no leite continua a ter grande relevância no plano regional, tendo sido realizadas 4.810 provas na totalidade do semestre, com 102 resultados positivos.

Fazendo-se uma análise da percentagem de cobertura em animais e UE, considerando a amostragem coletiva no leite, no primeiro caso verificamos que o saneamento correspondeu ao esperado em todas as ilhas. No que respeita a UE, se tivermos em conta as provas no leite, as taxas de execução encontrar-se-iam acima do esperado. No entanto, a Comissão Europeia não considera os leites para a amostragem em UE, pelo que as ilhas de S. Miguel e Terceira terão de fazer um esforço para cumprir este parâmetro até ao final do ano.

Foram ainda analisados 13 fetos abortados, todos negativos, nomeadamente:

FETOS BOVINOS ANALISADOS PARA ISOLAMENTO DE *BRUCELLA*

Ilhas	Nº de Fetos		Nº de Amostras	
	Analisados	Positivos	Analisadas	Positivas
St.ª Maria	0	0	0	0
S. Miguel	2	0	8	0
Terceira	5	0	27	0
Graciosa	0	0	0	0
S. Jorge	5	0	19	0
Pico	0	0	0	0
Faial	1	0	4	0
Flores e Corvo	0	0	0	0
TOTAL	13	0	58	0

2 – TUBERCULOSE BOVINA

O atual Plano de Erradicação da Tuberculose Bovina na Região Autónoma dos Açores teve início em Janeiro de 2004. Da totalidade das provas efetuadas até então, bem como nos 20 anos precedentes, surgiu pela primeira vez um animal positivo no ano de 2007, sendo de imediato ativadas todas as medidas oficialmente estipuladas.

A partir do ano de 2011, tendo em conta todo o trabalho efetuado em anos anteriores, de acordo com o determinado no nº 2 do ponto I do Anexo A da Diretiva nº 64/432/CEE, de 26 de Junho, alterada pela Diretiva nº 98/49, de 24 de Junho, o Plano de Erradicação da Tuberculose Bovina o Plano tem vindo a ser estabelecido objetivos, ilha a ilha:

1º Objetivo - No conjunto de dois anos (1º e 2º anos do Plano), têm de ser efetuadas duas provas de intradermotuberculinização comparada (IDC) a todos os animais com idade superior a 6 semanas, para efeitos de classificação de efetivos.

2º Objetivo - No caso das percentagens anuais de efetivos confirmados como infetados não ser superior a 0,1%, a frequência dos testes pode ser reduzida da seguinte forma:

- a) Nos dois anos seguintes (3º e 4º anos do Plano) – uma prova de IDC a 33,33% dos animais com idade superior a 24 meses;
- b) Nos três anos posteriores (5º ao 7º ano do Plano) – uma prova de IDC a 25,00% dos animais com idade superior a 24 meses.

3º Objetivo – Candidatura ao estatuto de “Ilha Oficialmente Indemne de Tuberculose Bovina” (7º ano do Plano).

Santa Maria, Flores e Corvo atingiram o 1º objetivo em 2011 e Graciosa e Pico em 2012. Assim, o Plano para 2013 consistiu no seguinte:

- St.^a Maria, Flores e Corvo - uma prova de IDC a 33,33% dos animais com mais de 24 meses (4º ano);
- Graciosa e Pico - uma prova de IDC a 33,33% dos animais com mais de 24 meses (3º ano);
- S. Miguel, Terceira, S. Jorge e Faial – duas provas de IDC a todos os animais com mais de 6 semanas (considerando o trabalho efetuado em 2012).

Dada a dificuldade em recursos humanos para o cumprimento do Plano de Erradicação da Tuberculose Bovina na ilha de S.Miguel, à semelhança do que já acontecia na ilha do Pico, foi estabelecido um protocolo de colaboração a Associação Agrícola de S. Miguel e com a Associação de Jovens Agricultores Micaelenses para a execução das provas de IDC, libertando assim recursos ao SDA para outros Planos. O trabalho destas associações iniciou-se no mês de Outubro de 2013, com resultados muito positivos para a Região e em particular para a ilha de S. Miguel.

Em 2014, o Plano consiste assim no seguinte:

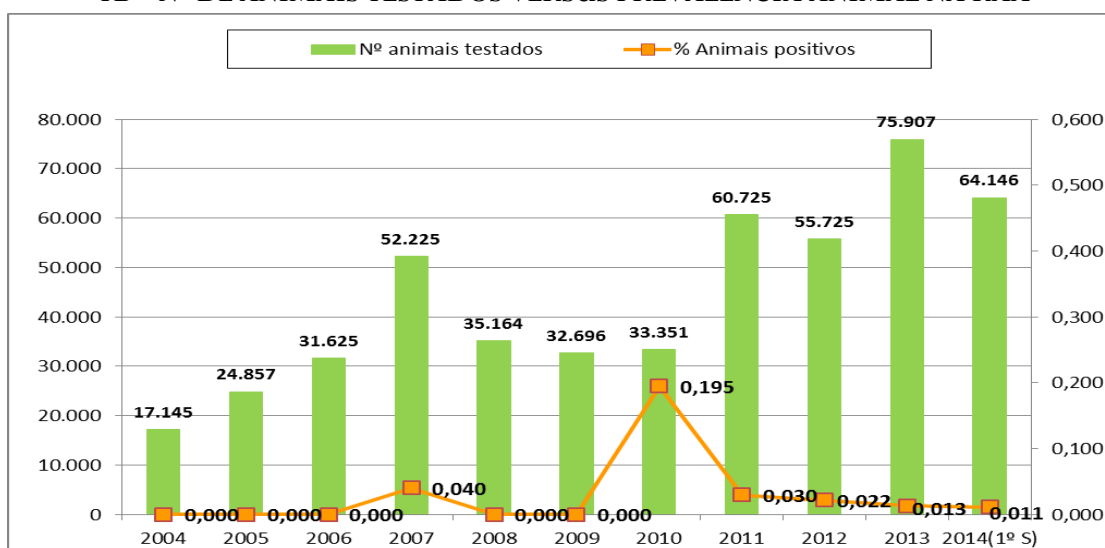
- St.^a Maria, Flores e Corvo - uma prova de IDC a 25,00% dos animais com idade superior a 24 meses - alínea b) do 2º objetivo do Plano (5º ano);
- Graciosa e Pico – uma prova a 33,33% dos animais com idade superior a 24 meses - alínea a) do 2º objetivo do Plano (4º ano);

- Faial - uma prova a 33,33% dos animais com idade superior a 24 meses - alínea a) do 2º objetivo do Plano (3º ano);
- S. Miguel, Terceira e S. Jorge - duas provas de IDC a todos os animais com mais de 6 semanas – 1º objectivo do Plano (considerando o trabalho efetuado em 2013).

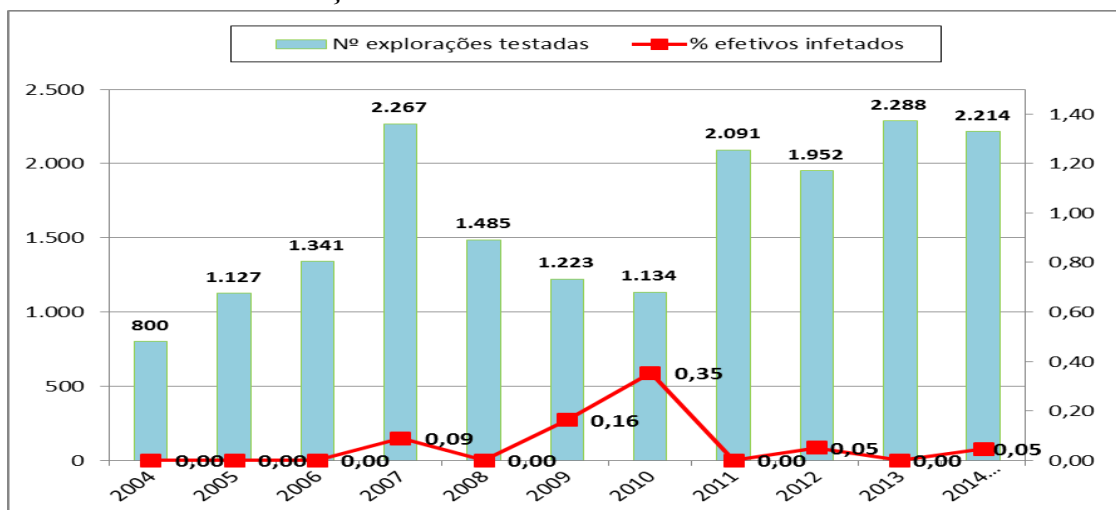
No primeiro semestre do ano, as taxas de execução deste plano foram muito positivas, com uma percentagem de cobertura na região de 42% em UE e 47,5% em animais. As ilhas de St.^a Maria, Faial, Flores e Corvo ultrapassaram o previsto para a primeira metade do ano. Importa agora fazer um esforço maior nas restantes ilhas, especialmente nas ilhas de S. Jorge e Pico.

Até à data foram diagnosticados 7 animais positivos à IDC na ilha de S. Miguel, com isolamento de *Mycobacterium bovis* em apenas um animal. Houve ainda um animal suspeito em matadouro, mas não confirmado.

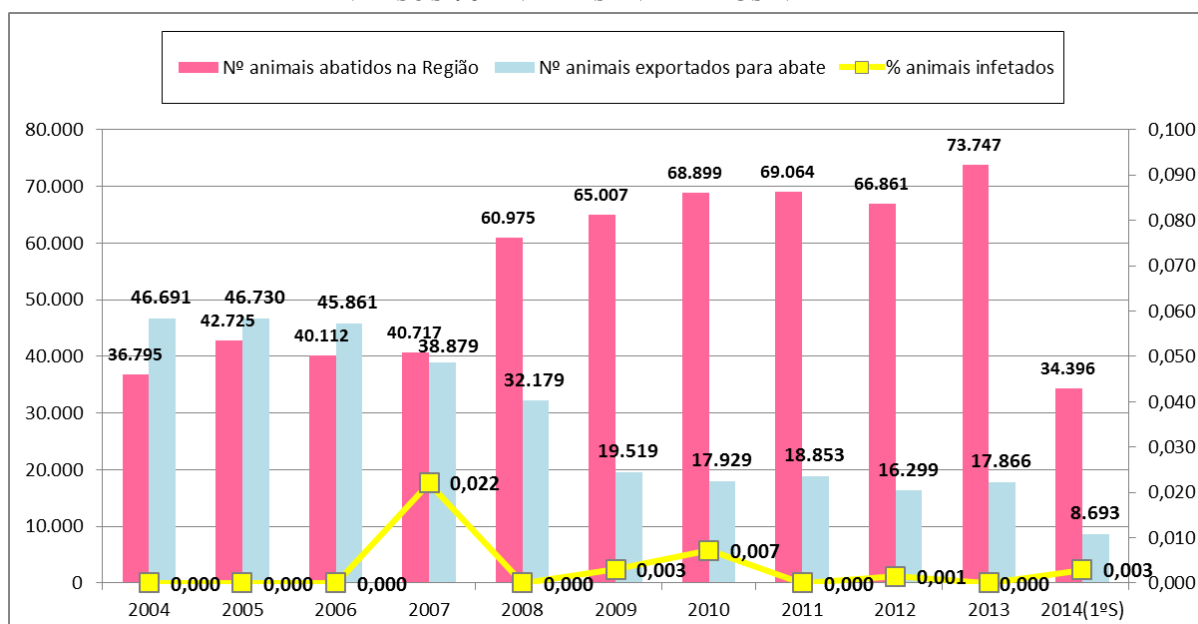
TB - N° DE ANIMAIS TESTADOS VERSUS PREVALÊNCIA ANIMAL NA RAA



TB - N° DE EXPLORAÇÕES TESTADAS VERSUS % EFETIVOS INFETADOS NA RAA



**TB – Nº DE ANIMAIS ABATIDOS NA REGIÃO E EXPORTADOS PARA ABATE
VERSUS % ANIMAIS INFETADOS NA RAA**



3 – DOENÇA DE AUJESZKY

O Plano Nacional de Erradicação da Doença de Aujeszky (PCEDA) é considerado um projeto estratégico para o País e para a produção suinícola nacional na medida em que, do êxito do mesmo, depende a internacionalização do setor. Atualmente existem cerca de 92% de efetivos com estatuto desconhecido (A1), urge acelerar e aclarar procedimentos a fim de conhecermos a realidade portuguesa para assim podermos caminhar com sucesso para a erradicação desta doença.

O plano baseia-se numa avaliação epidemiológica de todas as explorações suinícolas, baseada em controlos serológicos por amostragem dos efetivos (Tabelas de Amostragem) e consequente classificação epidemiológica e sanitária dos efetivos. Neste processo colaboram os Laboratórios Autorizados para o efeito.

Encontra-se publicado um Manual de Procedimentos de suporte à execução uniforme no terreno do PCEDA. Toda a informação está disponível no Portal <http://www.dgv.min-agricultura.pt>.

Em Relação ao Plano de Controlo e Erradicação da Doença de Aujeszky na região irá realizar-se ainda este ano uma reunião com a presença da coordenadora nacional e os diversos responsáveis pelo programa.

EXPLORAÇÕES INDUSTRIAIS COM EFETIVO SUPERIOR A 100 ANIMAIS

ILHAS	NOME DA EXPLORAÇÃO	ESTATUTO SANITÁRIO DO EFECTIVO					EFECTIVO EXISTENTE			Nº DE ANIMAIS SUJEITOS A CONTROLO SOROLÓGICO	Nº DE ANIMAIS ANALISADOS					Nº DE ANIMAIS VACINADOS			
		Desc.	Pos.	Ind.	Of.Ind.	Em sanea/	Repr.	Eng.	Total		Reprodutoras	RESULTADOS				Total	Repr.	Eng.	Total
												Pos.	Neg.	Duv.	Prej.				
A	B	C	D	E	F	G	H	I		K	L	M	N	O		Q	R	S=Q+R	
S. MIGUEL	Agraçor								0	7	0	7	0	0	7	0	0	0	
	José Luís Teixeira Nunes								0							0	0	0	
	Dias e Torres Lda								0								1.195	1.195	
	Gilberto Jacinto dos Santos								0								0	0	
	Humberto Silva								0		0	91	0	0	91	0	5.300	5.300	
	Maria Joana de Medeiros								0							0	0	0	
	Paulo Alberto Moniz Teves								0							0	0	0	
	Paulo Ricardo Silva								0							0	0	0	
	Suinoçor								0							290	2.070	2.360	
	SUB-TOTAL						0	0	0	7	0	98	0	0	98	290	8.565	8.855	
TERCEIRA	Aníbal Toste e António Simões								0	0						200	500	700	
	Francisco Venturinha Costa								0	0						500	3.800	4.300	
	João Machado Garcia								0	0						0	0	0	
	Soc. Agro-Pecuária da Terceira								0	0						0	0	0	
	SUB-TOTAL						0	0	0	0						700	4.300	5.000	
PICO	Suinipico															0	0	0	
TOTAL							0	0	0	7	0	98	0	0	98	990	12.865	13.855	

EXPLORAÇÕES NÃO INDUSTRIAIS

RELAÇÃO ENTRE AMOSTRAS ENVIADAS AO LRV E AMOSTRAS POR ENVIAR

*Além destes soros da ilha de S. Jorge, foram enviados mais 4, no entanto foram prejudicados.

Todas as amostras foram negativas na pesquisa de anticorpos anti gE do vírus da Doença de Aujeszky.

Em Relação ao Plano de Controlo e Erradicação da Doença de Aujeszky na região irá realizar-se ainda este ano uma reunião com a presença da coordenadora nacional e os diversos responsáveis pelo programa.

1º Semestre 2014	Total Soros Amostrados PCEDA	Amostras Enviadas ao LRV	Amostras por Enviar
Santa Maria	22	0	22
S. Miguel	407	98	309
Terceira	262	9	253
Graciosa	139	56	83
Pico	57	0	57
S. Jorge	322	837*	0
Faial	412	149	263
Flores e Corvo	306	94	212
Total	1927	1243	1199

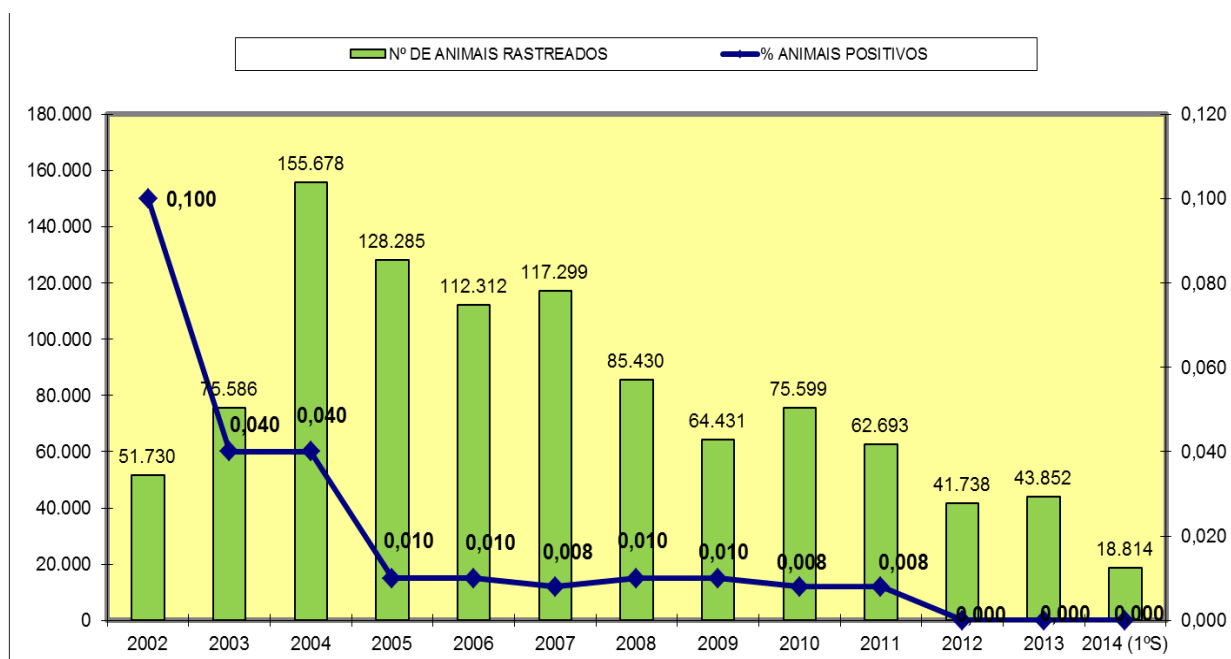
4 – LEUCOSE BOVINA ENZOÓTICA

A Região Autónoma dos Açores foi declarada “Região Oficialmente Indemne de Leucose Bovina Enzoótica” através da Decisão da Comissão nº 2010/188/EU, de 29 de Março. Assim, desde essa data, cada uma das ilhas apenas tem de sanear anualmente 20% das explorações e animais com idade superior a 24 meses.

Até ao final de Junho, percentagem de execução na região foi de 81% em UE e 65% em animais, com todos os resultados negativos. No entanto, a ilha Terceira apresentou apenas uma execução de cerca de 10%.

Foram também efetuadas 1.493 provas de ELISA no leite, com 5 resultados positivos.

LB - Nº DE ANIMAIS TESTADOS VERSUS PREVALÊNCIA ANIMAL NA RAA



5 – BRUCELOSE DOS PEQUENOS RUMINANTES

A Região Autónoma dos Açores foi declarada “Região Oficialmente Indemne de Brucelose dos Pequenos Ruminantes” no ano de 2003, através da Decisão da Comissão nº 2003/44/CE, de 17 de Janeiro. Desde então, cada ilha tem de sanear anualmente apenas 10% do seu efetivo.

No final do mês de Junho, a cobertura em explorações e animais no conjunto das nove ilhas já ultrapassava os 100% previstos para a totalidade do ano.

Até ao final do 1º semestre de 2014 foram diagnosticados 2 animais positivos na ilha de S. Miguel, apresentando-se um deles já abatido e negativo à bacteriologia e outro abatido a 3 de Setembro..

6 – ENCEFALOPATIA ESPONGIFORME BOVINA

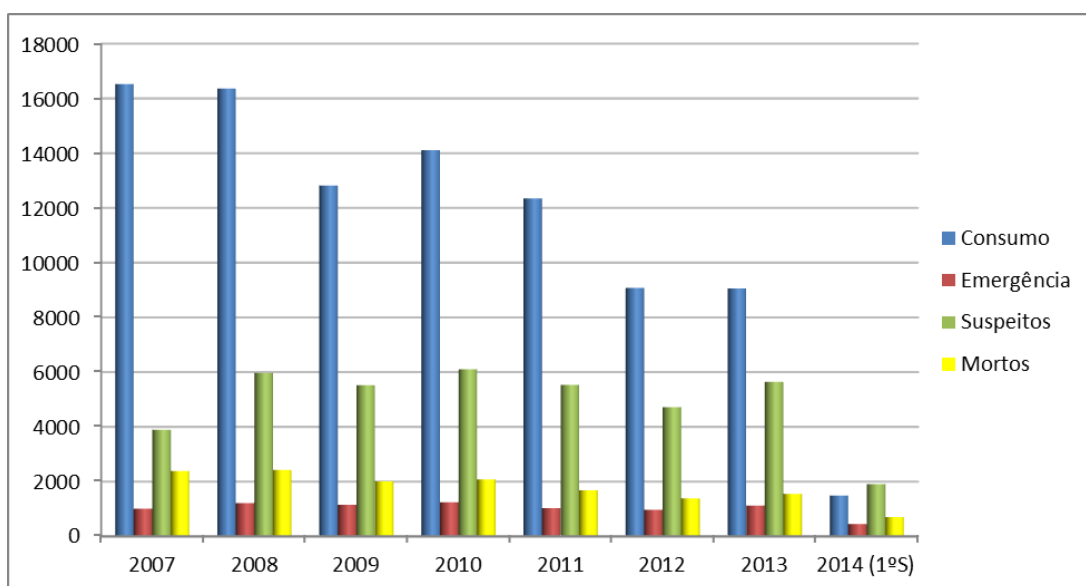
No ano de 2008, Portugal foi classificado pela OIE como “País de Risco Controlado de EEB”, onde se incluiu a Região Autónoma dos Açores, apesar do último animal positivo da Região ter sido diagnosticado no ano de 2006. Desde essa data, todas os 165.305 análises efetuadas apresentado resultado negativo.

Desde 2002, todas as 20.647 análises efetuadas aos cérebros de animais mortos na exploração foram negativas.

De Janeiro a Junho de 2014 foram analisados 4.541 troncos cerebrais de bovinos, todos com resultados negativos. Destes, 1.488 correspondem a animais abatidos para consumo com idade superior a 72 meses e 3.053 a animais analisados no âmbito do Plano de Monitorização da EEB com idade superior a 48 meses, dividindo-se respetivamente em:

- 451 de abates de emergência;
- 1.903 de abates de animais suspeitos de doença no exame *ante-mortem* que não EEB;
- 699 de animais mortos na exploração.

EEB – N° DE TRONCOS CEREBRAIS DE BOVINOS ANALISADOS NA RAA

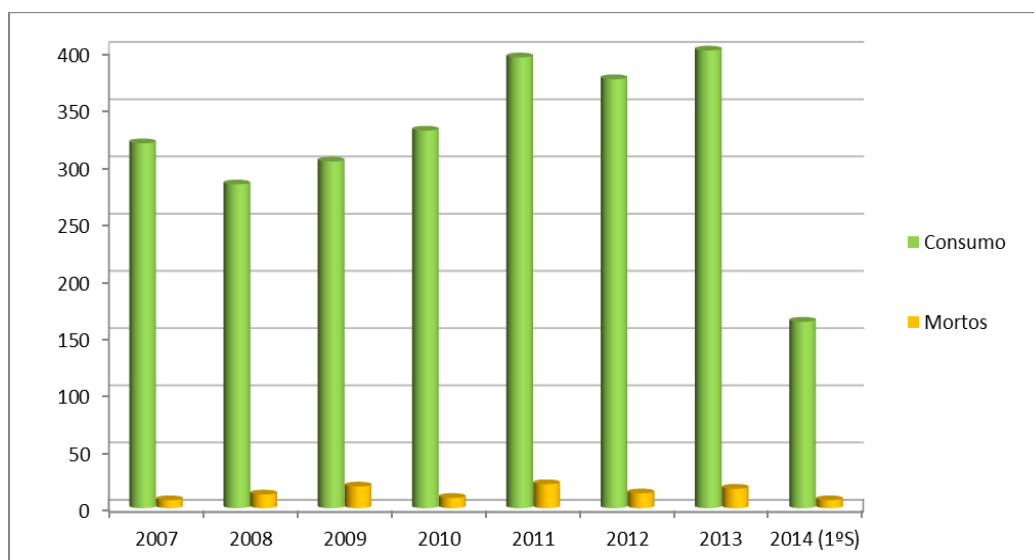


Desde 28 de Fevereiro de 2014, conforme oficiado junto dos SDA's, LRV e IAMA, deixaram de se testar para despiste de EEB, todos os bovinos sujeitos a abate normal para consumo com origem na Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Filândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa e Suécia.

Relativamente aos pequenos ruminantes, no 1º semestre foram analisados 170 troncos cerebrais de animais com idade superior a 18 meses, também todos com resultados negativos.

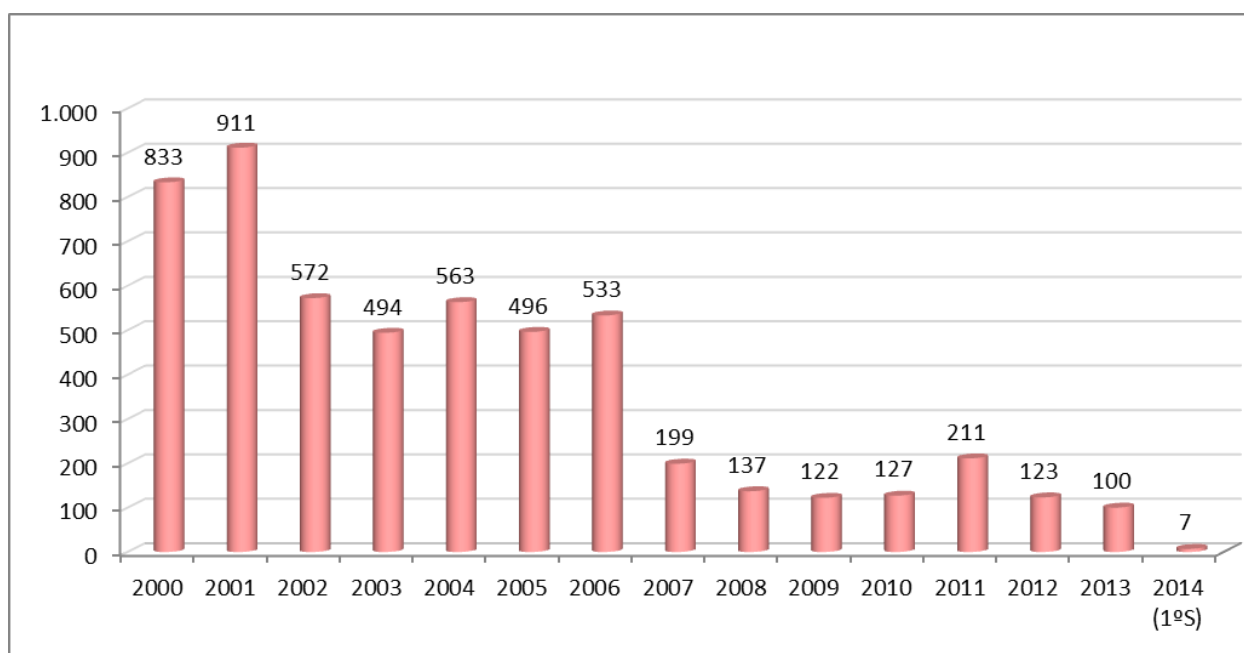
Dos animais analisados, 163 correspondem a abates para consumo e 7 a animais mortos na exploração.

EET - Nº DE TRONCOS CEREBRAIS DE PEQUENOS RUMINANTES ANALISADOS NA RAA



Como medida complementar ao Plano da EEB, são efetuadas pesquisas de constituintes de origem animal em alimentos compostos para animais. Até ao final do mês de Junho foram analisadas 7 amostras, sendo todas negativas:

EET – Nº DE AMOSTRAS DE ALIMENTOS COMPOSTOS PARA ANIMAIS ANALISADAS NA RAA



7 – PLANO GLOBAL DE SANIDADE ANIMAL

No âmbito do Plano Global de Sanidade Animal, são efetuadas análises sanguíneas a bovinos para pesquisa de algumas das chamadas “Doenças de Produção”, como assim se descrimina:

IBR – PESQUISA DE ANTICORPOS NO SORO

IBR/IPV										
ILHAS	Explorações Analisadas					Animais Analisados				
	Número	Nº Neg	% Neg	Nº Pos	% Pos	Número	Nº Neg	% Neg	Nº Pos	% Pos
Sta. Maria	4	2	50,00	2	50,00	7	3	42,86	4	57,14
S. Miguel	8	5	62,50	3	37,50	22	11	50,00	11	50,00
Terceira	42	17	40,48	25	59,52	447	263	58,84	184	41,16
Graciosa	7	5	71,43	2	28,57	60	21	35,00	39	65,00
S. Jorge	11	7	63,64	4	36,36	45	40	88,89	5	11,11
Pico	17	10	58,82	7	41,18	76	54	71,05	22	28,95
Faial	9	8	88,89	1	11,11	76	75	98,68	1	1,32
Flores e Corvo	9	8	88,89	1	11,11	11	9	81,82	2	18,18
TOTAL	107	62	57,94	45	42,06	744	476	63,98	268	36,02

BVD – PESQUISA DE ANTICORPOS NO SORO

BVD / MD - Anticorpo										
ILHAS	Explorações Analisadas					Animais Analisados				
	Número	Nº Neg	% Neg	Nº Pos	% Pos	Número	Nº Neg	% Neg	Nº Pos	% Pos
Sta Maria	3	2	66,67	1	33,33	6	2	33,33	4	66,67
S. Miguel	3	1	33,33	2	66,67	11	1	9,09	10	90,91
Terceira	31	13	41,94	18	58,06	337	160	47,48	177	52,52
Graciosa	5	3	60,00	2	40,00	58	35	60,34	23	39,66
S. Jorge	8	6	75,00	2	25,00	17	15	88,24	2	11,76
Pico	16	7	43,75	9	56,25	75	25	33,33	50	66,67
Faial	7	6	85,71	1	14,29	10	9	90,00	1	10,00
Flores e Corvo	7	4	57,14	3	42,86	8	5	62,50	3	37,50
TOTAL	80	42	52,50	38	47,50	522	252	48,28	270	51,72

BVD – PESQUISA DE ANTIGÊNIOS NO SORO (ANIMAIS PI)

BVD / MD - Antígeno			
ILHAS	Explorações Analisadas		
	Número	Nº Pos	% Pos
Sta. Maria	4	0	0,00
S. Miguel	5	0	0,00
Terceira	38	1	2,63
Graciosa	7	0	0,00
S. Jorge	10	0	0,00
Pico	14	0	0,00
Faial	7	0	0,00
Flores e Corvo	6	0	0,00
TOTAL	91	1	1,10

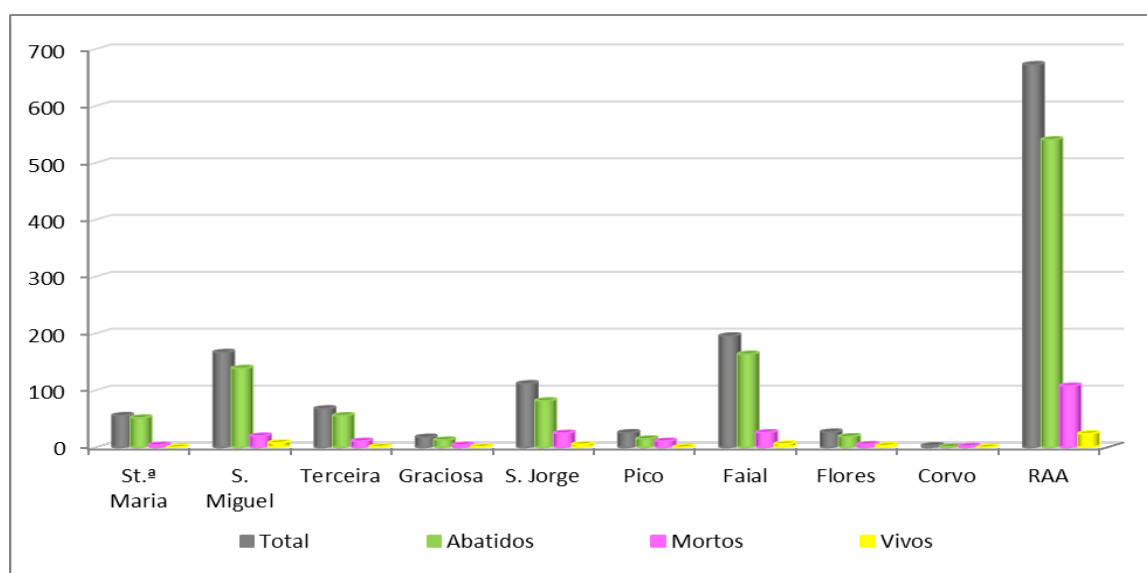
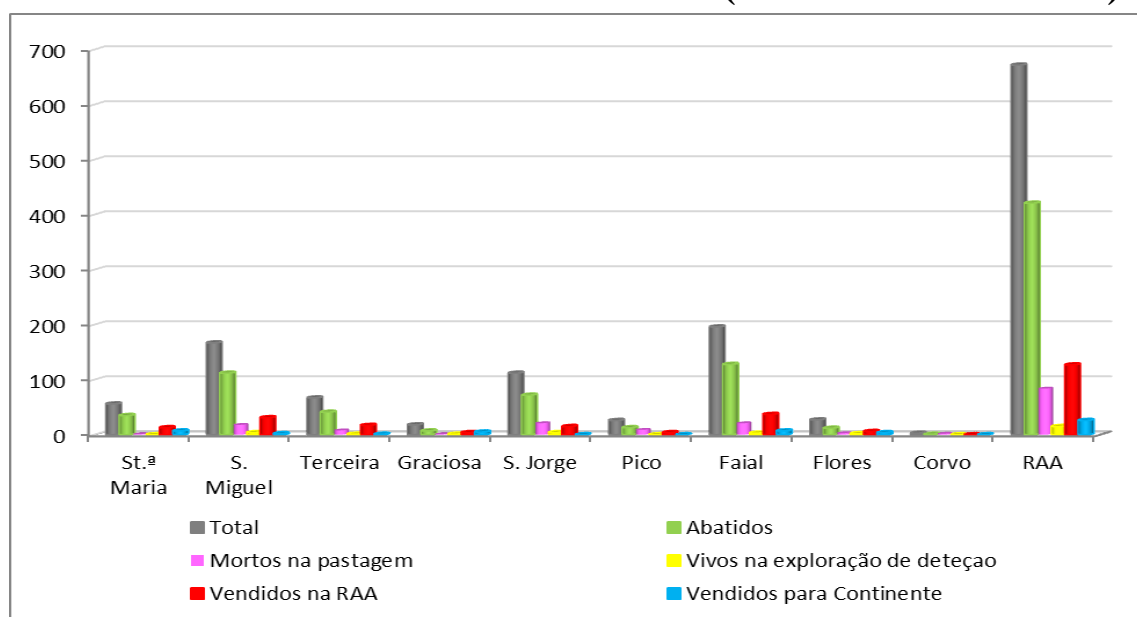
BVD / MD - Antígeno			
ILHAS	Animais Analisados		
	Número	Nº Pos	% Pos
Sta Maria	7	0	0,00
S. Miguel	52	0	0,00
Terceira	275	1	0,36
Graciosa	38	0	0,00
S. Jorge	44	0	0,00
Pico	30	0	0,00
Faial	41	0	0,00
Flores e Corvo	7	0	0,00
TOTAL	494	1	0,20

No que respeita aos animais Persistentemente Infetados (PI) por BVD, os Serviços de Desenvolvimento Agrário aconselham os proprietários abate voluntário destes animais, de forma a minimizar as perdas económicas das suas explorações. Desde 2007 até à data, o número de PI's detetado, bem como o seu destino, encontra-se resumido na tabela seguinte:

BVD – Nº DE ANIMAIS PI DETETADO E SEU DESTINO (2007 A 2014 – 1º SEMESTRE)

Ilhas	Nº de Animais PI (2007 - 2014)									
	Detetados	Abatidos	Mortos na Pastagem	Vivos na expl. de deteção	Vendidos					
					Na RAA		1º na RAA e depois p/Continente		Diretamente p/Continente	
					Nº	Estado	Nº	Estado	Nº	Estado
St.ª Maria	56	35	1	0	7	7 abatidos	6	4 abatidos e 2 mortos	7	6 abatidos e 1 morto
S. Miguel	167	112	18	4	29	24 abatidos, 2 mortos e 3 vivos	2	abatidos	2	1 abatido e 1 vivo
Terceira	68	41	8	1	16	13 abatidos e 3 mortos	1	abatido	1	abatido
Graciosa	18	7	1	1	3	2 abatidos e 1 morto	1	abatido	5	3 abatidos e 2 mortos
S. Jorge	112	72	21	4	15	10 abatidos, 4 mortos e 1 vivo	0		0	
Pico	26	13	9	0	2	1 abatido e 1 morto	2	1 abatido e 1 morto	0	
Faial	196	128	21	3	14	10 abatidos, 3 mortos e 1 vivo	23	20 abatidos, 2 mortos e 1 vivo	7	6 abatidos e 1 vivo
Flores	27	12	3	2	4	3 abatidos e 1 morto	2	abatidos	4	2 abatido, 1 morto e 1 vivo
Corvo	3	1	2	0	0		0		0	
TOTAL	673	421	84	15	90	64 abatidos, 15 mortos e 11 vivos	37	31 abatidos, 5 mortos e 1 vivo	26	18 abatidos, 5 mortos e 3 vivos

BVD – Nº DE ANIMAIS PI DETETADO E SEU DESTINO (2007 A 2014 – 1º SEMESTRE)



NEOSPOROSE – PESQUISA DE ANTIGÉNIOS NO SORO

NEOSPOROSE										
ILHAS	Explorações Analisadas					Animais Analisados				
	Número	Nº Neg	% Neg	Nº Pos	% Pos	Número	Nº Neg	% Neg	Nº Pos	% Pos
Sta. Maria	2	1	50,00	1	50,00	5	4	80,00	1	20,00
S. Miguel	5	2	40,00	3	60,00	19	8	42,11	11	57,89
Terceira	23	12	52,17	11	47,83	182	159	87,36	23	12,64
Graciosa	0	—	—	—	—	0	—	—	0	—
S. Jorge	1	0	0,00	1	100,00	23	18	78,26	5	21,74
Pico	4	3	75,00	1	25,00	5	4	80,00	1	20,00
Faial	5	2	40,00	3	60,00	6	3	50,00	3	50,00
Flores e Corvo	2	2	100,00	0	0,00	2	2	100,00	0	0,00
TOTAL	42	22	52,38	20	47,62	242	198	81,82	44	18,18

PARATUBERCULOSE – PESQUISA DE ANTIGÊNIOS NO SORO

PARATUBERCULOSE - Pesquisa de Ac no sangue										
ILHAS	Explorações Analisadas					Animais Analisados				
	Número	Nº Neg.	% Neg.	Nº Pos.	% Pos.	Número	Nº Neg.	% Neg.	Nº Pos.	% Pos.
Sta. Maria	0	—	—	—	—	0	—	—	—	—
S. Miguel	7	1	14,29	6	85,71	63	27	42,86	36	57,14
Terceira	13	9	69,23	4	30,77	66	57	86,36	9	13,64
Graciosa	0	—	—	—	—	0	—	—	—	—
S. Jorge	0	—	—	—	—	0	—	—	—	—
Pico	0	—	—	—	—	0	—	—	—	—
Faial	0	—	—	—	—	0	—	—	—	—
Flores e Corvo	1	1	100,00	0	0,00	1	1	100,00	0	0,00
TOTAL	21	11	52,38	10	47,62	130	85	65,38	45	34,62

Para além das análises sanguíneas, são também efetuados esfregaços de fezes para pesquisa de Paratuberculose e efetua-se a pesquisa do vírus de IBR e BVD e do parasita *Neosporum caninum*, em abortos e órgãos de animais:

PARATUBERCULOSE – ESFREGAÇOS DE FEZES

PARATUBERCULOSE - Esfregaços de Fezes										
ILHAS	Animais Analisados					Amostras Analisadas				
	Número	Nº Neg.	% Neg.	Nº Pos.	% Pos.	Número	Nº Neg.	% Neg.	Nº Pos.	% Pos.
Sta. Maria	3	0	0,00	3	100,00	4	0	0,00	4	100,00
S. Miguel	2	1	50,00	1	50,00	3	2	66,67	1	33,33
Terceira	1	1	100,00	0	0,00	1	1	100,00	0	0,00
Graciosa	0	—	—	—	—	0	—	—	—	—
S. Jorge	3	2	66,67	1	33,33	6	3	50,00	3	50,00
Pico	0	—	—	—	—	0	—	—	—	—
Faial	0	—	—	—	—	0	—	—	—	—
Flores e Corvo	0	—	—	—	—	0	—	—	—	—
TOTAL	9	4	44,44	5	55,56	14	6	42,86	8	57,14

IBR, BVD E NEOSPOROSE – PESQUISA DOS VÍRUS/PARASITA EM ABORTOS

PESQUISAS EM ABORTOS												
ILHAS	Explorações Analisadas						Animais Analisados					
	IBR		BVD		Neospora		IBR		BVD		Neospora	
	Número	Nº Pos	Número	Nº Pos	Número	Nº Pos	Número	Nº Pos	Número	Nº Pos	Número	Nº Pos
Sta. Maria	0	—	0	—	0	—	0	—	0	—	0	—
S. Miguel	2	0	2	0	2	0	2	0	2	0	2	0
Terceira	3	0	4	0	4	1	3	0	5	0	4	1
Graciosa	0	—	0	—	0	—	0	—	0	—	0	—
S. Jorge	1	0	1	0	2	0	3	0	3	0	2	0
Pico	0	—	0	—	0	—	0	—	0	—	0	—
Faial	0	—	0	—	0	—	0	—	0	—	0	—
Flores e Corvo	0	—	0	—	0	—	0	—	0	—	0	—
TOTAL	6	0	7	0	8	1	8	0	10	0	8	1

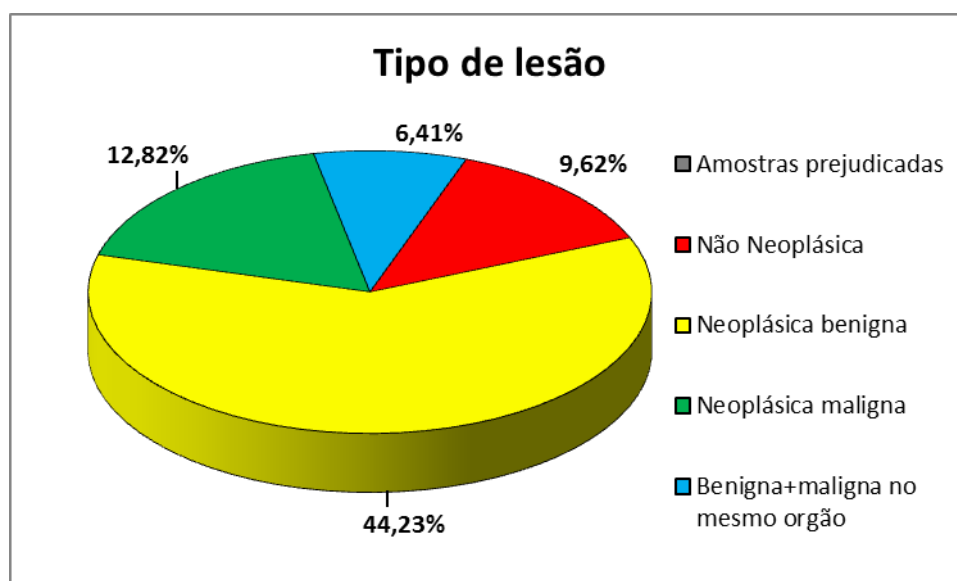
IBR, BVD E NEOSPOROSE – PESQUISA DOS VÍRUS/PARASITA EM ÓRGÃOS

PESQUISAS EM ÓRGÃOS												
ILHAS	Explorações Analisadas						Animais Analisados					
	IBR		BVD		Neospora		IBR		BVD		Neospora	
	Número	Nº Pos	Número	Nº Pos	Número	Nº Pos	Número	Nº Pos	Número	Nº Pos	Número	Nº Pos
Sta. Maria	0	—	0	—	0	—	0	—	0	—	0	—
S. Miguel	0	—	0	—	0	—	0	—	0	—	0	—
Terceira	5	0	6	0	5	0	5	0	7	0	5	0
Graciosa	0	—	0	—	0	—	0	—	0	—	0	—
S. Jorge	0	—	0	—	0	—	0	—	0	—	0	—
Pico	0	—	0	—	0	—	0	—	0	—	0	—
Faial	1	0	1	0	1	—	1	0	1	0	1	—
Flores e Corvo	0	—	0	—	0	—	0	—	0	—	0	—
TOTAL	6	0	7	0	6	0	6	0	8	0	6	0

A Hematúria Enzoótica dos Bovinos é outra doença integrada no Plano Global de Sanidade Animal. Da análise efetuada às bexigas de bovinos rejeitadas nos matadouros regionais por suspeita desta doença, resultou o seguinte:

HEB – Nº DE AMOSTRAS DE BEXIGAS ANALISADAS E RESPECTIVOS RESULTADOS LABORATORIAIS

HEMATÚRIA ENZOÓTICA BOVINA												
ILHAS	Nº de amostras recebidas	Nº de amostras analisadas	Nº de amostras prejudicadas	TIPO DE LESÃO POR ÓRGÃO								
				Não Neoplásica		Neoplásica						
						Total		Benigna		Maligna	Benigna+Maligna no mesmo órgão	% de Malignidade
				Nº	%	Nº	%	Nº	%			
St.ª Maria	1	1	0	0	0,00	1	100,00	1	100,00	0	0	0,00
S. Miguel	163	129	0	9	6,98	120	93,02	55	42,64	17	9	20,16
Terceira	19	17	0	3	17,65	14	82,35	10	58,82	2	1	17,65
Graciosa	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
S. Jorge	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pico	1	1	0	1	100,00	0	0,00	0	0,00	0	0	0,00
Faial	8	8	0	2	25,00	6	75,00	3	37,50	1	0	12,50
Flores	0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Corvo	0	:	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL	192	156	0	15	9,62	141	90,38	69	44,23	20	10	19,23



8 – PLANO DE VIGILÂNCIA DA GRIPE AVIÁRIA

O Plano de Vigilância da Gripe Aviária para 2014 sofreu pequenas alterações comparativamente com os planos dos anos anteriores:

- Foi introduzida uma nova categoria de aves – Galinhas Poedeiras criadas ao ar livre;
- Duplicou o número de amostras a colher nas explorações industriais de Galinhas Poedeiras e Galinhas Reprodutoras, com ciclos de produção mais longos, implementando assim duas amostragens por exploração em épocas do ano distintas.

Relativamente às aves selvagens, mantem-se apenas a recolha de cadáveres.

Até ao final de Junho, o plano já se encontrava cumprido a 100% em Galinhas Reprodutoras e Frangos de Campo, com todas as amostras negativas.

A ilha Terceira deveria já ter efetuado uma amostragem em Galinhas Poedeiras, pelo deverá efetuar a primeira colheita o mais rapidamente possível.

Importa ainda, caso seja possível, reforçar as colheitas em aves selvagens, aproveitando a colaboração das entidades normalmente envolvidas – GNR-SEPNA, ambiente, SPEA, etc.

PVGA – EXECUÇÃO EM EXPLORAÇÕES – AVES DOMÉSTICAS

ILHAS	Galinhas Poed- Expl. Ind.			Galinhas Poed. - ar livre			Capoeiras Domésticas			Galinhas Reprodut.-Expl. Ind.			Frangos de Campo - Expl. Ind.		
	A Rastrear	Rast.	% Exec.	A Rastrear	Rast.	% Exec.	A Rastrear	Rast.	% Exec.	A Rastrear	Rast.	% Exec.	A Rastrear	Rast.	% Exec.
St. Maria	0	0	—	0	0	—	1	0	0,00	0	0	—	0	0	—
S. Miguel	2	2	100,00	1	1	100,00	0	0	—	1	1	100,00	1	1	100,00
Terceira	1	0	0,00	0	0	—	0	0	—	0	0	—	0	0	—
Graciosa	0	0	—	0	0	—	0	0	—	0	0	—	0	0	—
S. Jorge	0	0	—	0	0	—	0	0	—	0	0	—	0	0	—
Pico	0	0	—	0	0	—	0	0	—	0	0	—	0	0	—
Faial	0	0	—	0	0	—	0	0	—	0	0	—	0	0	—
Flores	0	0	—	0	0	—	0	0	—	0	0	—	0	0	—
Corvo	0	0	—	0	0	—	1	1	100,00	0	0	—	0	0	—
TOTAL	3	2	66,67	1	1	100,00	2	1	50,00	1	1	100,00	1	1	100,00

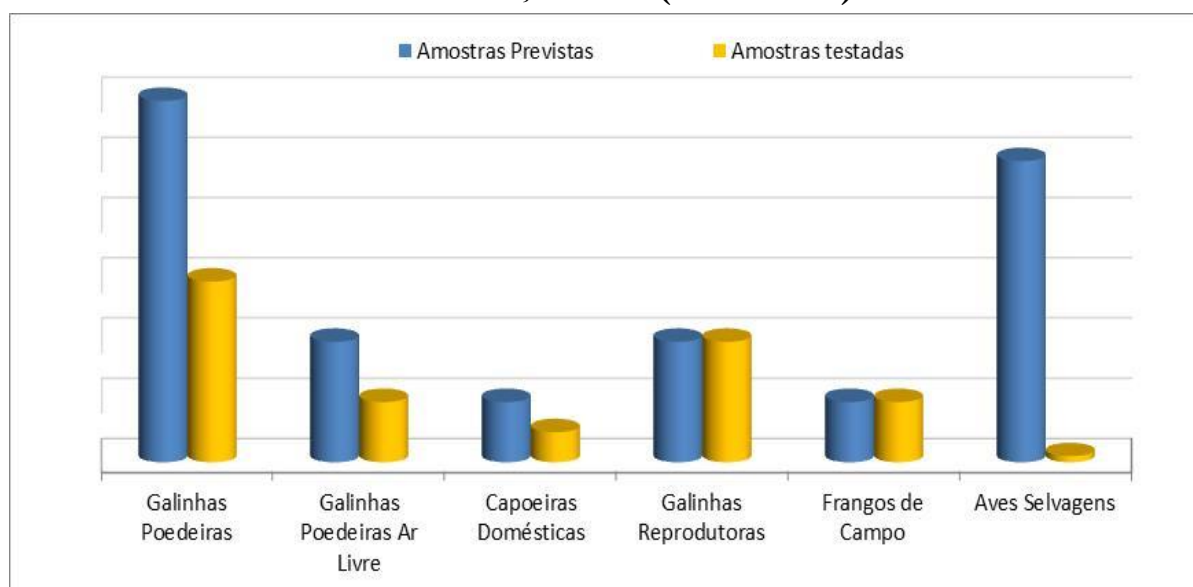
PVGA – EXECUÇÃO EM ANIMAIS – AVES DOMÉSTICAS

ILHAS	Galinhas Poed- Expl. Ind.			Galinhas Poedeiras - ar livre			Capoeiras Domésticas			Galinhas Reprodut.-Expl. Ind.			Frangos de Campo - Expl. Ind.		
	A Rastrear	Rast.	% Exec.	A Rastrear	Rast.	% Exec.	A Rastrear	Rast.	% Exec.	A Rastrear	Rast.	% Exec.	A Rastrear	Rast.	% Exec.
St. Maria	0	0	—	0	0	—	5	0	0,00	0	0	—	0	0	—
S. Miguel	40	30	75,00	20	10	50,00	0	0	—	20	20	100,00	10	10	100,00
Terceira	20	0	0,00	0	0	—	0	0	—	0	0	—	0	0	—
Graciosa	0	0	—	0	0	—	0	0	—	0	0	—	0	0	—
S. Jorge	0	0	—	0	0	—	0	0	—	0	0	—	0	0	—
Pico	0	0	—	0	0	—	0	0	—	0	0	—	0	0	—
Faial	0	0	—	0	0	—	0	0	—	0	0	—	0	0	—
Flores	0	0	—	0	0	—	0	0	—	0	0	—	0	0	—
Corvo	0	0	—	0	0	—	5	5	100,00	0	0	—	0	0	—
TOTAL	60	30	50,00	20	10	50,00	10	5	50,00	20	20	100,00	10	10	100,00

PVGA – EXECUÇÃO EM AVES SELVAGENS

ILHAS	Cadáveres		
	A Rastrear	Rast.	% Exec.
St. Maria	5	0	0,00
S. Miguel	6	1	16,67
Terceira	6	0	0,00
Graciosa	6	0	0,00
S. Jorge	5	0	0,00
Pico	5	0	0,00
Faial	6	0	0,00
Flores	5	0	0,00
Corvo	6	0	0,00
TOTAL	50	1	2,00

PVGA – EXECUÇÃO 2014 (1º SEMESTRE)



9 – PROGRAMAS NACIONAIS DE CONTROLO DE SALMONELAS

No ano de 2014, a DRADR manteve o financiamento das análises de autocontrolo efetuadas pelos avicultores açorianos no âmbito dos Programas Nacionais de Controlo de Salmonelas.

Tendo em conta os resultados obtidos em Portugal nos anos em que o Programa de Controlo de Salmonelas em Reprodutoras tem sido aplicado, a Comissão Europeia aceitou a proposta da DGAV relativa a uma derrogação que previa uma redução do número de amostras a colher por bando. Assim, em 2014 o número de colheitas de controlo oficial a efectuar por bando de reprodutoras passou para 2 (em vez de 3) e as colheitas de autocontrolo aos bandos em produção terão um intervalo de 3 semanas (em vez de 2).

O trabalho executado no âmbito destes Programas, bem como os respetivos resultados laboratoriais encontram-se discriminados nas tabelas abaixo.

PNCS – GALINHAS REPRODUTORAS

CONTROLO OFICIAL									
Ilha	Nº Expl existentes	Nº Bandos				% Execução (bandos)	Nº Bandos		
		existentes em produção/ a amostrar	distintos amostrados	com 2 visitas	com 3 visitas		positivos a Salmonella spp.	positivos a SE/ST/SH/SV/SI/STL	% Bandos Positivos
S. Miguel	1	3	2	2	0	66,67	0	0	0,00

CONTROLO OFICIAL									
Ilha	Nº Visitas		% Execução (visitas)	Nº Amostras		% Execução (amostras)	Nº Amostras		% Amostras Positivas
	previstas	efetuadas		a colher	colhidas		positivas a Salmonella spp.	positivas a SE/ST/SH/SV/SI/STL	
S. Miguel	6	3	50,00	12	6	50,00	0	0	0,00

AUTOCONTROLO								
Ilha	Nº Expl existentes	Nº Bandos			%	Nº Bandos		% Bandos Positivos
		existentes em produção	a amostrar	distintos amostrados		Execução (bandos)	positivos a Salmonella spp.	
S. Miguel	1	3	3	3	100,00	0	0	0,00

AUTOCONTROLO									
Ilha	Nº Visitas		% Execução (visitas)	Nº Amostras		% Execução (amostras)	Nº Amostras		% Amostras Positivas
	previstas	efetuadas		a colher	colhidas		positivas a Salmonella spp.	positivas a SE/ST/SH/SV/SI/STL	
S. Miguel	23	10	43,48	52	30	57,69	0	0	0,00

RESULTADOS CONJUNTOS - CO + AC						
Ilha	Nº Bandos			% Execução (bandos)	Nº Bandos	
	existentes em produção/ a amostrar	distintos amostrados			positivos a Salmonella spp.	positivos a SE/ST/SH/SV/SI/STL
S. Miguel	3	3		100,00	0	0

PNCS – GALINHAS POEDEIRAS

CONTROLO OFICIAL										
Ilha	Nº Explorações			Nº Bandos			Nº Bandos			
	existentes/ a amostrar	amostradas	% Execução (expl)	existentes em produção	a amostrar	distintos amostrados	% Execução (bandos)	positivos a Salmonella spp.	positivos a SE/ST/STL	% Bandos Positivos
S. Miguel	6	0	0,00	15	6	0	0,00	0	0	#DIV/0!
Terceira	1	0	0,00	2	1	0	0,00	0	0	#DIV/0!
Total	7	0	0,00	17	7	0	0,00	0	0	#DIV/0!

CONTROLO OFICIAL						
Ilha	Nº Amostras		% Execução (amostras)	Nº Amostras		% Amostras Positivas
	a colher	colhidas		positivas a Salmonella spp.	positivas a SE/ST/STL	
S. Miguel	18	0	0,00	0	0	#DIV/0!
Terceira	3	0	0,00	0	0	#DIV/0!
Total	21	0	0,00	0	0	#DIV/0!

AUTOCONTROLO										
Ilha	Nº Explorações			Nº Bandos			Nº Bandos			
	existentes/ a amostrar	amostradas	% Execução (expl)	existentes em produção	a amostrar	distintos amostrados	% Execução (bandos)	positivos a Salmonella spp.	positivos a SE/ST/STL	% Bandos Positivos
S. Miguel	6	4	66,67	15	15	12	80,00	1	0	0,00
Terceira	1	0	0,00	2	2	0	0,00	0	0	#DIV/0!
Total	7	4	57,14	17	17	12	70,59	1	0	0,00

AUTOCONTROLO						
Ilha	Nº Amostras		% Execução (amostras)	Nº Amostras		% Amostras Positivas
	a colher	colhidas		positivas a Salmonella spp.	positivas a SE/ST/STL	
S. Miguel	88	22	25,00	1	0	0,00
Terceira	8	0	0,00	0	0	#DIV/0!
Total	96	22	22,92	1	0	0,00

RESULTADOS CONJUNTOS - CO + AC										
Ilha	Nº Explorações			Nº Bandos			Nº Bandos			
	existentes/ a amostrar	amostradas	% Execução (expl)	existentes em produção	a amostrar	distintos amostrados	% Execução (bandos)	positivos a Salmonella spp.	positivos a SE/ST/STL	% Bandos Positivos
S. Miguel	6	4	66,67	15	15	12	80,00	1	0	0,00
Terceira	1	0	0,00	2	2	0	0,00	0	0	#DIV/0!
Total	7	4	57,14	17	17	12	70,59	1	0	0,00

Há duas explorações de galinhas poedeiras da ilha de S. Miguel e outra da ilha Terceira que até ao final do primeiro semestre, não efetuaram nenhuma análise de autocontrolo. Assim, não

tendo também sido efetuado qualquer controlo oficial até à data, é conveniente que este controlo se faça preferencialmente nas explorações em incumprimento.

No bando positivo ao autocontrolo foi isolada *Salmonella cerro*, tendo as amostras ambientais resultados negativos.

É necessário insistir com os operadores para que efetuem a totalidade das análises de autocontrolo previstas no programa.

PNCS – FRANGOS

CONTROLO OFICIAL								
Ilha	Nº Expl existentes	Nº Bandos			% Execução (bandos)	Nº Bandos		% Bandos Positivos
		previsto	a amostrar	distintos amostrados		positivos a <i>Salmonella</i> spp.	positivos a SE/ST/STL	
S. Miguel	4	190	1	0	0,00	0	0	#DIV/0!
Terceira	2	52	1	0	0,00	0	0	#DIV/0!
Pico	1	52	1	0	0,00	0	0	#DIV/0!
Total	7	294	3	0	0,00	0	0	#DIV/0!

AUTOCONTROLO								
Ilha	Nº Expl existentes	Nº Bandos			% Execução (bandos)	Nº Bandos		% Bandos Positivos
		previsto	a amostrar	distintos amostrados		positivos a <i>Salmonella</i> spp.	positivos a SE/ST/STL	
S. Miguel	4	190	190	73	38,42	0	2	2,74
Terceira	2	52	52	24	46,15	0	0	0,00
Pico	1	52	52	25	48,08	0	0	0,00
Total	7	294	294	122	41,50	0	2	1,64

RESULTADOS CONJUNTOS - CO + AC								
Ilha	Nº Expl existentes	Nº Bandos			% Execução (bandos)	Nº Bandos		% Bandos Positivos
		previsto	a amostrar	distintos amostrados		positivos a <i>Salmonella</i> spp.	positivos a SE/ST/STL	
S. Miguel	4	190	190	73	38,42	0	2	2,74
Terceira	2	52	52	24	46,15	0	0	0,00
Pico	1	52	52	25	48,08	0	0	0,00
Total	7	294	294	122	41,50	0	2	1,64

Nos bandos positivos no autocontrolo foram isoladas *Salmonella typhimurium* e *Salmonella enteritidis*, tendo as colheitas ambientais apresentado resultados negativos.

Este ano ainda não foi efetuada nenhuma colheita de controlo oficial em bandos de frangos.

10 – PROGRAMA SANITÁRIO APÍCOLA REGIONAL

No ano de 2014 estão previstos controlos no mínimo a 59 apiários da Região, tendo em conta o efetivo existente. Até ao final do primeiro semestre, apenas a ilha de S. Miguel efetuou as colheitas no âmbito deste plano.

PROGRAMA SANITÁRIO APÍCOLA – ANO DE 2014 - EXECUÇÃO

Ilhas	Nº Apicultores			Nº Apiários				Nº Colónias Existente	Nº Apiários diferentes amostrado
	Existente	Amostrado	% Execução	Existente	A amostrar	Amostrado	% Execução		
St.ª Maria	37	0	0,00	44	4	0	0,00	250	0
S. Miguel	133	30	22,56	313	22	36	163,64	2.035	36
Terceira	71	0	0,00	111	12	0	0,00	972	0
Graciosa	7	0	0,00	11	2	0	0,00	195	0
S. Jorge	20	0	0,00	25	3	0	0,00	176	0
Pico	48	0	0,00	79	10	0	0,00	907	0
Faial	30	0	0,00	48	4	0	0,00	356	0
Flores	19	0	0,00	20	2	0	0,00	120	0
Total	365	30	8,22	651	59	36	61,02	5.011	36

PROGRAMA SANITÁRIO APÍCOLA – ANO DE 2014 – RESULTADOS LABORATORIAIS

Ilhas	Resultados Laboratoriais - Apiários													% de Apiários Negativos
	DDO								Outros					
	Loque americana	Loque europeia	Acarapisose	Varroose	Aethinose	Tropilaelaps	Ascosferiose	Nosemose	Piolho	Senotainiose	Traça da cera	Amebíase	Negativos	
St.ª Maria	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	—
S. Miguel	0	0	10	0	0	0	11	4	2	7	0	0	14	38,89
Terceira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	—
Graciosa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	—
S. Jorge	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	—
Pico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	—
Faial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	—
Flores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	—
Total	0	0	10	0	0	0	11	4	2	7	0	0	14	38,89

B – PROTEÇÃO ANIMAL

❖ Transporte de Animais

- Transporte marítimo para fora da Região;
- Transporte marítimo inter-ilhas;
- Transporte rodoviário.

❖ Bem-estar animal

- Bem-estar nas explorações
- Bem-estar no abate ou ocisão

1 – TRANSPORTE DE ANIMAIS

1.1 – TRANSPORTE MARÍTIMO PARA FORA DA REGIÃO

Durante o primeiro semestre de 2014, o número de bovinos enviados das diversas ilhas dos Açores para o Continente Português e para a Região Autónoma da Madeira, assim como o respetivo peso constam dos quadros seguintes:

Nº DE CABEÇAS DE SAÍDAS DA REGIÃO – 1º SEMESTRE DE 2014

ILHAS	Machos < 8 meses	Fêmeas < 8 meses	Machos 8 meses a 1 ano	Fêmeas 8 meses a 1 ano	Machos 1 ano a 2 anos	Fêmeas 1 ano a 2 anos	Machos > 2 anos	Fêmeas > 2 anos	Total
St.ª Maria	19	66	369	202	237	199	1	6	1099
S. Miguel	1426	590	145	138	14	114	5	104	2536
Terceira	129	233	442	229	376	722	0	159	2290
Graciosa	15	54	257	140	378	225	28	27	1124
S. Jorge	52	57	118	45	14	42	1	11	340
Pico	50	27	208	82	52	28	2	10	459
Faial	2	5	92	64	111	213	5	49	541
Flores	30	16	134	48	11	9	1	1	250
Corvo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	1723	1048	1765	948	1193	1552	43	367	8639

PESO DOS BOVINOS SAÍDOS DA REGIÃO – 1º SEMESTRE DE 2014

ILHAS	Machos < 8 meses	Fêmeas < 8 meses	Machos 8 meses a 1 ano	Fêmeas 8 meses a 1 ano	Machos 1 ano a 2 anos	Fêmeas 1 ano a 2 anos	Machos > 2 anos	Fêmeas > 2 anos	Total
St.ª Maria	4640	15150	92348	43585	70215	49306	355	1625	277224
S. Miguel	234776	84916	40371	36573	4476	40363	3305	43736	488516
Terceira	26785	33108	94888	53261	98106	240541	0	63568	610257
Graciosa	3745	9666	79156	32900	158370	86625	13807	11318	395587
S. Jorge	7748	8151	29854	10395	6636	15246	429	5027	83486
Pico	11678	5994	53626	19902	14557	7813	690	3979	118239
Faial	553	1380	29131	20463	43938	81947	2699	23436	203547
Flores	6720	2604	31767	8868	2748	2206	395	395	55703
Corvo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	296645	160969	451141	225947	399046	524047	21680	153084	2232559

No 1º semestre de 2014, para o Continente Português e para a Madeira foram enviados respetivamente os seguintes contentores:

CONTINENTE PORTUGUÊS

ILHAS	Nº. DIAS DE EMBARQUE	Nº. CONTENTORES	Nº. ANIMAIS
St.ª Maria	8	70	1099
S. Miguel	22	113	2307
Terceira	20	88	1536
Graciosa	14	78	1124
S. Jorge	10	18	325
Pico	12	22	356
Faial	7	15	184
Flores e Corvo	3	15	250
TOTAL	96	419	7181

MADEIRA

ILHAS	Nº. DIAS DE EMBARQUE	Nº. CONTENTORES	Nº. ANIMAIS
St.ª Maria	0	0	0
S. Miguel	8	18	229
Terceira	11	62	754
Graciosa	0	0	0
S. Jorge	1	1	15
Pico	6	7	103
Faial	12	32	357
Flores e Corvo	0	0	0
TOTAL	38	120	1458

**CONTROLOS DE TRANSPORTE MARÍTIMO CONTINENTE E MADEIRA—
1º SEMESTRE DE 2014**

Mês	Ilhas	Espécie	Nº. Animais	N.º Relatórios Recebidos na DSV
Janeiro	Faial	Bovinos	111	7
	S. Miguel	Bovinos	133	4
	S. Jorge	Bovinos	37	1
	Flores	Bovinos	204	4
Fevereiro	Faial	Bovinos	52	72
	S. Miguel	Bovinos	402	10
	Flores	Bovinos	8	1
	S. Jorge	Bovinos	69	3
Março	S. Miguel	Bovinos	441	10
	S. Miguel	Equinos	3	1
	S. Jorge	Bovinos	18	1
	Flores	Bovinos	17	1
	Faial	Bovinos	83	7
Abril	Sta. Maria	Bovinos	536	6
	S. Miguel	Bovinos	481	7
	Faial	Bovinos	142	8
Maio	S. Jorge	Bovinos	16	1
	Faial	Bovinos	70	5
	S. Miguel	Bovinos	519	9
Junho	Faial	Bovinos	66	6

1.2 – TRANSPORTE MARÍTIMO INTER-ILHAS

A legislação obriga a que sejam vistoriados 50% dos contentores que saem da respectiva ilha.

Neste primeiro semestre apenas as ilhas de S. Miguel, S. Jorge e as Flores efetuaram controlos.

O número de bovinos transportados encontra-se discriminado no quadro seguinte:

TRÂNSITO DE BOVINOS INTER-ILHAS – 1º SEMESTRE DE 2014

Ilhas de onde saíram os bovinos ↓	S ^{ta} Maria	S. Miguel	Terceira	Graciosa	S. Jorge	Pico	Faial	Flores	Corvo	Continente	Madeira	Total
S ^{ta} Maria	0	45	0	0	0	0	0	0	0	1099	0	1144
S. Miguel	104	0	84	0	0	36	69	17	0	2307	229	2846
Terceira	0	5	0	103	46	56	23	0	0	1536	754	2523
Graciosa	0	0	275	0	1	1	0	0	0	1124	0	1401
S. Jorge	0	9	884	1	0	40	17	0	0	325	15	1291
Pico	16	0	84	0	5	0	2	0	0	356	103	566
Faial	0	0	147	0	0	586	0	0	0	184	357	1274
Flores	0	51	0	0	0	0	0	0	0	250	0	301
Corvo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	120	110	1474	104	52	719	111	17	0	7181	1458	11346

TOTAL DE SUÍNOS SAÍDOS DE S. MIGUEL – 1º SEMESTRE DE 2014

ILHAS DESTINO	Nº. DIAS DE EMBARQUE	Nº. CONTENTORES	Nº. ANIMAIS
S. Maria	0	*	1139
Terceira	0	42	1511
Graciosa	0	0	0
S. Jorge	0	0	0
Pico	0	6	157
Faial	0	28	1093
Flores e Corvo	0	8	213
TOTAL	0	84	4113

*Barco Baía dos Anjos

TOTAL DE SUÍNOS CONTROLADOS À SAÍDA DE S. MIGUEL – 1º SEMESTRE DE 2014

ILHAS	Nº. DIAS DE EMBARQUE	Nº. CONTENTORES	Nº. ANIMAIS
S. Maria	0	*	561
Terceira	0	27	920
Graciosa	0	0	0
S. Jorge	0	0	0
Pico	0	3	69
Faial	0	16	648
Flores e Corvo	0	5	134
TOTAL	0	51	2332

*Barco Baía dos Anjos

TRÂNSITO INTER-ILHAS 1º SEMESTRE DE 2014

Mês	Ilhas	Espécie	N.º Relatórios Recebidos na DSV
Janeiro	S. Miguel	Bovinos e suínos	9
	S. Jorge	Bovinos e suínos	19
Fevereiro	Flores	Bovinos	1
	S. Miguel	Bovinos e suínos	9
	S. Jorge	Bovinos e suínos	36
Março	Flores	Bovinos	1
	S. Jorge	Bovinos e suínos	6
Abril	Flores	Bovinos	3
	S. Miguel	Bovinos e suínos	18
Maio	S. Jorge	Bovinos	10
	S. Miguel	Bovinos e suínos	5
Junho	?	?	?

Nº DE CONTROLOS EFETUADOS PELA GNR-SEPNA DURANTE O TRANSPORTE MARÍTIMO – 1º SEMESTRE DE 2014

Ilha	N.º de Controlos
Stª Maria	0
S. Miguel	27
Terceira	0
Graciosa	0
S. Jorge	0
Pico	0
Faial	3
Flores e Corvo	0
Total	30

1.3 – TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Com a entrada em vigor do Reg. n.º 1/2005 do Conselho, de 22 de Dezembro, e do Decreto-Lei n.º 265/2007 de 24 de Julho, a Direcção de Serviços de Veterinária possui um registo dos agricultores que efetuam o transporte rodoviário dos seus animais nos seus próprios meios de transporte, em percursos de distância inferior a 50 km.

Na base de dados até ao final do 1º semestre estavam registados:

Nº DE TRANSPORTADORES RODOVIÁRIOS REGISTADOS - 1º SEMESTRE 2014

ILHA	Nº REGISTOS
STª. MARIA	36
S. MIGUEL	1.165
TERCEIRA	1014
GRACIOSA	45
S. JORGE	486
PICO	147
FAIAL	250
FLORES E CORVO	198
TOTAL	3.341

Ficou definido no Plano de Proteção Animal para 2014 que os controlos a efectuar ao transporte rodoviário seriam os seguintes:

Ilha	Bovinos	Bovinos	Suínos	Suínos	Aves	Aves	Coelhos	Coelhos
St.ª Maria	5/Mês	60/ano	2/mês	24/ano	0	0	0	0
S. Miguel	5/Mês	60/ano	2/mês	24/ano	2/trimestre	8/ano	1/trimestre	4/ano
Terceira	5/Mês	60/ano	2/mês	24/ano	2/trimestre	8/ano	0	0
Graciosa	5/Mês	60/ano	2/mês	24/ano	0	0	0	0
s. Jorge	5/Mês	60/ano	2/mês	24/ano	0	0	0	0
Pico	5/Mês	60/ano	2/mês	24/ano	0	0	0	0
Faial	5/Mês	60/ano	2/mês	24/ano	0	0	0	0
Flores e Corvo	5/Mês	60/ano	2/mês	24/ano	0	0	0	0
Total		480/ano		192/ano		16/ano		8/ano

NÚMERO DE CONTROLOS EFETUADOS, TRANSPORTE RODOVIÁRIO, 1º SEMESTRE 2014

Ilha	Trim.	Finalidade	N.º veículos	Bovinos	Suínos	Aves	Coelhos	Caprinos
Santa Maria	1º Trim.	Abate	31	53	14	0	0	0
Santa Maria	2º Trim	Abate	28	55	22	0	0	0
São Miguel	1º Trim.	Abate	21	59	211	0	0	0
São Miguel	2º Trim	Abate	24	56	245	3522	29	0
Graciosa	2º Trim	Abate	4	1	3	0	0	1
São Jorge	1º Trim.	Abate	14	15	34	0	0	0
Faial	1º Trim.	Abate	21	20	18	0	0	0
Faial	2º Trim	Abate	22	19	13	0	0	0
Flores	1º Trim.	Abate	14	11	19	0	0	1
Flores	2º Trim	Abate	30	31	23	0	0	2

NÚMERO DE CONTROLOS EFETUADOS, TRANSPORTE RODOVIÁRIO, 1º SEMESTRE 2014

Ilha	Trim.	Local de controlo	N.º ctrl.	N.º veículos ctrl.	N.º ctrl. doc.	Bovinos	Suínos	Aves	Coelhos	Caprinos
Santa Maria	1º Trim.	Portos Marítimos	31	31	31	53	14	0	0	0
Santa Maria	2º Trim	Matadouros	19	19	19	45	20	0	0	0
Santa Maria	2º Trim	Portos Marítimos	9	9	9	10	2	0	0	0
São Miguel	1º Trim.	Matadouros	21	21	21	59	211	0	0	0
São Miguel	2º Trim	Matadouros	24	24	24	56	245	3522	29	0
Graciosa	2º Trim	Matadouros	4	4	4	1	3	0	0	1
São Jorge	1º Trim.	Matadouros	14	14	14	15	34	0	0	0
Faial	1º Trim.	Matadouros	21	21	21	20	18	0	0	0
Faial	2º Trim	Matadouros	22	22	22	19	13	0	0	0
Flores	1º Trim.	Matadouros	14	14	14	11	19	0	0	1
Flores	2º Trim	Matadouros	30	30	30	31	23	0	0	2

NÚMERO DE INCONFORMIDADES ENCONTRADAS - TRANSPORTE RODOVIÁRIO - 1º SEMESTRE 2014

Ilha	Trim.	Finalidade	Inconformidade	N.º veículos	Bovinos	Suínos	Coelhos
São Miguel	1º Trim.	Abate	Reg. Transportador	3	5	0	0
São Miguel	2º Trim	Abate	Reg. Transportador	5	12	0	29
Faial	1º Trim.	Abate	Reg. Transportador	2	0	3	0
Flores	1º Trim.	Abate	Reg. Transportador	1	1	0	0

Nº DE CONTROLOS EFETUADOS PELA GNR-SEPNA AO TRANSPORTE RODOVIÁRIO – 1º SEMESTRE 2014

ILHA	Nº DE CONTROLOS
Stª Maria	0
S. Miguel	322
Terceira	0
Graciosa	0
S. Jorge	0
Pico	0
Faial	3
Flores e Corvo	0
Total	325

2 – BEM-ESTAR NAS EXPLORAÇÕES

O bem-estar animal está dependente de um bom maneio e de uma correta planificação da exploração. Por sua vez, o maneio dos animais e a forma como estes são tratados condiciona fortemente a sua produtividade e consequentemente o rendimento final das explorações.

Neste primeiro semestre de 2014 foram efetuados os seguintes controlos:

BOVINOS

ILHAS	Nº TOTAL DE EXPLORAÇÕES DE BOVINOS	Nº EXPLORAÇÕES A CONTROLAR EM 2014	Nº EXPLORAÇÕES CONTROLADAS 1º SEMESTRE
St.ª Maria	272	2	0
S. Miguel	4.088	20	0
Terceira	2.145	14	0
Graciosa	324	2	0
S. Jorge	814	4	0
Pico	741	4	0
Faial	691	4	0
Flores	315	2	0
Corvo	45	1	0
TOTAL	9.435	53	0

VITELEIROS

ILHAS	EXISTENTES	A CONTROLAR EM 2014	CONTROLADOS 1º SEMESTRE
S. Miguel	9	5	2
Terceira	5	3	0
TOTAL	14	8	2

SUINOS

No âmbito do controlo do bem-estar nas suiniculturas a Diretiva nº 2008/120/EC, de 18 de Dezembro, relativa à proteção dos suínos nos locais de exploração, transposta para a ordem jurídica nacional pelo Decreto-lei nº 135/2003, de 28 de Junho e o Decreto-lei nº 48/2006, de 1 de Março, obriga a que as explorações intensivas de suínos, com 10 ou mais porcas cumpram a partir de 1 de Janeiro de 2013, os requisitos relativos ao alojamento de porcas em grupo.

Os controlos a efetuar devem ser iniciados pelas explorações que declararam que ainda não procederam à reconversão.

SUINOS – CONTROLOS 1º SEMESTRE 2014

ILHAS	EXISTENTES	A CONTROLAR	CONTROLADAS
S. Miguel	9	4	0
Terceira	6	3	1
Pico	1	0	0
TOTAL	16	7	1

GALINHAS POEDEIRAS – CONTROLOS 1º SEMESTRE 2014

ILHAS	EXISTENTES	A CONTROLAR	CONTROLADAS
S. Miguel	5	2	1
Terceira	1	1	0
TOTAL	6	3	1

GALINHAS REPRODUTORAS – CONTROLOS 1º SEMESTRE 2014

ILHAS	EXISTENTES	A CONTROLAR	CONTROLADAS
S. Miguel	1	1	0
TOTAL	1	1	0

FRANGOS DE ENGORDA – CONTROLOS 1º SEMESTRE 2014

ILHAS	EXISTENTES	A CONTROLAR	CONTROLADAS
S. Miguel	3	2	0
Terceira	2	2	0
Pico	1	1	1
TOTAL	6	5	1

3 – BEM-ESTAR NO ABATE OU OCISÃO

CONTROLOS EFETUADOS NO ÂMBITO DO BEM ESTAR NO ABATE E OCISÃO DE AVES – 1º SEMESTRE DE 2014

	Matadouro de Aves		
	Previstos anualmente	Realizados	Data
S. Miguel	2	1	16.05.2014
Terceira	2	0	-
Pico	4	0	-
Total	8	1	-

Relativamente ao abate e ocisão de bovinos e suínos, no primeiro semestre de 2014, foram efetuados os seguintes controlos:

CONTROLOS EFETUADOS NO ÂMBITO DO BEM ESTAR NO ABATE E OCISÃO

DE BOVINOS E SUÍNOS – 1º SEMESTRE DE 2014

Ilha	Matadouro de Bovinos			Matadouro de Suínos		
	Previstos anualmente	Realizados 1º semestre	Data	Previstos anualmente	Realizados 1º semestre	Data
St.ª Maria	4	0	-	4	1	26.03.2014
S. Miguel	2	1	12.06.2014	2	1	06.06.2014
Terceira	2	0	-	2	0	-
Graciosa	4	0	-	4	0	-
S. Jorge	2	0	-	3	0	-
Pico	4	0	-	4	0	-
Faial	2	1	25.06.2014	2	1	25.06.2014
Flores e Corvo	2	1	24.03.2014	2	1	24.03.2014
Total	22	3	-	22	4	-

C – LICENCIAMENTO E REGISTO

1 – LICENCIAMENTO DE EXPLORAÇÕES BOVINAS

Relativamente ao Decreto Legislativo Regional n.º 16/2007/A, de 9 de Julho, que torna obrigatório o licenciamento das explorações bovinas dos Açores, ao longo do ano foram-se encerrando algumas explorações, passando de titular outras e licenciando novas.

O ponto de situação no final do 1.º semestre de 2014 era o seguinte:

PROCESSOS DE LICENCIAMENTO DE EXPLORAÇÕES BOVINAS

Ilha	Aguarda parecer	Aguarda despacho	Despachadas	Total
Santa Maria	3	0	308	311
São Miguel	608	34	2622	3264
Terceira	183	4	2915	3102
Graciosa	4	2	256	262
São Jorge	8	2	846	856
Pico	5	11	731	747
Faial	4	2	649	655
Flores e Corvo	0	2	376	378
Total	815	57	8703	9575

D – MELHORAMENTO ANIMAL

1 – CONTRASTE LEITEIRO

Regulamentado pela Portaria nº37/2013 de 25 de Junho de 2013,

Este serviço é efetuado em 6 ilhas da Região, com exceção de Sta. Maria, Flores e Corvo, por entidades reconhecidas por esta Direção Regional.

A comparticipação financeira dada às Entidades que prestam este serviço é financiada pela Secretaria Regional dos Recursos Naturais, mais concretamente pelo Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas (IAMA), estabelecida na Portaria nº32/2011 de 11 Maio - “Ajudas à Inovação e Qualidade das Produções Pecuárias Açorianas” e pela Direção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural, nomeadamente no apoio a todo o trabalho desenvolvido na Região pela Associação Portuguesa de Criadores da Raça Frisia (entidade que tutela o Livro Geneológico da Raça Frisia) bem como na realização das análises ao leite.

APURAMENTO DOS ANIMAIS COM PARTOS ELEGÍVEIS NO ANO DE 2013, CANDIDATOS Á AJUDA DA PORTARIA Nº 32/2011 DE 11 MAIO

Observações	CUA	AAIP	AAISJ	AAIF	AAIT
Partos elegíveis	13362	736	925	447	6999
Partos mesmo ano	193	17	6	7	110
Nenhum parto SNIRA	78	1	2	0	6
Não tem parto em 2013	682	13	28	5	33
Não foi possível Identificar	1	0	5	0	11
Animais não contrastados	20	1	0	0	0
Animais repetidos	0	0	0	3	0
Total	14336	768	966	462	7163

APURAMENTO DOS RESULTADOS CONTRASTE LEITEIRO 2013

➤ ILHA DE SÃO MIGUEL

Valores Globais do Contraste Leiteiro Raça Holstein Frísia											
AASM – 2013											
Explorações contrastadas = 273						Vacas secas / exploração = 42,06					
	N.º de Vacas	Lact. Média	Dias Lact.	Produção Total			Produção aos 305 dias				
				Leite	Gord.	Prot.	Leite	Gord.	Prot.	T. B.	T. P.
Produção Média Geral											
A4	11.482	2,80	354	8.599	322	275	8.012	297	254	3,75	3,18
Produção Média das Vacas Registadas no Livro Genealógico											
L1	1.004	2,00	360	9.627	356	303	8.825	323	275	3,70	3,13
L2	156	2,20	360	10.187	396	319	9.397	361	292	3,85	3,11
L3	20	5,00	393	12.276	463	380	10.651	400	329	3,82	3,11
total	1.180	2,10	361	9.746	363	307	8.931	329	278	3,72	3,13
Produção Média / Lactação											
1ª	3.233	1,00	364	7.801	293	248	7.021	260	221	3,75	3,16
2ª	2.746	2,00	354	8.705	327	279	8.116	301	258	3,76	3,19
3ª	1.987	3,00	351	9.143	340	293	8.612	318	274	3,74	3,20
4ª	1.453	4,00	349	9.183	341	293	8.680	321	275	3,74	3,19
5ª	1.021	5,00	345	9.023	336	287	8.623	319	273	3,75	3,18
>5ª	1.042	6,80	346	8.525	320	275	8.136	304	260	3,78	3,21
Produção Média / Trimestre*											
1º	3.368	2,80	357	8.737	325	281	8.057	298	258	3,73	3,21
2º	2.722	2,80	359	8.663	326	276	7.989	297	252	3,77	3,17
3º	2.563	3,00	351	8.382	317	269	7.844	295	249	3,81	3,19
4º	2.829	2,80	349	8.568	318	272	8.131	297	256	3,71	3,16
Média da 1ª Lactação / Grupo Etário**											
A	1	1,00	353	7.162	314	232	6.300	274	200	4,35	3,18
B	211	1,00	363	7.468	269	235	6.694	239	209	3,62	3,13
C	2.019	1,00	363	7.973	297	253	7.190	265	226	3,72	3,15
D	1.002	1,00	367	7.524	290	241	6.751	256	214	3,82	3,17

* Vacas paridas no mesmo trimestre; **Vacas da 1ª lactação cujos partos ocorreram:

Grupo A => até aos 18 meses de idade (média = 16 meses)

Grupo B=> entre os 18 e os 24 meses de idade (média = 22,14 meses)

Grupo C=> entre os 24 e os 32 meses de idade (média = 27,62 meses)

Grupo D=> depois dos 32 meses de idade (média = 35,75 meses)

➤ **ILHA TERCEIRA**

Apuramento dos resultados contraste leiteiro 2013 Ilha Terceira

Nº explorações	Nº de lactações apuradas	Nº Lactações Válidas	Nº primíparas.
157	6976	6070	1676

A diferença de animais das lactações apuradas para as lactações válidas é devido a falhas nas lactações e/ou não terem atingido a duração da lactação mínima de 210 dias.

Valores Globais do Contraste Leiteiro Raça Holstein Frísia

AAIT – 2013											
Explorações contrastadas =34				Vacas secas / exploração = 47,32							
	N.º de Vacas	Lact. Média	Dias Lact.	Produção Total			Produção aos 305 dias				
				Leite	Gord.	Prot.	Leite	Gord.	Prot.	T. B.	T. P.
Produção Média Geral											
A4	1.609	2,80	355	9.112	328	290	8.464	301	268	3,61	3,17
Produção Média das Vacas Registadas no Livro Genealógico											
L1	29	1,80	359	8.285	338	260	7.592	306	235	4,01	3,10
L2	23	2,60	368	8.825	369	288	8.066	335	260	4,19	3,24
L3	1	3,00	486	10.242	447	362	8.804	397	300	4,51	3,41
total	53	2,20	365	8.556	353	274	7.821	320	247	4,10	3,17
Produção Média / Lactação											
1ª	457	1,00	364	8.273	303	262	7.478	270	234	3,64	3,14
2ª	392	2,00	350	8.959	324	288	8.363	298	267	3,62	3,21
3ª	301	3,00	356	9.717	351	310	9.010	322	286	3,63	3,18
4ª	200	4,00	353	9.871	351	314	9.301	327	294	3,58	3,18
5ª	128	5,00	357	10.098	350	319	9.459	322	296	3,48	3,16
>5ª	131	6,60	338	8.989	322	285	8.704	311	277	3,60	3,18
Produção Média / Trimestre*											
1º	486	2,50	361	9.315	337	299	8.457	303	270	3,63	3,20
2º	340	3,10	362	9.210	342	298	8.458	313	274	3,74	3,25
3º	330	2,90	352	8.790	317	277	8.255	294	257	3,63	3,13
4º	453	2,70	346	9.057	317	284	8.628	295	267	3,49	3,11
Média da 1ª Lactação / Grupo Etário**											
A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
B	40	1,00	390	8.954	335	286	7.611	279	238	3,71	3,13
C	332	1,00	359	8.154	295	257	7.430	265	232	3,61	3,13
D	85	1,00	370	8.419	319	270	7.604	282	240	3,73	3,17

* Vacas paridas no mesmo trimestre; **Vacas da 1ª lactação cujos partos ocorreram:

Grupo A => até aos 18 meses de idade (média = 16 meses)

Grupo B=> entre os 18 e os 24 meses de idade (média = 22,14 meses)

Grupo C=> entre os 24 e os 32 meses de idade (média = 27,62 meses)

Grupo D=> depois dos 32 meses de idade (média = 35,75 meses)

APURAMENTO DOS RESULTADOS CONTRASTE LEITEIRO DE 2013; METÓDO FLEISCHMANN.

PRODUÇÃO MÉDIA GERAL

Nº expl	Nº de Animais	Lact. Méd.	Dias Lact.	Produção Média aos 305 Dias					Produção Média Total				
				Leite (kg)	M. G. (kg)	M. P. (kg)	T. G. %	T. P. %	Leite (kg)	M. G. (kg)	M. P. (kg)	T. G. %	T. P. %
123	4461	2,9	340	7117	245	237	3,65	3,19	7927	289	256	3,70	3,23

PRODUÇÃO MÉDIA POR LACTAÇÃO

N.º Animais	N.º Lact.	Dias Lact.	Produção Média aos 305 Dias					Produção Média Total				
			Leite (kg)	M. G. (kg)	M. P. (kg)	T. G. %	T. P. %	Leite (kg)	M. G. (kg)	M. P. (kg)	T. G. %	T. P. %
1219	1	1	349	6.339	220	210	3,67	3,17	7.281	269	234	3,73
1026	2	2	340	7.135	247	238	3,67	3,20	7.967	293	258	3,73
839	3	3	335	7.521	257	252	3,64	3,21	8.283	301	268	3,69
583	4	4	333	7.615	262	255	3,65	3,21	8.318	302	270	3,68
378	5	5	334	7.677	260	255	3,59	3,21	8.393	299	271	3,63
416	>5	>5	334	7332	248	241	3,57	3,17	8034	285	257	3,60

➤ ILHA GRACIOSA

APURAMENTO DOS RESULTADOS CONTRASTE LEITEIRO DE 2012; METÓDO FLEISCHMANN.

Apuramento dos resultados contraste leiteiro 2012 Ilha Graciosa			
Nº explorações	Nº de lactações apuradas	Nº Lactações Válidas	Nº primíparas.
10	798	485	140

A diferença de animais das lactações apuradas para as lactações válidas é devido a falhas nas lactações e/ou não terem atingido a duração da lactação mínima de 210 dias.

PRODUÇÃO MÉDIA GERAL

Nº expl	Nº de Animais	Lact. Méd.	Dias Lact.	Produção Média aos 305 Dias					Produção Média Total				
				Leite (kg)	M. G. (kg)	M. P. (kg)	T. G. %	T. P. %	Leite (kg)	M. G. (kg)	M. P. (kg)	T. G. %	T. P. %
10	485	6100	235	196	3,87	3,23	7133	277	229	3,90	3,22	6100	235

PRODUÇÃO MÉDIA POR LACTAÇÃO

N.º Animais	N.º Lact.	Dias Lact.	Produção Média aos 305 Dias					Produção Média Total				
			Leite (kg)	M. G. (kg)	M. P. (kg)	T. G. %	T. P. %	Leite (kg)	M. G. (kg)	M. P. (kg)	T. G. %	T. P. %
140	1	350	5447	208	175	3,83	3,21	6353	245	203	3,87	3,20
104	2	361	5986	233	195	3,93	3,26	7102	280	230	3,97	3,26
76	3	357	6633	253	213	3,84	3,22	7837	301	251	3,87	3,21
46	4	330	6490	252	212	3,89	3,27	7243	283	236	3,91	3,26
42	5	373	7014	269	223	3,86	3,20	8351	323	265	3,89	3,18
77	>5	354	6184	239	198	3,89	3,21	7170	279	228	3,91	3,20

APURAMENTO DOS RESULTADOS CONTRASTE LEITEIRO DE 2013; METÓDO FLEISCHMANN.

Apuramento dos resultados contraste leiteiro 2013 Ilha Graciosa

Nº explorações	Nº de lactações apuradas	Nº Lactações Válidas	Nº primíparas.
13	685	613	122

PRODUÇÃO MÉDIA GERAL

Nº expl	Nº de Animais	Lact. Méd.	Dias Lact.	Produção Média aos 305 Dias					Produção Média Total				
				Leite (kg)	M. G. (kg)	M. P. (kg)	T. G. %	T. P. %	Leite (kg)	M. G. (kg)	M. P. (kg)	T. G. %	T. P. %
13	613	3,29	350	6064	229	195	3,81	3,23	6928	264	222	3,84	3,22

PRODUÇÃO MÉDIA POR LACTAÇÃO

N.º Animais	N.º Lact.	Dias Lact.	Produção Média aos 305 Dias					Produção Média Total				
			Leite (kg)	M. G. (kg)	M. P. (kg)	T. G. %	T. P. %	Leite (kg)	M. G. (kg)	M. P. (kg)	T. G. %	T. P. %
122	1	122	5783	219	186	3,78	3,21	6902	264	221	3,83	3,20
161	2	161	5899	222	190	3,81	3,25	6635	253	214	3,85	3,25
104	3	104	6264	233	202	3,76	3,22	7134	266	228	3,78	3,20
83	4	83	6373	240	205	3,80	3,23	7071	268	226	3,82	3,22
56	5	56	6280	244	206	3,93	3,29	7074	277	230	3,96	3,28
353	>5	353	6090	232	194	3,84	3,20	7033	270	222	3,86	3,18

➤ ILHA SÃO JORGE

APURAMENTO DOS RESULTADOS CONTRASTE LEITEIRO DE 2013; METÓDO FLEISCHMANN.

Apuramento dos resultados contraste leiteiro 2013 Ilha São Jorge			
Nº explorações	Nº de lactações apuradas	Nº Lactações Válidas	Nº primíparas.
27	793	655	157

A diferença de animais das lactações apuradas para as lactações válidas é devido a falhas nas lactações e/ou não terem atingido a duração da lactação mínima de 210 dias.

PRODUÇÃO MÉDIA GERAL

Nº expl	Nº de Animais	Lact. Méd.	Dias Lact.	Produção Média aos 305 Dias					Produção Média Total				
				Leite (kg)	M. G. (kg)	M. P. (kg)	T. G. %	T. P. %	Leite (kg)	M. G. (kg)	M. P. (kg)	T. G. %	T. P. %
27	655	3,0	301	6694	238	216	3,61	3,23	7023	251	226	3,62	3,23

PRODUÇÃO MÉDIA POR LACTAÇÃO

N.º Animais	N.º Lact.	Dias Lact.	Produção Média aos 305 Dias					Produção Média Total				
			Leite (kg)	M. G. (kg)	M. P. (kg)	T. G. %	T. P. %	Leite (kg)	M. G. (kg)	M. P. (kg)	T. G. %	T. P. %
157	1,0	321	5738	202	186	3,56	3,25	6286	224	202	3,59	3,23
165	2,0	312	6844	243	219	3,61	3,21	7235	260	233	3,63	3,22
121	3,0	291	7052	251	227	3,62	3,23	7256	260	234	3,63	3,23
82	4,0	285	7506	269	244	3,63	3,26	7707	277	250	3,63	3,26
57	5,0	293	6969	252	226	3,68	3,23	7298	266	235	3,70	3,22
73	>5	278	6693	233	215	3,60	3,24	6764	236	217	3,61	3,24

➤ ILHA DO PICO

Apuramento dos resultados contraste leiteiro 2013 Ilha Pico			
Nº explorações	Nº de lactações apuradas	Nº Lactações Válidas	Nº primíparas.
32	749	576	139

A diferença de animais das lactações apuradas para as lactações válidas é devido a falhas nas lactações e/ou não terem atingido a duração da lactação mínima de 210 dias.

Valores Globais do Contraste Leiteiro Raça Holstein Frísia

AAIP – 2013

Explorações contrastadas =21				Vacas secas / exploração =17,76							
N.º de Vacas	Lact. Média	Dias Lact.	Produção Total			Produção aos 305 dias					
			Leite	Gord.	Prot.	Leite	Gord.	Prot.	T. B.	T. P.	
Produção Média Geral											
A4	373	3,10	318	6.169	218	196	6.291	221	199	3,56	3,17
Produção Média das Vacas Registadas no Livro Genealógico											
L1	9	1,30	305	5.156	200	164	5.391	206	172	3,84	3,22
L2	1	2,00	374	7.618	285	219	6.887	257	199	3,73	2,88
L3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
total	10	1,40	312	5.402	208	170	5.541	211	175	3,83	3,19
Produção Média / Lactação											
1ª	93	1,00	328	5.412	190	172	5.395	187	170	3,53	3,17
2ª	93	2,00	310	6.188	219	196	6.380	224	202	3,57	3,18
3ª	56	3,00	321	6.744	233	213	6.835	235	215	3,50	3,15
4ª	44	4,00	318	6.473	235	207	6.645	241	212	3,64	3,19
5ª	38	5,00	306	5.973	211	190	6.198	220	197	3,59	3,19
>5ª	49	6,90	320	6.790	244	217	6.954	247	222	3,58	3,18
Produção Média / Trimestre*											
1º	130	2,90	321	6.000	213	190	5.979	211	189	3,57	3,17
2º	84	3,10	333	6.747	231	212	6.699	226	209	3,42	3,13
3º	54	3,30	316	6.018	215	191	6.315	226	201	3,62	3,19
4º	105	3,20	302	5.992	217	192	6.337	228	203	3,64	3,21
Média da 1ª Lactação / Grupo Etário**											
A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
B	3	1,00	317	4.289	156	142	4.195	159	139	3,89	3,31
C	48	1,00	324	5.566	192	174	5.642	193	175	3,45	3,12
D	42	1,00	332	5.317	190	172	5.198	183	167	3,59	3,21

* Vacas paridas no mesmo trimestre; **Vacas da 1ª lactação cujos partos ocorreram:

Grupo A => até aos 18 meses de idade (média = 16 meses)

Grupo B=> entre os 18 e os 24 meses de idade (média = 22,14 meses)

Grupo C=> entre os 24 e os 32 meses de idade (média = 27,62 meses)

Grupo D=> depois dos 32 meses de idade (média = 35,75 meses)

APURAMENTO DOS RESULTADOS CONTRASTE LEITEIRO DE 2013; MÉTODO FLEISCHMANN.

PRODUÇÃO MÉDIA GERAL DAS EXPLORAÇÕES

Nº expl	Nº de Animais	Lact. Méd.	Dias Lact.	Produção Média aos 305 Dias					Produção Média Total				
				Leite (kg)	M. G. (kg)	M. P. (kg)	T. G. %	T. P. %	Leite (kg)	M. G. (kg)	M. P. (kg)	T. G. %	T. P. %
11	201	3,5	318	5377	201	173	3,75	3,23	5811	221	187	3,79	3,23

PRODUÇÃO MÉDIA POR LACTAÇÃO DAS EXPLORAÇÕES

N.º Animais	N.º Lact.	Dias Lact.	Produção Média aos 305 Dias					Produção Média Total				
			Leite (kg)	M. G. (kg)	M. P. (kg)	T. G. %	T. P. %	Leite (kg)	M. G. (kg)	M. P. (kg)	T. G. %	T. P. %
46	1	313	4.828	177	155	3,68	3,20	5.201	193	167	3,72	3,20
43	2	331	5.281	196	169	3,78	3,22	5.826	222	188	3,84	3,23
27	3	313	5.724	226	190	3,98	3,32	6.152	246	205	4,01	3,33
22	4	316	5.557	212	182	3,82	3,28	5.860	224	192	3,83	3,28
22	5	334	6.304	235	200	3,74	3,19	6.917	261	220	3,78	3,21
41	>5	306	5.270	191	167	3,63	3,19	5.633	209	179	3,67	3,19

➤ ILHA DO FAIAL

Apuramento dos resultados contraste leiteiro 2013 ILHA DO FAIAL			
Nº explorações	Nº de lactações apuradas	Nº Lactações Válidas	Nº primíparas.
21	501	472	119

A diferença de animais das lactações apuradas para as lactações válidas é devido a falhas nas lactações e/ou não terem atingido a duração da lactação mínima de 210 dias.

Valores Globais do Contraste Leiteiro Raça Holstein Frísia											
AAIF – 2013											
Explorações contrastadas =8							Vacas secas / exploração =25,25				
	N.º de Vacas	Lact. Média	Dias Lact.	Produção Total			Produção aos 305 dias				
				Leite	Gord.	Prot.	Leite	Gord.	Prot.	T. B.	T. P.
Produção Média Geral											
A4	202	2,90	338	7.461	282	240	7.171	272	230	3,84	3,22
Produção Média / Lactação											
1ª	62	1,00	346	6.730	257	213	6.285	240	197	3,86	3,13
2ª	39	2,00	329	7.025	279	233	6.862	272	227	4,02	3,31
3ª	35	3,00	329	8.028	298	258	7.922	295	255	3,77	3,24
4ª	29	4,00	328	7.922	295	255	7.699	288	246	3,80	3,22
5ª	14	5,00	360	8.234	301	265	7.773	282	248	3,67	3,21
>5ª	23	6,80	341	8.259	304	266	7.909	291	254	3,72	3,23
Produção Média / Trimestre*											
1º	74	3,00	340	7.849	296	257	7.422	279	239	3,82	3,24
2º	59	2,80	333	6.995	270	226	6.779	264	221	3,94	3,27
3º	36	3,60	347	7.687	285	242	7.256	271	227	3,79	3,14
4º	33	2,30	330	7.181	271	227	7.217	269	227	3,75	3,14
Média da 1ª Lactação / Grupo Etário**											
A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
B	5	1,00	339	6.328	249	198	6.115	236	191	3,90	3,14
C	29	1,00	334	6.518	245	209	6.255	239	198	3,85	3,18
D	28	1,00	359	7.022	271	220	6.346	243	196	3,85	3,09

* Vacas paridas no mesmo trimestre; **Vacas da 1ª lactação cujos partos ocorreram:

Grupo A => até aos 18 meses de idade (média = 16 meses)

Grupo B=> entre os 18 e os 24 meses de idade (média = 22,14 meses)

Grupo C=> entre os 24 e os 32 meses de idade (média = 27,62 meses)

Grupo D=> depois dos 32 meses de idade (média = 35,75 meses)

APURAMENTO DOS RESULTADOS CONTRASTE LEITEIRO DE 2013; METÓDO FLEISCHMANN.

PRODUÇÃO MÉDIA GERAL

Nº expl	Nº de animais	Lact. Méd.	Dias Lact.	Produção Média aos 305 Dias					Produção Média Total				
				Leite (kg)	M. G. (kg)	M. P. (kg)	T. G. %	T. P. %	Leite (kg)	M. G. (kg)	M. P. (kg)	T. G. %	T. P. %
13	249	3,3	350	7445	293	244	3,95	3,28	8239	328	270	3,99	3,28

PRODUÇÃO MÉDIA POR LACTAÇÃO

N.º Animais	N.º Lact.	Dias Lact.	Produção Média aos 305 Dias					Produção Média Total				
			Leite (kg)	M. G. (kg)	M. P. (kg)	T. G. %	T. P. %	Leite (kg)	M. G. (kg)	M. P. (kg)	T. G. %	T. P. %
57	1	1	343	6097	230	198	3,82	3,26	6845	263	221	3,88
51	2	2	349	7416	294	242	3,95	3,26	8240	331	269	4,00
48	3	3	369	8146	329	274	4,06	3,36	9159	376	309	4,10
33	4	4	328	7511	290	244	3,90	3,27	7990	309	259	3,91
19	5	5	351	8542	341	278	3,97	3,26	9361	375	303	3,98
41	>5	>5	357	7975	317	260	4,05	3,27	8777	351	285	4,07

CONTRASTE LEITEIRO 2014 NA RAA

Contraste 2014 na R.A.A.				
Ilhas	Amostras	Expl Jan	Expl Jun	Supervisões.
S. Miguel	76137	277	279	293
Terceira	42376	157	193	13
Graciosa	4122	13	13	0
S. Jorge	4195	27	27	9
Pico	3263	22	22	0
Faial	3054	23	23	0

2 – LIVROS GENEALÓGICOS

2.1 – RAÇA CHAROLESA

Foi elaborado um protocolo em 2014 de colaboração entre a Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, atual Secretaria Regional dos Recursos Naturais, a Direção Geral de Veterinária e a Associação Portuguesa de Criadores de Bovinos da Raça Charolesa com o intuito de alargar o Livro Genealógico da Raça Bovina Charolesa à Região Autónoma dos Açores.

Nº DE ANIMAIS DA RAÇA BOVINA CHAROLESA CERTIFICADOS ATÉ JUNHO DE 20214

Ilhas	Nº criadores	Nº de Fêmeas		Nº de Machos		Total de animais por ilha
		LN	LA	LN	LA	
Stª Maria	2	0	0	0	0	0
Terceira	3	2	1	0	1	4
Graciosa	2	0	0	0	0	0
S. Jorge	2	5	0	2	0	7
Pico	19	3	1	3	6	13
TOTAL	28	10	2	2	7	21

LN: Livro de Nascimento ; LA: Livro de Adultos

ANIMAIS AVALIADOS JUNHO DE 2014 :

Ilha	Março 2014 dia	Nº criadores	Nº animais
Terceira	28	3	6
S. Jorge	27	2	6
Pico	24 a 26	6	24
TOTAL		11	36

2.2 – RAÇA LIMOUSINE

Em 2014, foi elaborado um protocolo de colaboração entre a Secretaria Regional dos Recursos Naturais, a Direção Geral de Veterinária e a Associação Portuguesa de Criadores da Raça de Bovina Limousine para alargar o Herd-Book Português da Raça Bovina Limousine à RAA.

N.º DE ANIMAIS DA RAÇA LIMOUSINE CERTIFICADOS EM 2013

Ilhas	N.º criadores origem *	N.º de Fêmeas		N.º de Machos		Total de animais por ilha
		LN	LA/A1	LN	LA/A1	
Stª Maria	12	39	17	34	0	102
Terceira	9	33	11	37	10	100
Graciosa	0	0	0	0	0	0
S. Jorge	5	15	8	19	0	47
Pico	5	18	4	23	0	50
Faial	11	35	30	35	5	116
Flores	2	3	1	3	0	9
Corvo	3	4	0	3	1	11
Totais	47	147	71	154	16	435

LN: livro de nascimentos; LA: Livro de adultos; A1: Secção principal - Puro sangue;*: onde os animais foram avaliados

N.º DE ANIMAIS DA RAÇA LIMOUSINE CERTIFICADOS NO 1º SEMESTRE 2014

Ilhas	N.º criadores origem *	N.º de Fêmeas		N.º de Machos		Total de animais por ilha
		LN	LA/A1	LN	LA/A1	
Stª Maria	11	28	16	27	0	71
Terceira	8	32	27	28	15	102
Graciosa	0	0	0	0	0	0
S. Jorge	4	15	14	13	0	42
Pico	5	19	13	11	0	43
Faial	13	30	53	33	3	119
Flores	2	1	4	4	0	9
Corvo	3	6	2	4	0	12
Totais	46	131	129	120	18	380

LN: livro de nascimentos; LA: Livro de adultos; A1: Secção principal - Puro sangue;*: onde os animais foram avaliados

Animais avaliados pelos Técnicos da Associação da Raça Limousine durante o 1º Semestre de 2014:

Ilha	Datas	Nº criadores	Nº animais	Observações
St.ª Maria	18 a 20 de Março	10	59	
	2 de Julho	10	44	
Terceira	16 a 18 Março	8	60	
	28 Junho a 1 Julho	9	70	1 criador com 1 animal não fez pesagem
S. Jorge	13 Março	4	25	
	27 de Junho	4	13	
Pico	12 Março	5	25	
	23 de Junho	5	41	
Faial	10 a 12 Março	9	45	
	25 a 26 Junho	12	46	
Flores	15 Março	2	5	
	24 de Junho	2	5	visita cancelada, greve da sata
Corvo	14 Março	2	2	
	25 de Junho	3	10	visita cancelada, greve da sata

2.3 – RAÇA BOVINA ABERDEEN-ANGUS

Em Novembro de 2007, a Direção Geral de Veterinária aprova o Regulamento do Livro Genealógico Português da Raça Bovina Aberdeen-Angus (LGPRBA) ficando a Federação Agrícola dos Açores detentora desse livro.

N.º DE ANIMAIS DA RAÇA BOVINA ANGUS CERTIFICADOS NO 1º SEMESTRE 2014

Ilhas	Nº criadores	Nº Fêmeas		Nº Machos		Total de animais por ilha
		LN	LA	LN	LA	
Terceira	8	3	80	2	6	91
Graciosa	5	7	54	5	1	67
Faial	2	6	25	6	1	38
Pico	13	3	34	5	10	53
S. Miguel	1	1	5	1	2	9
S. Jorge	1	0	0	0	1	1
TOTAL	30	20	198	19	21	259

LN: Livro de Nascimento; **LA:** Livro de Adultos

Nº DE ANIMAIS CERTIFICADOS NO 1º SEMESTRE DE 2014 NO CONTINENTE

Continente	Criadores	N.º Fêmeas	N.º de Machos
LN		145	113
LA		780	128
TOTAL	89	925	241

LN: Livro de Nascimento; **LA:** Livro de Adultos

3 – PROGRAMA DE INCENTIVO AOS BOVINOS CRUZADOS

Programa de Incentivo à Produção de Bovinos Cruzados nas Explorações Leiteiras da Região Autónoma dos Açores - **Portaria 30/2013 de 9 de Maio.**

Esta portaria tem por objetivo o fomento e progresso estrutural da agricultura açoriana contribuindo para a melhoria e eficácia económica do setor.

Considerando que é necessário continuar a criar condições ao nível das explorações agropecuárias, de forma a que estas se adaptem estruturalmente e melhorem a sua produtividade, subjacente a melhores níveis de produção e ao estímulo pela qualidade.

Este programa teve uma adesão de 1.898 produtores e neste momento foram introduzidas no programa 2737 IA, tendo um valor total de apoio de 34.190,02 €.

Programa de Incentivo à Produção de Bovinos Cruzados nas Explorações Leiteiras da RAA

Subcentro	1.º trimestre		2.º trimestre		Total por Subcentro	
	Num. IAs	Valor	Num. IAs	Valor	Num. IAs	Valor
Subcentro de IA da Agrojorge	36	450,00 €	302	3.774,80 €	338	4.224,80 €
Subcentro de IA da AAIP	16	200,00 €	19	237,50 €	35	437,50 €
Subcentro de IA da AJAM	22	275,00 €	85	1.062,00 €	107	1.337,00 €
Subcentro de IA da AASM	493	6.152,64 €	581	7.250,88 €	1074	13.403,52 €
Subcentro de IA da Lilásprado	71	887,50 €	53	662,50 €	124	1.550,00 €
Subcentro de IA da Terceira Farma	180	2.249,70 €	176	2.200,00 €	356	4.449,70 €
Subcentro de IA da Unicol	321	4.012,50 €	196	2.450,00 €	517	6.462,50 €
Subcentro de IA de Luís Mota	40	500,00 €	33	412,50 €	73	912,50 €
Subcentro de IA Clínica de Santana	25	312,50 €	56	700,00 €	81	1.012,50 €
Subcentro de IA Picogenes	6	75,00 €	26	325,00 €	32	400,00 €
Sub-TOTAL:	1210	15.114,84 €	1527	19.075,18 €		
		Num. IAs		Valor		
TOTAL:	2737			34.190,02 €		

4 – GADO BRAVO

4.1 – RAÇA BRAVA DE LIDE

A Associação Portuguesa de Criadores de Toiros de Lide (APCTL), sediada em Samora Correia é a detentora do Livro Genealógico Português dos Bovinos da Raça Brava de Lide.

A 10 de Setembro de 2008 foi estabelecido um Protocolo de Colaboração entre a Secretaria Regional da Agricultura e Florestas e a Associação Portuguesa de Criadores de Toiros de Lide, tendo como objetivo o alargamento do Livro Genealógico Português dos Bovinos da Raça Brava de Lide à Região Autónoma dos Açores, bem como, apoio às ganadarias açorianas já associadas.

Ganadarias açorianas associadas da APCTL:

Ganadaria		Ilha	Nascimentos (LN)		Ferras (4)	Animais Adultos (LA)	
			Machos	Fêmeas		Machos	Fêmeas
	Rego Botelho	Terceira	2	2	18 de Janeiro 2014	9	7
	C.A. José Albino Fernandes	Terceira	21	16	10 de Maio 2014	16	19
	Ezequiel Rodrigues	Terceira	3	5	26 de Abril 2014	18	6
	Álvaro Amarante	São Jorge	3	2			
	João Gaspar	Terceira	7	1			
	Ribeiro da Silva	Terceira					
	Francisco Sousa	Terceira	8	2	18 de Maio 2014	9	3
		Totais	44	28		52	35

4.2 – REGISTO ZOOTÉCNICO DA POPULAÇÃO BOVINA BRAVA DOS AÇORES

O Regulamento do Registo Zootécnico da População Bovina Brava dos Açores está sedado nesta Direção Regional e foi aprovado através da Portaria 45/2010 de 6 de Maio.

Neste momento existem 33 criadores inscritos neste Registo, sendo que 18 são da Terceira, 3 da Graciosa, 10 de São Jorge, 1 do Pico e 1 de São Miguel.

Ganadaria		Ilha	Nascimentos (LN)		Ferras (18)	Animais Adultos (LA)	
			Machos	Fêmeas		Machos	Fêmeas
FS	Francisco Sousa	Terceira	4	1	18 de Maio 2014	3	3
R-B	Rego Botelho	Terceira	1		18/Janeiro e 27/Abril 2014	23	15
JA	C.A. José Albino Fernandes	Terceira	4		10 de Maio 2014		2
MG	Manuel Borba Gaspar	Terceira	3	1			
ER	Ezequiel Rodrigues	Terceira			26 de Abril 2014	1	3
HF	Humberto Filipe	Terceira	6	7	25/Abril e 20/Junho 2014	22	15
EG	Eliseu Gomes	Terceira	10	8	4 de Maio 2014	11	2
J	José Lúcio Veiga	Graciosa			1 de Junho 2014		5
D	Duarte Pires	Terceira					
ML	Manuel Leonardo Silva	Graciosa					
G	Gabriel Ourique	Terceira					
MR	Manuel João Rocha	Terceira	5	3	22 de Junho 2014	8	4
AA	Álvaro Amarante	São Jorge	1	3			
FB	Fernando Bettencourt	Pico					
VS	Manuel Valentim Santos	Graciosa			31 de Maio 2014	3	1
M	Machado e Silva	São Jorge					
GA	Gabriel Azevedo	São Jorge					
AS	Ângelo Silva	São Jorge			17 de Maio 2014	4	4
AF	António José Fernandes	Terceira					
FE	António Lúcio Ferreira	Terceira	3	2	19 de Abril 2014	8	11
JG	João Gaspar	Terceira					
SP	Silva e Pereira	São Jorge		1			
JS	José Alvarino Silva	São Jorge					
JA	José Adriano Soares	São Jorge					
AL	António Silveira Leonardo	São Jorge			26 de Abril 2014	1	
M	Francisco Machado	Terceira					
D	Marco Nogueira	Terceira			11 de Maio 2014	7	3
FP	Francisco Pereira	Terceira	11	3	27 de Abril 2014	3	7
JA	João Júlio Amarante	São Jorge	4	1			
JE	José Eduardo Silva	São Jorge					
IP	Irmãos Pimentel	São Miguel			3 de Maio 2014	2	5
JS	José Fernando Silva	Terceira					
FC	Ferreira e Costa	Terceira	1		29 de Março 2014	2	11
Totais			53	30		98	91

Estes animais ferrados passaram para o Livro de Adultos da População Bovina Brava dos Açores, sendo que já foram emitidos certificados para os machos poderem ser lidados na Tourada à Corda, quando atingirem a idade mínima de três anos.

5 – INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL (IA)

5.1 – SUBCENTROS DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL

Os subcentros licenciados até ao final deste semestre são:

Subcentros Inseminação Artificial (IA) - Açores

Códigos	Proprietários	Iha	Subcentro
9136	António Luis Faria Arruda	São Miguel	Particular
9170	José Luís Silvestre Arruda	São Miguel	Particular
9171	João Mendonça Ventura	Terceira	Particular
9172	Abel Manuel Enes Leal	Terceira	Particular
9173	TerceiraFarma	Horta	Público
9174	Francisco Manuel Dias Ferreira	Terceira	Particular

5.2 – COMPILAÇÃO DAS IA DA REGIÃO 1.º SEMESTRE 2014

IA 2014

Raça/ Ilha	S ^{ta} Maria	S. Miguel*	Terceira	Graciosa	S. Jorge	Pico	Faial	Flores e Corvo	Total
Holstein	14	6.810	6.292	136	590	74	842	9	14.767
Limousine	40	434	524	108	224	40	426	16	1.812
Charolês	27	2	15		36	65	292	3	440
Simmental-			64	4	37	28	165	1	299
Hereford			399		40	3	33	8	483
Jersey	4	452	414	4	55	20	63	6	1.018
BBB	1	11	7	4	63	4	63		153
Angus	5	859	1.735	30	166	87	262	23	3.167
Belgian Blue		10	65						75
Red Danish		5							5
BlondD'Aquitaine	4					1	103		108
Montbéliard			230		18		1	1	250
Brown Suiss		53							53
Ramo Grande		2	37		28	7	38		112
Inra 95			31						31
Vermelha Sueca			91		23	4			118
Parda Suíça					5	1	19		25
Fertility plus		4	65						69
Total	95	8.642	9.969	286	1.285	334	2.307	67	22.985

*Valores Incompletos

E – PLANO DE CONTROLO DE CÃES

Foram efetuados os seguintes controlos de cães na circulação pelas brigadas do SEPNA/GNR-Açores neste 1.º semestre:

CONTROLOS DE CÃES NA CIRCULAÇÃO/ALOJAMENTO						
Cães das Raças Não Perigosas e Não Potencialmente Perigosas						
	Nº Cães Fiscalizados		Nº Infrações		Nº Notificações	
	SEPNA	PTer	SEPNA	PTer	SEPNA	PTer
Falta de Licença de Detenção, Posse e Circulação (alínea a) nº1Artº14º DL nº314/2003)	606	5	142		1	
Falta de Registo (nº2Artº14º DL nº314/2003)			127		1	
Falta de Identificação Eletrónica-Chip (nº1Artº19º DL nº313/2003)			135		1	
Falta de Vacinação Anti-Rábica (alínea a) nº3 Artº14º DL nº314/2003)			127			
Falta de Açaímo ou Trela (alínea b) nº1Artº14º DL nº314/2003)			3			
Circulação na via pública sem coleira ou peitoral- identificação (alínea c) nº1Artº14º DL nº314/2003)			3			
Presença na via ou lugar público de cães sem estarem acompanhados pelo detentor (alínea b) nº1 Artº 14º DL			6			
Não comunicação de morte ou extravio, alterações de detentor ou da residência (alínea c) nº2 Artº 19º DL nº313/2013						
A criação de obstáculos ou não permissão da verificação da identificação do canídeo (alínea e) nº2 Artº19º DL nº313/2013						
Permanência de cães em habitações e terrenos anexos em desrespeito pelas condições previstas (alínea c) nº3 Artº14º DL nº 314/2013			7			
Abandono de canídeos (alínea c) nº2 Artº68º DL nº 276/2001 republicado pelo DL nº 260/2012)			2			
A violação do dever de cuidado previsto que crie perigo para a vida ou integridade física de outro animal (alínea j) nº1 Artº68º DL nº 276/2001 republicado pelo DL nº 260/2012)			4			
A violação do dever de cuidado previsto que crie perigo para a vida ou integridade física de outrem (alínea b) nº2 Artº68º DL nº 276/2001 republicado pelo DL nº 260/2012)			2			
Proibição de violência contra canídeos (alínea c) nº2 Artº 68º DL nº 315/2003)			3			
Espectáculos ou outras maisfestações similares que envolvam lutas entre animais de companhia (alínea f) nº2 Artº 68º DL nº 315/20031						
Alojamento em desrespeito das condições fixadas (alínea f) nº1 Artº68º DL nº276/2001 republicado pelo DL nº260/2012)			1			
TOTAL	606	5	562	0	3	0
	611		562		3	

CONTROLO DOS CENTROS DE HOSPEDAGEM, CRIAÇÃO, REPRODUÇÃO, TREINO E EXPOSIÇÕES/CONCURSOS						
Cães das Raças Não Perigosas e Não Potencialmente Perigosas						
	Nº Cães Fiscalizados		Nº Infrações		Nº Notificações	
	SEPNA	PTer	SEPNA	PTer	SEPNA	PTer
Falta de Registo, Licença ou Licença caducada (alínea a) nº1 Artº38º DL nº 315/2009 com nova redação dada a Lei 46/2013	50	0	40		1	
Falta de Identificação Eletrónica-Chip (alínea a) nº1 Artº38º DL nº 315/2009 com nova redação dada Lei nº46/2013			32			
Falta de Seguro Responsabilidade Civil Válido (alínea b) nº1 Artº38º DL nº 315/2009 com nova redação dada Lei nº46/2013			37		1	
Circulação fora das condições previstas (alínea d) nº1 Artº38º DL nº315/2009 com nova redação dada Lei nº46/20013			8			
Falta de Vacinação Anti-Rábica (alínea a) nº3 Artº14º DL nº314/2003)			27			
Falta de Esterilização (alínea g) nº1 Artº38º DL nº315/2009 com nova redação dada Lei nº46/20013)			36		1	
Treino tendo em vista a participação em lutas ou o aumento ou reforço de agressividade para pessoas, outros animais ou bens alínea ll nº1 Artº38º DL nº315/2009 com nova redação dada Lei nº46/2013			0			
Falta de treino (alínea m) nº1 Artº38º DL nº315/2009 com nova redação dada Lei nº46/20013)			0			
Introdução em Território Nacional sem registo/autorização (alínea e) nº1 Artº38º DL nº315/2009 com nova redação dada Lei nº46/2013)			0			
Alojamento sem que existam condições de segurança (alínea c) nº1 Artº38º DL nº315/2009 com nova redação dada Lei nº46/2013			22			
Não observância deveres de cuidado ou vigilância (alínea r) nº1 Artº38º DL nº315/2009 com nova redação dada Lei nº46/2013			5			
Não comunicação de morte ou extravio, alterações de detentor ou da residência (alínea c) nº2 Artº 19º DL nº313/2003			0			
A criação de obstáculos ou não permissão da verificação da identificação do canideo (alínea e) nº2 Artº19º DLnº313/2003			0			
Permanência de cães em habitações e terrenos anexos em desrespeito pelas condições previstas (alínea c) nº3 Artº14º DL nº 314/2003			0			
Abandono de canídeos (alínea c) nº2 Artº68º DL nº 276/2001 republicado pelo DL nº 260/2012)			0			
Alojamento em desrespeito das condições fixadas (alínea f) nº1 Artº68º DL nº 276/2001 republicado pelo DL nº 260/2012			1			
TOTAL	50	0	208	0	3	0
	50		208		3	

F – OUTRAS AÇÕES

Elaboração conjunta, com o jurista, da proposta de alteração da Portaria n.º 65/2000, de 20 de setembro que prevê um apoio financeiro à aquisição de reprodutores de raça brava, machos ou fêmeas.

Elaboração da sub-medida 10.2 Apoio para a conservação e uso sustentável e desenvolvimento de recursos genéticos do Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma.

Elaboração e júri do concurso para dois lugares, para constituição de relação jurídica de emprego por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de 2 postos de trabalho, da categoria de técnico superior, da carreira de técnico superior (área engenharia zootécnica ou tecnologia agro-alimentar) em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para afetar ao laboratório regional de veterinária da direção de serviços de veterinária, do quadro regional da ilha terceira.

G – SAÚDE PÚBLICA VETERINÁRIA

A adoção das Políticas Nacionais de Controlo na área da Segurança Alimentar, da competência da Direção Geral de Alimentação e Veterinária pressupõe que as mesmas sejam traduzidas e aplicadas à realidade Regional pela Direção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural – Direção de Serviços de Veterinária – Divisão de Higiene Pública Veterinária (DSV-DHPV).

A adequação à realidade da Região em cumprimento das Normas defendidas no espaço comunitário é, de entre muitos, o enorme desafio que se coloca nos tempos que correm à DSV-DHPV, sendo que em primeira instância temos a missão de defender e promover a segurança alimentar e os sistemas de defesa da saúde pública.

A União Europeia adotou uma estratégia integrada que visa a segurança dos alimentos.

A ambição estratégica é a de garantir um elevado nível de segurança dos alimentos, saúde e bem-estar dos animais e fitossanidade, no seio da União Europeia.

Para tal são definidas medidas de controlo e vigilância coerentes “**da exploração à mesa**”, “**do mar ao lar**”. Esta abordagem exige toda a atenção dos estados membros no desenvolvimento e posteriormente na aplicação de medidas legislativas e outras ações que assegurem os sistemas de controlo eficazes bem como avaliar a observância das normas UE nos diferentes sectores

(qualidade e segurança dos alimentos, saúde e bem estar dos animais e fitossanidade), tanto na UE como nos Países Terceiros.

É também fundamental a gestão das relações internacionais com os Países Terceiros e com as Organizações Internacionais nos diferentes domínios atrás referidos.

No que diz respeito à Higiene Pública Veterinária são implementadas as consequentes medidas de controlo, vigilância, reporte de dados que, a nível regional servirão para a gestão regional e para contribuir para a gestão nacional. É pois dando cumprimento às competências atribuídas a esta Divisão que se elabora este relatório.

1 – CONTROLO DOS ESTABELECIMENTOS

ESTABELECIMENTOS DA LISTA OFICIAL

Estabelecimentos Aprovados – Adoção da Regulamentação Comunitária, Nacional e Regional.

Licenciamento Industrial (NCV) e outros licenciamentos de estabelecimentos.

É de extrema relevância a comunicação e oficialização dos procesos entre SDA e DSV-DHPV, assim como outras entidades como é o caso da DRAIC e DRP considerando atribuições, averbamentos, ampliações e cancelamentos.

É necessária a verificação em cada Controlo Oficial das atividades desenvolvidas no estabelecimento assim como as informações gerais do próprio (dados do operador económico e do estabelecimento).

Com base nos dados fornecidos, a DSV-DHPV oficializa junto a DGAV os dados de todos os estabelecimentos aprovados na RAA. Como objetivo do presente ano, encontra-se a atualização da listagem oficial de estabelecimentos incluídos no SIPACE, que são a fonte de informação para as listagem oficiais dos estabelecimentos aprovados no País. Esta oficialização está a decorrer no presente ano, e será enviada a todos os SDA uma listagem com todos os dados recopilados, antes do final do segundo semestre, para a verificação dos dados atualizados.

2 – PCOSEVAA-PACE

A atuação do PCOSEVAA em 2013 teve por base a interpretação dos resultados de controlo de 2011 e 2012. Para identificar os controlos a fazer em 2013 foi feita uma consulta e verificação

dos controlos a realizar tendo por base os controlos anteriores inseridos na base de dados oficial da RAA para efeitos de controlo PCOSEVAA (Base de dados da Higiene Pública Veterinária).

A execução do PCOSEVAA 2013 terá fornecido elementos objetivos para permitir realizar uma análise de risco, pelos respectivos Serviços de Controlo Oficial, aos estabelecimentos abrangidos pelo citado Plano e desta forma calendarizar o trabalho para os anos subsequentes.

À DSV - HPV compete coordenar os controlos higio-sanitários oficiais. Nesse sentido, elabora e mantém atualizado o plano de controlo oficial, acompanha e supervisiona a sua implementação e avalia a execução no final de 2013 o Plano sofreu uma importante revisão, passando a ser denominado PCOSEVAA -PACE e foi com este objetivo de promover o cumprimento da legislação aplicável aos estabelecimentos industriais que laborem produtos de origem animal. Assim como os estabelecimentos de comércio por grosso que armazenem a temperatura controlada, estabelecimentos de subprodutos de origem animal e estabelecimentos de comércio a retalho de carne, produtos da pesca e produtos lácteos.

2.1 EXECUÇÃO AMOSTRAGENS PCOSEVAA

As amostragens a realizar no âmbito do PCOSEVAA são determinantes para a evidência do resultado do Autocontrolo realizado pelo Operador Económico (OE) e respetiva validação pelo Controlo Oficial (CO). Este permitirá assim atestar sobre o controlo do operador económico

A amostragem deve ser efetuada de acordo com o plano de colheita de amostras previamente estabelecido no início de cada ano, entre a Divisão de Higiene Pública Veterinária e os diversos Serviços de Desenvolvimento Agrário de cada ilha. Para o ano 2013, foi continuado o mesmo procedimento dos anos anteriores. No entanto, para o 2º semestre de 2014 pretende-se ajustar esta execução ao PIGA (Plano de Inspeção dos Géneros Alimentícios) em vigor a nível nacional.

No caso de resultados não conformes, deu-se seguimento ao procedimento de acompanhamento individual dos controlos e atuações de cada SDA, já iniciado em 2012, considerando as ações corretivas necessárias tomar por cada OE e o respetivo acompanhamento por cada SO (identificação do problema e revisão de procedimentos).

Foram reforçados determinados aspetos relacionados com a colheita de amostras tais como:

- Informar operador económico de resultados;

- Acompanhamento de Resultados Não Conformes;
- Registo de colheita de amostras na Base de Dados Filemaker;
- Cumprimento da Planificação (número de amostras datadas de colheitas);
- Apenas solicitar pesquisas regulamentadas (Reg. 2073/2005, versão consolidada), salvo em casos específicos.

É ainda vital que cada SDA, tanto quanto possível, cumpra com uma calendarização de execução anual a remeter ao LRV, para que possa haver por parte deste laboratório uma gestão das necessidades mais adequada.

O quadro IV evidencia os resultados das amostragens realizadas no 1º e no 2º trimestre de 2014.

QUADRO IV – PLANO DE EXECUÇÃO DE AMOSTRAGENS (NO ÂMBITO DOS CONTROLOS PCOSEVAA) –1º SEMESTRE DE 2014

	Amostras previstas 2014	Total 1º sem. 2014	Amostras NC
Sta. Maria	3	1	0
São Miguel	12	7	2
Terceira	7	6	0
Graciosa	2	2	0
São Jorge	5	5	0
Pico	4	8	0
Faial	3	0	0
Flores/Corvo	3	1	0
TOTAL	39	30	2

Verifica-se que existem serviços de Ilha que já cumpriram a planificação de colheita. Foi reforçada O excesso de colheitas e as pesquisas não regulamentadas devem sempre ser justificados (exemplo: suspeitas, resultados não conformes, etc.).

Em São Miguel houve duas amostras de chouriço não conformes: uma relativamente a Listeria e E.coli e outra apenas a E. coli. A DSV não teve conhecimento da atuação do SDASM relativamente a este resultado Não Conforme.

2.2. EXECUÇÃO CONTROLOS PCOSEVAA-PACE

A avaliação da execução do PCOSEVAA tem por base o total de estabelecimentos existentes na RAA, com NCV atribuído e que mediante avaliação de risco seria necessário controlar em 2014; acrescidos do total de estabelecimentos que não foram controlados em anos anteriores.

O cumprimento dos objetivos definidos no PCOSEVAA - PACE, nomeadamente no que diz respeito ao número de visitas, carece de uma programação criteriosa a nível regional no sentido de alocar recursos humanos e técnicos para a concretização dos objetivos.

Com a revisão do Plano, foram estabelecidos novos critérios de avaliação. O PCOSEVAA - PACE é um plano que tem como objetivo a sistematização da implementação de ações de controlo oficial para deteção de incumprimentos ao disposto na legislação aplicável aos operadores da cadeia alimentar. Como resultado destas ações de controlo é efetuada uma classificação do grau de cumprimento de cada operador tendo em conta o indicador de avaliação que maior risco apresenta para a segurança do processo de fabrico.

Na sequência das ações de controlo oficial programadas, em que são detetados incumprimentos, são impostas medidas corretivas urgentes aos operadores, cujos incumprimentos são graves e é verificada a respetiva correção em controlos de verificação, os quais permitem a reclassificação do grau de cumprimento de cada operador.

Considera-se então que cada setor deve ter um GCM inferior a dois para que o plano atinja os seus objetivos, sendo este o primeiro indicador de eficácia do plano.

Por outro lado, interessa que as ações de controlo tenham também um efeito de melhoria na globalidade dos incumprimentos menos graves.

Considera-se então que cada setor deve idealmente ter uma taxa de melhoria positiva para que o plano atinja os seus objetivos, sendo este o segundo indicador de eficácia do plano.

3.2.1. Duração dos processos de atribuição de novos NCV:

A duração média na RAA foi de 45,7 dias, que corresponde ao intervalo de tempo entre a data da vistoria e a data de comunicação do NCV atribuído à DSV e à entidade coordenadora. Estes valores indicam uma melhoria muito significativa em relação aos valores obtidos em 2013 (média de 85 dias na RAA), em qual a duração média nacional foi de 46,5 dias. No entanto, a análise global dos dados permite antever melhorias ainda muito consideráveis.

A etapa “Vistoria – Envio do processo” é a etapa naturalmente mais relevante e demorada no processo de aprovação, que compreende o tempo ocorrido desde a realização da vistoria até ao envio do processo à DSSA e envolve a elaboração e validação do auto de vistoria e o

preenchimento do filemaker e SIPACE. Em 2013 a media era de 61 dias, e em 2014 passou para 30 dias.

2.2.2. CONTROLO - CUMPRIMENTO DOS PRAZOS: % de Vistorias dentro do prazo

Na análise dos dados constantes foram consideradas todas as vistorias inseridas no filemaker que ocorreram no 1.º semestre de 2014, exceto as efetuadas em navios-fábrica e navios-congeladores. Os indicadores usados foram os seguintes:

- a) % de vistorias dentro do prazo – Cada vistoria é classificada como “Dentro do prazo” ou “Fora do prazo” consoante a mesma tenha ocorrido até à data limite determinada de acordo com o previsto no plano ou depois dessa data;
- b) Número médio de dias de atraso nos controlos regulares – média do número de dias que passou entre a data limite para a realização das vistorias de controlo regular, determinada nos termos do plano e a data em que vistoria ocorreu. Naturalmente, este indicador só é calculado nas vistorias em que não houve cumprimento do prazo.

Os resultados do 1.º semestre de 2014 apresentam uma taxa de execução mais baixa do que os calculados para o conjunto de todas as vistorias realizadas até ao final de 2013, estes foram comunicados mais especificamente pelo ofício SAI.DRADR/2014/7017.

2.3. SUPERVISÃO CONTROLOS PCOSEVAA-PACE

O Plano de Aprovação e Controlo de Estabelecimentos (PACE), assim como o Plano PCOSEVAA-PACE em conformidade com a adaptação realizada para a RAA, , define os procedimentos inerentes ao controlo oficial dos estabelecimentos, como previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Regulamento (CE) n.º 882/2004 de 29 de abril.

Adicionalmente e considerando que esta atividade deve contribuir para a confluência entre os objetivos de proteção da saúde pública, de saúde e de promoção da atividade económica foi desenvolvido um sistema de avaliação a nível nacional que vem dar resposta a estas preocupações bem como à exigência legal que decorre do Regulamento (CE) n.º 882/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, 29 de Abril de 2004, relativo aos controlos oficiais realizados para assegurar a verificação do cumprimento da legislação relativa aos alimentos para animais e aos géneros alimentícios.

A experiência adquirida com a implementação do plano, bem como as auditorias a que o mesmo foi sujeito, têm demonstrado a necessidade de desenvolver e aprofundar os procedimentos de supervisão, por forma a assegurar a eficácia dos controlos oficiais, tal como previsto no n.º 3 do artigo 8.º do mesmo Regulamento.

O Manual de Procedimentos foi divulgado aos SDA pelo ofício SAI.DRADR/2014/6090. O início das ações será em Julho de 2014, considerando que é possível ainda integrar o Plano Nacional e também ter ação corretiva sobre algumas das recomendações das auditorias. O manual de procedimentos constitui um documento de orientação dos procedimentos inerentes à supervisão dos controlos oficiais efetuados no âmbito do PCOSEVAA - PACE.

As ações de supervisão consistem no acompanhamento dos Técnicos Executores dos controlos oficiais, durante os mesmos, por Técnicos Supervisores da DSV e pontualmente pela DSSA. as ações de supervisão são um mecanismo diferente, porventura complementar das auditorias, sendo estas efetuadas no âmbito do n.º 6 do artigo 4.º do mesmo Regulamento.

Os Objetivos Operacionais são efetuar o seguinte número mínimo de supervisões por ano, em cada setor identificado:

Carnes	1
Produtos da pesca	1
Moluscos Bivalves Vivos	
Leite	1
Ovos	
Pastelaria	1
Mel	
Pré-cozinhados	
Entrepósitos frigoríficos	1
Subprodutos	1
Total	6

3 – INSPEÇÃO SANITÁRIA

A DSV-DHPV no que diz respeito à Inspeção Sanitária (IS) tem por missão, por um lado, proporcionar aos inspetores sanitários da RAA informação sobre procedimentos de atuação necessários para dar cumprimento ao disposto nos diplomas comunitários e nacionais aplicáveis, assegurando a uniformidade de atuação e consistência na aplicação dessas normas.

A maior sistematização de procedimentos e o incremento da consistência dos controlos oficiais no âmbito da Inspeção Sanitária são o padrão de atuação que pretendemos alcançar. A articulação desta atuação com todas as restantes que integram controlos dos serviços Oficiais pretende alcançar, a importante função de defesa da Saúde Pública que a DSV-DHPV em conjunto com os Serviços de Desenvolvimento Agrário temos por missão.

3.1 – INSPEÇÃO SANITÁRIA DE PESCADO

Em 1998, a Direção Geral de Alimentação e Veterinária implementou o sistema de inspeção higio-sanitária nas lotas, tendo sido determinada a necessidade da presença em permanência de, pelo menos, um médico veterinário oficial durante todo o período de funcionamento, onde se incluíam os períodos de leilão e venda de produtos da pesca e aquicultura. Os fundamentos legais foram decorrentes do aprovado pelo Decreto-Lei n° 375/98, de 24 de Novembro de 1998.

Em 2004 com a revogação do Decreto-Lei n° 375/98 e a entrada em vigor do Regulamento (CE) n° 854/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril, que estabelece regras específicas de organização dos controlos oficiais de produtos de origem animal destinados ao consumo humano deixou de ser considerada obrigatória a Inspeção Sanitária em lota em permanência.

A inspeção Higio sanitária de pescado na Região Autónoma dos Açores, teve o seu início em 2004, e coincidiu com o processo de atribuição do Numero de Controlo Veterinário às Lotas da Região. As diferentes ilhas tiveram tempos de início diferentes, contudo podemos dizer que o sistema se encontrava a funcionar em todas as Ilhas em 2005 pelo menos por um MVO de cada SDA.

O quadro abaixo resume o registo do pescado comercializado pela Lotaçor de 01 de Janeiro 2014 a 30 de Junho 2014.

Pescado Comercializado – 1º semestre de 2014

Ilha	Lota	Descarga por lota (Kg)	Descarga por Ilha (Kg)	Quantidade Rejeitada (Kg)	% Rejeição
Santa Maria	Vila do Porto	122.450,40	122.450,40	0,00	0,00
São Miguel	Ponta Delgada	1.553.724,67	2.184.237,43	6.069,22	0,28
	Rabo de Peixe	630.512,76			
Terceira	São Mateus	288.146,70	569.078,68	0,00	0,00
	Praia da Vitória	280.931,98			
Graciosa	Praia da Graciosa	71.039,32	71.039,32	0,00	0,00
São Jorge	Velas	113858,89	113.858,89	0,00	0,00
Pico	Madalena	507.951,50	507.951,50	0,00	0,00
Faial	Santa Cruz da Horta	556.053,85	556.053,85	0,00	0,00
Flores	Flores	39.326,75	39.326,75	0,00	0,00
Corvo	Corvo	7.523,20	7.523,20	0,00	0,00
Total RAA		4.171.520,02		6.069,22	0,28

Os novos regulamentos comunitários baseiam-se por um lado na responsabilização do operador pela segurança dos produtos que coloca no mercado, e por outro na realização, pelas Autoridades Competentes, de controlos oficiais em função da avaliação de risco. Nesse sentido, a DGAV aprovou, dia 8/5/2008, um procedimento de inspeção hígio-sanitária em salas de desmancha e lotas, baseado na avaliação de risco.

No 1º semestre de 2014, a DSV como Autoridade Veterinária Regional da RAA, elaborou uma proposta para as lotas (Int-DRADR/2014/121) um sistema de controlo semelhante determinando a frequência de Inspeção Sanitária, mediante a qualificação do grau de cumprimento calculado através de 4 critérios: Grau de cumprimento calculado no âmbito do PCOSEVAA - PACE ,média de descarga mensal, arte de pesca e PCON.

A partir de 1 de junho foram implementados na RAA os novos procedimentos para a definição da frequência da IS em Lota, que foram divulgados a todos os SDA através do ofício SAI-DRADR/2014/5192. Assim como deverá ser inserido no SIPACE o Relatório trimestral a partir de esta data.

No quadro abaixo evidenciam-se as frequências de Inspeção Sanitária determinada em cada lota de acordo com o Grau de Risco Total.

Frequências mínimas calculadas de acordo com o GRT

Ilha	Lota	Frequência mínima de Inspeção	GRT	Técnico Responsável
Santa Maria	Vila do Porto	2 x por semana	3	Luis Silva
São Miguel	Ponta Delgada	2 x por semana	3	Rita Soares
	Rabo de Peixe	1 x por semana	2	Rita Soares
Terceira	São Mateus	?	?	José Paulo Lima
	Praia da Vitória	1 x por semana*	?	Cátia Barcelos/Sara Menezes
Graciosa	Praia da Graciosa	1 x por semana	2	Ana Carina Coimbra
São Jorge	Velas	1 x por quinzena	1	Carlos Perdigão
Pico	Madalena	1 x por semana	2	José Dias/Manuela Oliveira
Faial	Santa Cruz da Horta	2 x por semana	3	Célia Mesquita
Flores	Flores	1 x por quinzena	1	Dércio Silveira
Corvo	Corvo	1 x por quinzena	1	Lara Aguiar

* Frequência mínima estipulada pelos próprios

3.2 – INSPEÇÃO SANITÁRIA - MATADOUROS

A Inspeção Sanitária é a atividade desenvolvida por Médicos Veterinários Oficiais e Auxiliares Oficiais em estabelecimentos de abate e de desmancha de carnes, cujas regras de execução estão definidas no Regulamento (CE) n.º 854/2004 de 29 de Abril. A atividade de Inspeção Sanitária compreende tarefas de inspeção e de auditoria e tem como objetivo assegurar que a carne colocada no mercado é proveniente de animais que sofreram um exame *ante mortem* e um exame *post mortem*, na sequência dos quais foram considerados aptos para consumo e que a carne foi produzida sob condições adequadas, com vista a assegurar um elevado nível de segurança dos consumidores.

Para além da importância a nível da proteção da saúde pública, a Inspeção Sanitária é uma atividade com reflexos significativos a nível económico e no funcionamento do mercado, sendo importante assegurar que não constitua um fator de desestabilização da economia.

A DHPV tem como missão a coordenação das tarefas inerentes à Inspeção Sanitária. Neste sentido foram desenvolvidas as seguintes ações:

3.2.1. Dados de Abates:

No quadro abaixo evidenciam-se os dados relativos aos abates nos Matadouros da RAA de acordo com as estatísticas do IAMA:

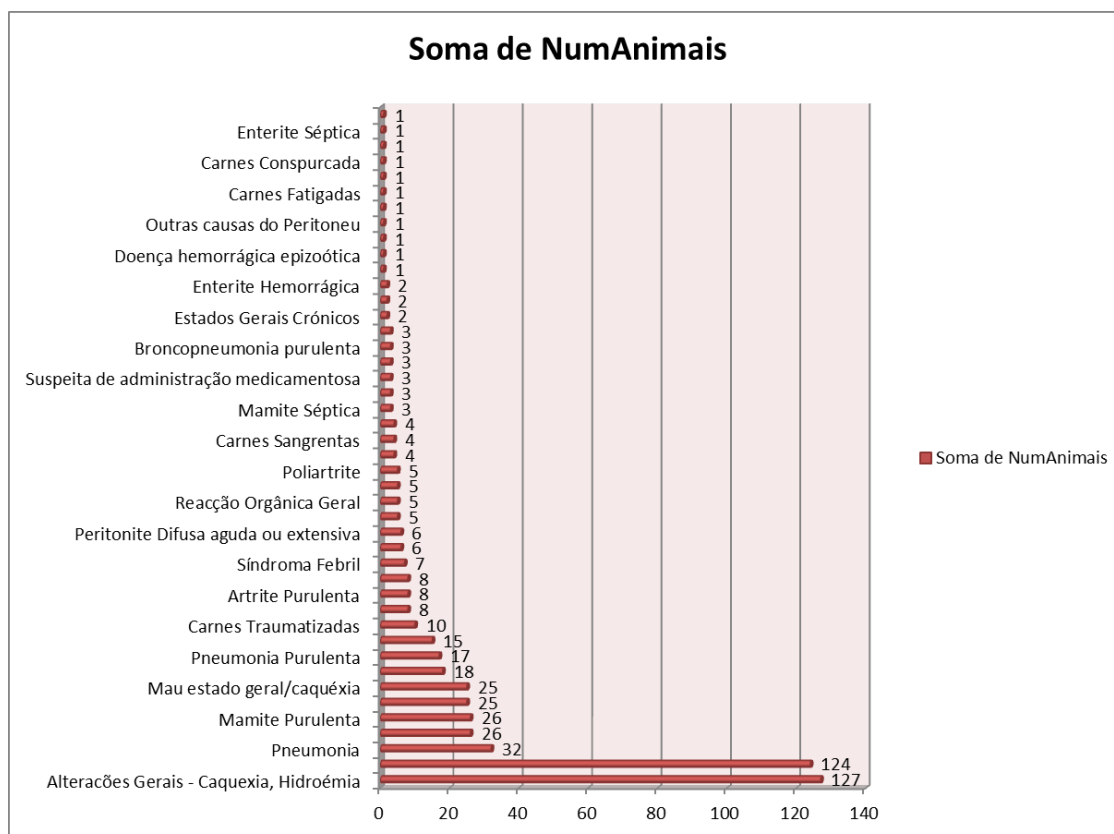
QUADRO – ESTATÍSTICAS DE ABATES NA RAA NO 1º SEMESTRE DE 2014

Estatísticas de abates - 1º semestre de 2014

Espécie	Abates	ILHAS																		Total	
		Sta Maria		S.Miguel		Terceira		Graciosa		S.Jorge		Pico		Faial		Flores		Corvo			
		nº Cab	%Rej	nº Cab	%Rej	nº Cab	%Rej	nº Cab	%Rej	nº Cab	%Rej	nº Cab	%Rej	nº Cab	%Rej	nº Cab	%Rej	nº Cab	%Rej	nº Cab	%Rej
BOVINOS	Aprovações	298		12887		9277		160		1232		2944		1129		286		15		28.243	
	Rejeições	11		5451		642		29		77		107		48		11		0		6.379	
	Total	309	3,56	18.338	29,73	9.919	6,47	189	15,34	1.309	5,88	3.051	3,51	1.177	4,08	300	4,67	15	0	34.622	18,42
SUÍNOS	Aprovações	627		23.110		5.352		594		1072		181		1511		281		69		33.869	
	Rejeições	1		530		26		1		2		56		7		2		0		625	
	Total	628	0,16	23.640	2,24	5.378	0,48	595	0,17	1.074	0,19	1.237	0	1.521	0,46	283	0	69	0	34.494	1,81
CAPRINOS	Aprovações	25		161		166		47		10		27		62		37		0		555	
	Rejeições	0		5		4		0		0		1		0		0		0		10	
	Total	25	0	166	2,69	170	2,35	47	0	10	0	28	0	62	0	37	0	0	0	565	1,77
OVINOS	Aprovações	39		9		64		4		47		45		35		22		0		265	
	Rejeições	0		0		0		0		0		0		0		0		0		0	
	Total	39	0	9	0	64	0	4	0	47	0	45	0	35	0	22	0	0	0	265	0,00
AVES	Aprovações	0		139.311		220024		0		0		18829		0		0		0		1.677.467	
	Rejeições	0		50.823		6250		0		0		2405		0		0		0		59.478	
	Total	0	0	1.370.137	3,71	226.274	2,76	0	0	0	0	140.534	0	0	0	0	0	0	0	1.736.945	3,42
COELHOS	Aprovações	0		3.961		58		0		0		0		0		0		0		4.019	
	Rejeições	0		37		1		0		0		0		0		0		0		38	
	Total	0	0	3.998	0,93	59	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4.057	0,94
Total	Aprovações	989		1.359.462		234.941		805		2.361		142.326		2.740		626		84		1.744.418	
	Rejeições	12		56.846		6.923		30		79		2.569		55		16		0		66.530	
		1.001	1,20	1.416.308	4,01	241.864	2,86	835	3,59	2.440	3,24	144.895	1,77	2.795	1,97	642	2,49	84	0,00	1.810.948	3,67

Fonte: IAMA

QUADRO – CAUSAS DE REJEIÇÃO DE UNGULADOS NA RAA NO 1º SEMESTRE DE 2014



3.2.2. SIPACE (SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO PLANO DE APROVAÇÃO E CONTROLO DOS ESTABELECIMENTOS):

O SIPACE, criado em 2010 pela DGAV, é a base de dados Nacional que suporta as tarefas inerentes aos controlos oficiais em matéria de saúde pública e em algumas vertentes de saúde animal. A RAA aderiu a este sistema em 2011, tendo procedido ao à introdução de dados de 2010. A partir de 2012 o objetivo foi a utilização do SIPACE a 100% para todas as ilhas.

Assim, relativamente ao 1º semestre de 2014 verifica-se o seguinte:

- MAPAS DIARIOS DE ABATES:

- UNGULADOS

- a. Todas as ilhas introduziram dados relativamente ao 1º semestre.
 - b. Pico e São Miguel apresentam valores muito díspares relativamente aos dados disponibilizados pelo IAMA (a introdução não foi realizada a 100%).

- AVES E LAGOMORFOS:

- a. Todos os dados introduzidos nos matadouros da Terceira e S.Miguel.
 - b. Introdução parcial de dados a partir de Março no matadouro do Pico.

- RELATÓRIO MENSAL DE I.S.

- a) EM MATADOUROS:

- Todos os relatórios introduzidos: Terceira, Faial, Flores e Corvo.
 - 50 % de adesão no matadouro de Santa Maria – Relatórios de Fevereiro, Março e Maio introduzidos
 - São Miguel - Introdução de Relatório Mensais a partir de Março
 - São Jorge – Relatórios introduzidos de Maio e Junho mas sem informação
 - 0% de adesão nos matadouros de Graciosa e Pico

- b) AVES E LAGOMORFOS:

- Todos o relatórios introduzidos - Terceira
 - São Miguel – introdução do Relatório de Junho;
 - Pico – 0% de adesão

c) SALAS DE DESMANCHA:

- 100% de adesão na Sala de Desmancha do matadouro da Terceira
- 0% de adesão nas restantes ilhas com sala de desmancha (anexa ou não a Matadouros).

3.2.3.SUPERVISÃO DA INSPEÇÃO SANITÁRIA:

a) Plano de Acompanhamento da Inspeção Sanitária

De acordo com a alínea a) do ponto 3 do art. 8º do Reg. 882/2004, as autoridades competentes devem dispor de procedimentos que lhes permitam verificar a eficácia dos controlos oficiais que realizam. Neste sentido, em 2011, a DGAV elaborou e impleto o PAIS (Plano de Acompanhamento da Inspeção Sanitária). Em 2013, a DSV adaptou o Plano Nacional de acordo com as especificidades da Região, elaborando o PAISA (Plano de Acompanhamento de Inspeção Sanitária nos Açores).

No âmbito do PAISA foi nomeada uma equipa de supervisores constituída por 2 membros da DHPV e por 2 membros dos SDA (um membro do SDAG e um membro do SDAF).

Uma vez que o Plano Nacional integra os Açores, este determina a execução de 2 supervisões por semestre. No 1º semestre de 2014 foram efetuadas 3 supervisões, das quais uma constituiu uma Ação de Acompanhamento na sequência de uma supervisão efetuada no semestre anterior. Desta forma a RAA executou o PER a 150%.

Ações Previstas	Ações Realizadas	% Execução
2	3*	150

*1 das ações de supervisão realizadas foi uma ação de acompanhamento

Tipo Matadouro	Total	Supervisionados 1º sem	% Supervisões
Aves	3	2	66,67
Ungulados	9	1	11,11
Total	12	3	25,00

*Ação de Acompanhamento

Técnicos supervisionados	IS	Aux
SDASM*	4	3
SDAT	1	0
* 3 IS e 2 Aux (Ungulados) e 1 IS e 1 Aux (Aves)		

A Tabela abaixo resume os resultados obtidos em função das áreas de trabalho:

Nº	SDA	Clas	IRCA	AM	BEA	PM	Reg e Com	MRE e Subp	Test Lab	Marc Sal	BPH	PACE
01/RAA/2014	SDASM (Aves)	18,5	2	1	1	1	2	1	2	X	1	N/A
3/RAA/2014	SDAT (Aves)	19,6	1	2	1	1	1	1	1	X	1	1
2/RAA/2014	SDASM (Ung)	9,2	1	1	1	4	3	2	4	1	N/A	1

A ação de acompanhamento realizada no Matadouro de Ungulados em São Miguel integra um Plano de Acompanhamento o qual inclui uma ação de formação especializada em Inspeção Sanitária na Região de Lisboa e Vale do Tejo, para cada membro do CIS do SDASM, acompanhados por um membro da equipa PAISA.

b) Supervisão da Introdução dos dados no SIPACE

Periodicamente é consultada a aplicação “Erros” na “IS de Ungulados” dos “Relatórios SIPACE” na intranet2 e enviada uma notificação a cada SDA via e-mail para correção do “Erro Provável” e os Serviços fizeram esforços para garantir o acompanhamento, controlo e correção periódica dos erros.

No 2º semestre de 2014 pretende-se iniciar uma avaliação dos dados introduzidos no SIPACE. Esta avaliação será trimestral e terá como base a comparação dos dados introduzidos no SIPACE e as Estatísticas Trimestrais do IAMA.

REUNIÕES/FORMAÇÕES:

Decorreu um *Workshop* de Inspeção Sanitária de Carnes ministrado pela DGAV a 14 e 15 de Maio em São Miguel. Durante o workshop foram abordados os seguintes assuntos:

- Resultados do PAIS 2013 - situações relevantes
- Missão DG (SANCO) 2013-6862 e Auditorias Internas de 2013 - Principais constrangimentos e observações mais frequentes
- Estatísticas de abate nacionais
- Novas regras para amostragem de bovinos para vigilância da BSE e de pequenos ruminantes para a vigilância de Scrapie;
- Futuras novas regras de inspeção post mortem de suínos – Reg 218/2014 Reg 219/2014;
- Futuras novas regras de amostragem de suínos para pesquisa de Trichinella – Reg 216/2014;

- Futuras novas regras de comunicação pelos operadores de resultados de pesquisa de Salmonella em carcaças de suínos no âmbito do Reg 2073/2005 – Reg. 217/2014;
- Procedimentos de controlo pelos operadores de animais vivos para abate;
- Nova portaria de pequenas quantidades – Portaria nº 74/2014
- Formação prática sobre SIPACE e Intranet2;
- Revisão in loco dos protocolos de inspeção sanitária.

4 – CONTROLO OFICIAL DA PRESENÇA DE LARVAS DE *TRICHINELLA SPP.*

De acordo com o ponto 1 do art. 2º do Regulamento 2075/2005, que estabelece regras específicas para os controlos oficiais de deteção de triquinas na carne, “As carcaças de suínos domésticos devem ser sistematicamente sujeitas a amostragem nos matadouros, como parte do exame post mortem.”

A pesquisa de Trichinella é efetuada na Região Autónoma dos Açores (RAA) desde 2006, realizada pela DSV - LRV.

Pesquisa de larvas de <i>Trichinella spp.</i> na RAA	
Ano	Nº de animais testados
2006	2.997
2007	8.517
2008	9.123
2009	13.265
2010	26.653
2011	23.468
2012	26.963
2013	26.511

Dados 1º semestre de 2014

Ilhas	Suínos abatidos	Amostras Enviadas	Resultados		% Testados
			Amostras Prejudicadas	Negativos	
Santa Maria	627	627	0	627	100,00
São Miguel	22080	2413	0	2413	10,93
Terceira	5243	5261	0	5261	100
Graciosa	540	567	0	583	107,96
São Jorge	1066	586	0	586	54,97
Pico	1116	1084	0	1084	97,13
Faial	1543	1572	0	1572	101,88
Flores	251	255	1	254	101,20
Corvo	68	68	0	68	100,00
Total	32534	12433	1	12448	38,26

NOTA: Neste quadro os dados referentes a suínos abatidos excluem os leitões (De acordo com o ponto 2 do Despacho nº 25034/2009 entende-se por "leitão" o suíno doméstico com peso inferior a 20 Kg)

Fonte: IAMA (suínos abatidos) e LRV (Amostras enviadas)

Nota: Apenas São Miguel realiza a pesquisa a aproximadamente 10% dos suínos abatidos.

O Regulamento 216/2014 veio alterar o Regulamento 2075/2005 nomeadamente no seu artigo 2º que passou a ter a seguinte redação no ponto 1. “As carcaças de suínos domésticos devem ser sujeitas a amostragem nos matadouros, como parte do exame post mortem, do seguinte modo: a) todas as carcaças de porcas e varrascos de reprodução ou, pelo menos, 10 % das carcaças de animais enviados todos os anos para abate a partir de cada exploração oficialmente reconhecida como aplicando condições de habitação controladas, devem ser examinadas para deteção de triquinias; b) todas as carcaças de explorações que não sejam oficialmente reconhecidas como aplicando condições de habitação controladas devem ser examinadas sistematicamente para a deteção de triquinias.”

Neste sentido a DSV elaborou uma check-list a ser utilizada pelos SDA de forma a verificar o cumprimento dos requisitos constantes no Anexo II do Reg. 216/2014.

Até à presente data não existe nenhuma exploração oficialmente reconhecida com condições de habitação controladas.

SIPACE (SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO PLANO DE APROVAÇÃO E CONTROLO DOS ESTABELECIMENTOS):

Os dados relativos à pesquisa de *Trichinella* devem ser introduzidos na base de dados SIPACE. Relativamente aos dados introduzidos na base de dados nacional pode-se observar o seguinte:

NCV	Matadouro	Animais Abatidos	Total Testados	% Testados
A 56	Corvo	69	66	95,65
A 87	Flores	221	0	0,00
A 88	São Miguel	21.710	2.392	11,02
A 89	Terceira	5.264	5.265	100,02
A 90	Graciosa	53	0	0,00
A 91	São Jorge	1.066	0	0,00
A 92	Faial	1.550	1.352	87,23
A 93	Santa Maria	583	184	31,56
A 94	Pico	705	98	13,90
Total		31.221	9.357	29,97

Através da análise dos dados da tabela acima podemos constatar o seguinte:

- Introdução da Totalidade dos dados – Terceira, Faial, Corvo e São Miguel.
- Introdução Parcial dos dados – Santa Maria e Pico
- Não introduzem dados – Flores, Graciosa e São Jorge

5 - LICENCIAMENTO DE FABRICO E VENDA DE ALIMENTOS MEDICAMENTOSOS E MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS FARMACOLÓGICOS E IMUNOLÓGICOS

Durante o primeiro semestre de 2014 foram atribuídas 3 autorizações de comercialização de medicamentos veterinários na Ilha Terceira, a dois estabelecimentos. Na Ilha do Pico foi atribuído este ano 2 autorizações a um estabelecimento que solicitou a comercialização de medicamentos veterinários. Na Ilha de São Miguel foi atribuída neste semestre uma autorização para comercialização de medicamentos veterinários. Encontram-se em avaliação 5 requerimentos com vista à atribuição e autorização pelo Sr. Diretor Geral de Alimentação e Veterinária, 4 da Ilha do Faial e 1 da Ilha de São Miguel.

6 - TRÂNSITO INTERNACIONAL

Esta gestão é de vital importância para o desenvolvimento tanto das relações comerciais como do controlo sanitário dos animais e produtos, numa época em que não existem fronteiras físicas entre os estados membros.

6.1 TRACES

O sistema TRACES permite uma melhoria no controlo de remessas introduzidas na R.A.A. com origem noutro Estado Membro ou num país terceiro. No primeiro semestre de 2013 foram detectadas tentativas de introdução de suínos por operadores ainda não autorizados e que foram de imediato contactados pelos serviços no sentido de evitar esta troca comercial. Por outro lado, decorrem com normalidade as introduções de abelhas/bombos e de pintos do dia. Em colaboração com a DGAV e outras regionais, o TRACES possibilita a detecção de irregularidades de emissão de certificados por parte de outro estado membro ou outros operadores de países terceiros, em tempo útil.

6.1 – Controlos Veterinários

6.1.1 – Controlos Veterinários das Fronteiras

6.1.1.1 – PIF – Posto de Inspeção Fronteiriço

Coordenadora Regional PIF Açores – Mónica Vieira

No arquipélago dos açores existem dois PIF – postos de inspeção fronteiriços: um no aeroporto João Paulo II, em São Miguel, e outro no porto de Ponta Delgada, em São Miguel. Estes dois PIF têm valências diferentes pelo que haverá mercadoria que poderá entrar através de um PIF que não entrará através de outro. Também existem dois pontos de entrada (PE), aeroportos João Paulo II e das Lajes, onde se efetuam controlos a animais de companhia sem cariz comercial e onde se controlam remessas pessoais de produtos de origem animal. Através das 3 Estações de Correios com Serviço Alfandegário são também realizados controlos a remessas pessoais.

Este semestre de 2014 foram apresentados 5 Pontos de Entrada nas Marinas da Região Autónoma dos Açores a saber:

1. Marina da Horta
2. Núcleo de Recreio Náutico das Lajes das Flores
3. Marina de Angra do Heroísmo
4. Marina de Praia da Vitória
5. Marina de Ponta Delgada

Foi ministrada uma formação específica e com forte componente prática com vista a preparar os técnicos que passarão a realizar serviço inspetivo nestes Pontos de Entrada. Prevê-se a organização de uma formação no âmbito do Latitude 32 para munir os inspetores de todas as ferramentas necessárias ao seu trabalho.

PIF – POSTO DE INSPECÇÃO FRONTEIRIÇO

No primeiro semestre de 2014 o PIF do porto de PDL recebeu 13 remessas de pescado congelado provenientes de países terceiros, que correspondem à introdução de 588281 kg daquele produto.

No primeiro semestre de 2014 o PIF do aeroporto de PDL recebeu 2 remessas de sémen congelado de bovino com origem nos Estados Unidos da América, correspondente a 758 unidades.

6.2.1.2 – Pontos de Entrada

Em 2014, nos pontos de entrada da R.A.A. registou-se a entrada de animais de companhia provenientes de um país terceiro à UE.

PONTO DE ENTRADA DO AEROPORTO JOÃO PAULO II – ILHA DE SÃO MIGUEL

proveniencia	espécie	Número de animais
E.U.A.	CANÍDEOS	32
	FELÍDEOS	3
CANADÁ	CANÍDEOS	38
	FELÍDEOS	3
Bermudas	canídeos	0
	total	76

PONTO DE ENTRADA DO AEROPORTO DAS LAJES – ILHA TERCEIRA

proveniencia	espécie	Número de animais
E.U.A.	CANÍDEOS	24
	FELÍDEOS	1
CANADÁ	CANÍDEOS	17
	FELÍDEOS	0
	total	42

6.2.1.3 – Pontos de Entrada – Remessas Pessoais

Ao abrigo do Regulamento (CE) nº206/2009 da Comissão de 5 de Março de 2009, relativo à introdução na Comunidade de remessas pessoais de produtos de origem animal e que altera o Regulamento (CE) nº136/2004 de 28 de Janeiro, são executados os devidos controlos na R.A.A. a remessas pessoais tanto nos aeroportos com PE como nos correios com Serviços Alfandegários.

Também a introdução de medicamentos veterinários ou PUV em Portugal devem respeitar o disposto no Decreto-Lei nº314/2009 de 28 de Outubro, que estabelece um código comunitário relativo aos medicamentos veterinários.

AEROPORTOS

No primeiro semestre de 2013 foram apreendidos no PE do aeroporto João Paulo II, 18kg de produtos alimentares cuja entrada está proibida na EU, e no PE das Lajes 51 kg, tendo sido consequentemente destruídos de acordo com o legalmente previsto.

CORREIOS

Os Serviços Alfandegários da Estação de Correios da Horta realizaram as seguintes apreensões sob parecer do SDAF:

5 embalagens de 50ml de medicamentos veterinários sem AIM com origem no Brasil

6.2.2 – Controlos Veterinários no Espaço Intracomunitário

Animais vivos e semen introduzidos na Região Autónoma dos Açores

MERCADORIA INTRODUZIDA	PAÍS DE ORIGEM	Quantidade de remessas enviadas para a raa no 1º semestre de 2014
animais vivos bovinos	Alemanha	
Animais vivos suínos	Alemanha	1
Animais vivos suínos	Espanha	1
animais vivos suínos	frança	2
animais vivos galos e galinhas	Espanha	17
Sémen bovino	Reino Unido	8
Sémen bovino	Itália	1

No primeiro semestre de 2014 apenas foram registados 3 controlos no TRACES, todos pelo SDASM e apenas à entrada de suínos segundo pesquisa automática no TRACES.

6.3 – Exportação para outros Estados Membros ou para Países Terceiros

6.3.1 – Certificados Intracomunitários produzidos na RAA para outro EM

No primeiro semestre de 2014 foram produzidos 18 certificados no TRACES.

16 certificados de bovinos vivos com destino a Espanha.

6 certificados de animais de companhia com cariz comercial: 4 remessas para a Alemanha, 1 remessa para Dinamarca e 1 remessa para França.

1 certificação de 96 invertebrados aquáticos, cnidários, com destino a Espanha.

6.3.2 – Exportação para Países Terceiros

EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

No primeiro semestre de 2014 foram feitas as seguintes trocas comerciais com países terceiros:

- 1.537.553,12 Kg de leite e lacticínios certificados pelo SDASM
- 20.47Kg de pescado refrigerado certificados pelo SDASM
- 10KG de pescado congelado certificados pelo SDASM
- 7166.13Kg de leite e lacticínios certificados pelo SDAT
- 10.631,50 Kg de pescado refrigerado certificados pelo SDAT
- 166120.391 Kg de leite e lacticínios certificados pelo SDASJ
- 370 Kg de queijadas da Vila Franca certificadas pelo SDASM
- 16.436 Kg de conservas de Atum certificadas pelo SDASJ
- 477.12 Kg de queijadas da Graciosa certificadas pelo SDAG

7 – SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL (SPOA) - APLICAÇÃO DAS REGRAS SANITÁRIAS RELATIVAS AOS SPOA NÃO DESTINADOS A CONSUMO HUMANO

É também matéria da competência da DHPV, a verificação do cumprimento dos requisitos legais relativos aos Subprodutos de Origem Animal que devem ser respeitados pelos Operadores.

A base de atuação é o Regulamento 1069/2009 de 21 de Outubro e Regulamento 142/2011 de 25 de Fevereiro, que aplica o Regulamento 1069/2009.

7.1 – ESTABELECIMENTOS APROVADOS PARA TRATAMENTO DE SUBPRODUTOS

ESTABELECIMENTOS APROVADOS DE SPOA						
Tipo SPOA	Operador económico	Enviado para DGAV	Enviado pela DGAV/NCV atribuído	Enviado para DRAIC	Enviado para SDA	Enviado pelo SDA
Categoria 3 - peles e couros	José António Tavares Silva	20-fev	04-mar/A 8075	10-mar	10-mar	
UTS categoria 3 - farinha peixe	Cofaco Açores - Pico	20-jan	13-fev/A 8033	18-fev	18-fev	

- Foi enviado a 2 de Maio, para todos os SDA's um ofício-circular n.º 10/DCCA/2014, de 28 de Abril da DGAV sobre a simplificação de procedimentos relativos aos documentos de acompanhamento dos subprodutos animais durante o transporte.
- Foi enviado para o IAMA c/c SDA's e DRAIC um ofício a 20 de Maio, sobre as Unidades de Manuseamento e Armazenamento de SPOA de Categoria 3 – Peles e Couros, nomeadamente com a lista de estabelecimento licenciados da RAA, sendo que apenas estes estão autorizados a comercializar este tipo de SPOA, pelo que só os operadores licenciados é que estão autorizados a receber este tipo de subproduto.
- Foi requerido a 12 de Maio e 30 de Maio o ponto de situação do NCV atribuído de forma condicionada aos estabelecimentos de SPOA – Peles e Couros – Humberto Silva e Organizações Diogo, nomeadamente se já estavam concluídas as alterações solicitadas aquando da vistoria conjunta de forma a proceder-se à atribuição do NCV definitivo, uma vez que a validade do NCV já foi ultrapassada.

- Foi enviado para todos os SDA's a 29 de Maio, modelos 376/DGAV, guias de acompanhamento de subprodutos de origem animais, e modelos 512/DGAV, para o registo de viaturas de transporte de SPOA não destinados ao consumo humano.
- Foi requerido a 12 de Junho o ponto de situação do NCV atribuído de forma condicionada ao estabelecimento de SPOA – Peles e Couros – José António Tavares Silva, nomeadamente se já estavam concluídas as alterações solicitadas aquando da vistoria conjunta de forma a proceder-se à atribuição do NCV definitivo, uma vez que a validade do NCV já foi ultrapassada.

8 – ALIMENTAÇÃO ANIMAL – POCAA

Técnico Responsável na DHPV - POCAA – Márcio Valadão

O Plano Nacional de Controlo da Alimentação Animal, campanha de 2014, ainda não teve o seu início oficial uma vez que a DGAV não reencaminhou a distribuição regional de colheitas a analisar. Por este motivo, no primeiro semestre de 2014 apenas foram colhidas amostras de matéria prima, vinda de países terceiros, que deu entrada nos PIF's da Região.

5 AMOSTRAS COLHIDAS NO PIF DO PORTO DE PONTA DELGADA

9 – PLANO NACIONAL DE PESQUISA DE RESÍDUOS – PNPR

Técnico Responsável na DHPV – PNPR – Márcio Valadão

O Plano Nacional de Controlo de Resíduos, campanha de 2014, teve início em Abril já com o Plano oficial enviado pela DGAV.

No primeiro semestre foram colhidas 11 amostras distribuídas pelas seguintes Ilhas:

- Terceira 5
- São Jorge 3
- Flores e Corvo 3

10 – PLANO NACIONAL DE CONTROLO OFICIAL NA PRODUÇÃO DE LEITE CRU – PCOL

- Reunião de Coordenadores PCOL – 30 Janeiro 2014;
- Sessão esclarecimento PCOL em Santa Bárbara (Terceira) – 30 Janeiro 2014;
- Elaboração de novas minutas de notificações aos produtores com limites de mgCCs e/ou mgCMT acima do legalmente estipulado;
- Sessão esclarecimento PCOL em S. Sebastião (Terceira) – 28 Fevereiro 2014

10.1 – BALANÇO mgCCS E mgCMT NA RAA

	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril			Maio			Junho		
	CCS	CCS	CMT	CCS	CCS	CMT	CCS	CCS	CMT	CCS	CCS	CMT	CCS	CCS	CMT	CCS	CCS	CMT
TER	145	19 (7)	49	120	16 (6)	41	110	16 (4)	42	99	12 (6)	53	91	14 (7)	51	97	13 (7)	54
GRA	9	0	4	6	0	1	6	0	2	4	0	3	5	1	1	7	0	1
Pico	10	4 (2)	5	9	4 (2)	7	6	4 (2)	14	7	3 (2)	12	8	3 (2)	12	10	2	15
S. J.*	0	3	5	0	1	3	0	0	6	0	2	6	0	2	3	0	1	4
Faial	29	7 (2)	20	30	3 (1)	18	24	3 (1)	15	23	2	11	19	2	12	16	2	22
Flores	2	1	6	2	1	5	2	1	4	2	1	5	4	1	5	2	1	1
S. M.	174	20 (9)	46	163	19 (8)	31	143	13 (7)	26	132	18 (7)	32	113	16 (6)	28	105	16 (4)	36

mgCCS > 400.001 e < 750.000; mgCCS ≥ 750.001 (mgCCS ≥ 1.000.000); mgCMT > 100.000

* mgCCS > 400.001 e mgCCS > 750.000

Durante o 1º semestre de 2014, com base nos valores acima descritos (mgCCS e/ou mgCMT), foram enviadas as seguintes notificações:

ILHA	1ª	2ª	3ª	4ª
Terceira	13	118	24	0
Graciosa	12	6	3	23
Pico	0	0	0	0
S. Jorge	0	0	0	0
Faial	40	15	8	1
S. Miguel	193	127	84	619
Flores	14	12	6	0

10.2 – EXECUÇÃO NA RAA

ILHA	Explorações	DS.E	A.R.	Suspensões	Postos	DS.PR
Terceira	103	26	0	0	0	0
Graciosa	23	12	11	0	1	1
Pico	3	0	0	0	0	0
S. Jorge	23	21	0	0	0	0
Faial *	50	14	27	1	0	0
S. Miguel	2	1	0	0	0	0
Flores	18	8	5	0	0	0

*resultados até Maio

10.3 – CONTROLO DE MATÉRIA PRIMA

• RESÍDUOS DE INIBIDORES ANTIBIÓTICOS

ILHA	MÊS						Total 2014
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	
Terceira	0	1	1	0	0	1	3
Graciosa	0	1	0	0	0	0	1
Pico	0	0	0	0	0	0	0
S. Jorge	0	0	1	0	0	0	1
Faial	0	0	0	0	0	0	0
Flores e Corvo	0	0	1	0	0	0	1
S. Miguel	3	3	2	0	0	3	11
Total	3	5	5	0	0	4	17

ILHA	TOTAL 1º SEMESTRE	PROCESSOS CONCLUÍDOS	DOCUMENTAÇÃO	AUTOS DE NOTICIA
TERCEIRA	3	?	SEM INQUÉRITOS	0
GRACIOSA	1	Instrução	OK	1
PICO	0			0
S. JORGE	1	0	OK	0
FAIAL	0			0
FLORES	1	0	OK	0
S. MIGUEL	11	1	OK	0

• RESÍDUOS DE INIBIDORES NÃO ANTIBIÓTICOS – CONSERVANTES

ILHA	MÊS						Total 2014
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	
Terceira	3	0	0	2	0	0	5
Graciosa	0	0	0	0	0	0	0
Pico	0	0	0	0	0	0	0
S. Jorge	2	0	0	0	0	1	3
Faial	0	1	0	0	0	0	1
Flores	0	0	0	0	0	0	0
S. Miguel	0	0	0	0	0	2	2
Total	5	1	0	2	0	3	11

ILHA	TOTAL 1º SEMESTRE	PROCESSOS CONCLUÍDOS	DOCUMENTAÇÃO	AUTOS DE NOTICIA
TERCEIRA	5	0	?	0
GRACIOSA	0			0
PICO	0			0
S. JORGE	3	0	S/ DECISÃO	0
FAIAL	1	1	OK	0
FLORES	0			0
S. MIGUEL	2	0	?	0

11 – PLANO DE CONTROLO OFICIAL A NAVIOS DE PESCA – PCON

A coordenação encontra-se a fazer uma revisão ao PCON - Plano de controlo das embarcações de pescas, assim como de toda a documentação anexa para os próximos 2 anos. Com esta nova revisão a determinação da frequência das vistorias vai passar a ser realizada em função do grau de cumprimento atribuído à embarcação de pesca aquando da vistoria, à semelhança do que acontece com o PCOSEVAA. Assim sendo, a coordenação tem trabalhado na compilação e atualização dos dados enviados pelos Serviços de Ilha e respetiva execução de modo a ser possível realizar a revisão PCON tal como programada.

Até à conclusão da revisão programada para 2014, foram dadas orientações aos Serviços de Ilha para darem continuidade ao Plano no molde do previsto na última revisão (2012/2013), e dos objetivos definidos:

- Objetivo 1 - Pretendia-se que todas as embarcações tivessem sido alvo de uma vistoria até final de 2013 e até à conclusão da revisão programada 2014;
- Objetivo 2 - Continuação do acompanhamento das embarcações já controladas tendo como objetivo mínimo a vistoria a 10% das embarcações;

Até à data da elaboração deste Relatório a coordenação apenas recebeu dados sobre a execução no PCON , 1º semestre de 2014, de duas Ilhas Faial e São Miguel. Esses dados foram acrescentados à tabela seguinte que traduz a execução PCON desde 2010 até ao 1º semestre de 2014, por ilha .

Foram ainda realizadas no 1ª semestre pela coordenação as seguintes ações PCON:

- Reunião Prática Ilha Terceira intitulada Inspeção sanitária dos Produtos da Pesca e PCON (08 de Abril de 2014).
- Acompanhamento da auditoria nº 13/DGAV/NA/2014, na Direção de Serviços de Veterinária da Região Autónoma dos A, de 12 a 16 de Maio de 2014, para efeitos de

examinar o tema Pescado :embarcações de Pesca, Inspeção Higió-Sanitária, Planos de aprovação e controlo de estabelecimentos.

Serviço de Desenvolvimento Agrário	Nº de Embarcações (revisto 2013/1º semestre 2014)	Vistorias realizadas					% de execução	
		2010	2011	2012	2013	2014	Objetivo 1 (2010/2011/2012/2013/1º semestre 2014)	Objetivo 2 (2012/2013/1º semestre 2014)
Santa Maria	30	0	0	0	30	0	100%	–
São Miguel	222	193	2	4	0	31	91%	12%
Terceira	127 ¹	9	91	1	4	0	76%	3%
Graciosa	38	4	29	0	8	0	100%	21%
São Jorge	32	0	32	7	0	0	100%	22%
Pico	96 ²	0	0	0	0	0	0%	–
Faial	63 ³	7	45	9	15	2	100%	35%
Flores e Corvo	30	3	25	2	4	0	100%	20%

H - SETOR JURÍDICO DA DSV

O sector jurídico da Direção de Serviços de Veterinária desenvolve a sua atividade nos seguintes domínios: análise e apoio à instrução de processos de contra-ordenação, apoio jurídico aos diversos setores da Direção de Serviços de Veterinária, apoio jurídico à Direção Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, apoio jurídico aos diversos Serviços de Desenvolvimento Agrário de Ilha, elaboração de propostas de diplomas legislativos e regulamentares e emissão de pareceres em vários projetos legislativos.

Durante o primeiro semestre do ano de 2014 foram executadas entre outras as seguintes ações:

Processos de contra-ordenação

- Apoio jurídico e elaboração de pareceres no âmbito dos processos de contra-ordenação instruídos pelos intrutores nos Serviços de Desenvolvimento Agrário de Ilha;
- Análise dos processos de contra-ordenação da competência da Direção Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural.
- Preparação dos processos de contra-ordenação para nomeação de instrutor pela Diretora Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural e envio dos mesmos para o respetivo Serviço de Desenvolvimento Agrário;
- Preparação dos processos de contra-ordenação para decisão final dos mesmos pela Diretora Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- Preparação e colaboração com os técnicos informáticos na elaboração de um programa de gestão de processos de contra-ordenação que funcionará não apenas como uma mera base de dados, mas igualmente como uma ferramenta para a gestão, instrução e consulta, que se perspetiva estar operacional até ao final do ano de 2014 e que substituirá a atual base de dados.

É muito necessário a afetação de um jurista ao Serviço de Desenvolvimento Agrário de São Miguel, de modo a agilizar os processos de contra ordenação que decorrem naquela Ilha.

Projetos legislativos e protocolos

- Elaboração de proposta de Protocolo de cooperação entre a DRADR e a Associação Portuguesa de Criadores de Bovinos de Raça Charolesa com vista à crescente implementação do Livro Genealógico Português da Raça Bovina Charolesa na Região Autónoma dos Açores;
- Elaboração de proposta de Protocolo de cooperação entre a DRADR e a Associação Portuguesa de Criadores de Raça Bovina Limousine com vista à crescente implementação do Livro Genealógico Português da Raça Bovina Limousine na Região Autónoma dos Açores;
- Elaboração de proposta de Protocolo entre a Secretaria Regional dos Recursos Naturais e a CALF – Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial, CRL., para a recolha dos troncos cerebrais de bovinos com mais de 48 meses de idade e de ovinos e caprinos com mais de 18 meses de idade acidentalmente mortos nas explorações localizadas na ilha do Faial;
- Elaboração de proposta de Protocolo entre a Secretaria Regional dos Recursos Naturais e a Associação dos Jovens Micaelenses, para a recolha dos troncos cerebrais de bovinos com mais de 48 meses de idade e de ovinos e caprinos com mais de 18 meses de idade acidentalmente mortos nas explorações localizadas na ilha de São Miguel;

- Elaboração de proposta Protocolo entre a Secretaria Regional dos Recursos Naturais e a Associação de Agricultura da Ilha do Pico, para a recolha dos troncos cerebrais de bovinos com mais de 48 meses de idade e de ovinos e caprinos com mais de 18 meses de idade acidentalmente mortos nas explorações localizadas na ilha de Pico;
- Elaboração de proposta de Decreto Legislativo Regional sobre centros de atendimento médico-veterinária;
- Elaboração de proposta de Portaria relativa a apoio financeiro à aquisição e transporte de reprodutores bovinos de raça brava machos e fêmeas com vista à melhora genética da população bovina brava;
- Elaboração de proposta de Portaria de alteração à Portaria n.º 17/2008, de 14 de fevereiro, que determina as indemnizações a pagar pelo abate sanitário de bovinos;
- Elaboração de proposta de Portaria de alteração à Portaria n.º 82/2011, de 3 de outubro, que determina as indemnizações a pagar pelo abate sanitário de bovinos;
- Elaboração de proposta de Portaria de alteração à Portaria n.º 23/2008, de 13 de março, que estabelece a atribuição de uma comparticipação financeira aos proprietários de animais bovinos exclusivamente de raça brava atingidos por Paratuberculose;
- Elaboração de Portaria que atribui uma comparticipação financeira aos proprietários de bovinos rejeitados para consumo e abatidos em consequência da deteção de neoplasias, quer em exame Ante-Mortem, quer em inspeção Post-mortem;
- Elaboração de propostas de Despachos de delegação de competências.

Outros assuntos

- Instrução de processo disciplinar;
- Elaboração de diversos pareceres em diversas áreas de atuação da DSV;
- Colaboração em diversas questões pontuais em que foi necessário apoio jurídico;
- Participação em diversas reuniões com intervenientes quer da Direção de Serviços de Veterinária, quer da Direção Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, ou, ainda, com intervenientes externos à referida Direção Regional, no âmbito das atividades supra referenciadas.

I – AUDITORIAS

A fim de permitir aos cidadãos da União Europeia um alto nível de saúde humana, animal e vegetal e garantir o funcionamento do mercado interno, a legislação da UE prevê um conjunto de regras harmonizadas que se destinam a prevenir, eliminar ou reduzir o risco para a saúde humana, para os animais e para as plantas, que pode surgir ao longo da «cadeia alimentar».

Estas regras destinam-se, assim, a garantir que os produtos são seguros e aptos para o consumo humano sem perder de vista a informação do consumidor ou as práticas leais de comércio.

Para alcançar os mencionados objetivos, os Estados-membros encontram-se obrigados a garantir a aplicação das regras vigentes, designadamente, através da organização de controlos oficiais.

Os controlos oficiais incluem controlos de rotina e controlos mais intensivos como sejam as inspeções ou as auditorias, entre outros.

E, se a nível comunitário é necessário estabelecer um quadro harmonizado para a organização desses controlos, por maioria de razão, cada Estado-membro deverá igualmente adotar regras harmonizadas para a realização daqueles em todo o seu território.

Deste modo, cada Estado-membro deve assegurar a uniformidade da atuação dos serviços oficiais, dado que esta é uma condição determinante para a eficácia e coerência do sistema de controlo oficial, contribuindo para o reconhecimento externo da validade dos procedimentos implementados.

A realização dos controlos oficiais de acordo com as mesmas normas e os mesmos procedimentos, em todo o território nacional é, pelas razões expostas, crucial para o país.

A Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) tem por missão a execução e avaliação das políticas de segurança dos alimentos, de proteção animal e de sanidade animal, proteção vegetal e fitossanidade, sendo investida nas funções de autoridade sanitária veterinária e fitossanitária nacional e de autoridade responsável pela gestão do sistema de segurança alimentar.

Por isso, a DGAV é responsável, pelas garantias sanitárias oferecidas em todo o território nacional, respondendo perante as instituições europeias e perante os governos dos diversos países que são parceiros comerciais.

Por seu lado, a Direção Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (DRADR) é o departamento que na Região Autónoma dos Açores define e executa a política regional nos setores agrícola, pecuário, florestal e das pescas.

Encontrando-se, assim, a cargo da DRADR, naquela Região, a implementação e execução dos planos nacionais de controlo oficial nas áreas da segurança dos alimentos, da proteção animal e da sanidade animal, da proteção vegetal e da fitossanidade.

Mas, para obter o reconhecimento externo da validade dos procedimentos implementados em Portugal, importa que os procedimentos executados na Região Autónoma dos Açores, se encontrem harmonizados com os procedimentos aplicados no restante território nacional.

Tendo em vista alcançar aquele desiderato, a Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, representada pela sua Diretora Geral, Professora Doutora Maria Teresa Villa de Brito e a Direção Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, representada pela sua Diretora Regional, Eng.^a Fátima da Conceição S.S. Amorim, celebraram um protocolo sendo de salientar:

1- A execução dos planos de controlo oficial na Região Autónoma dos Açores será objeto de auditorias internas.

2 - As auditorias a que se refere o número anterior serão realizadas de acordo com o Manual de Procedimentos de auditorias internas em vigor na DGAV, por equipas constituídas por representantes do Núcleo de Auditorias (NA) da DGAV e da Direção de Serviços de Veterinária (DSV) da DRADR, o qual foi criado no dia 9 de Outubro de 2013.

3 - O NA da DGAV e a DSV da DRADR elaborarão uma proposta de calendarização das auditorias, a qual será submetida a aprovação da Diretora Geral de Alimentação e Veterinária e da Diretora Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural, respetivamente.

Desde o início deste protocolo (2013) já foram efetuadas 5 Auditorias, estando a última de 2014 programada para Outubro, nas Ilhas Terceira e Graciosa, conforme quadro abaixo.

11 A 15 Novembro 2013	COORD.	João Luís Afonso	Verificação do cumprimento da legislação aplicável a Carnes Frescas de Animais de Talho, Leite e seus Produtos	Nº da auditoria 24	R. A. AÇORES
	TÉC.REGIÃO	Célia Mesquita Ana Carina Mónica Vieira José Ventura			
	TÉC. DGAV	António Rosinha			
7 A 11 Abril 2014	COORD.	João C. Barata	Programas de Erradicação da Tuberculose/Brucelose Bovina e Programas de Monitorização da Leucose Bovina e da Bruceloses dos Pequenos Ruminantes (Terceira- Ana Silva e São Miguel - José Ventura)	Nº da auditoria 25	R. A. AÇORES
	TÉC.REGIÃO	Ana Silva José Ventura			
	TÉC. NA	A. Rosinha			
12 A 16 Maio 2014	COORD.	Graça Amaral	Pescado: Navios; Inspeção Higio-Sanitária e Plano de Aprovação e Controlo de Estabelecimentos (São Miguel- Mónica e Faia- Ana Carina)	Nº da auditoria 13	R. A. AÇORES
	TÉC.REGIÃO	Ana Carina Mónica Vieira			
	TÉC. DGAV	Maria Antónia Sousa (DSVARN)			
07 A 11 Julho 2014	COORD.	Ana Taveira	Bem-estar animal (Bovinos e aves) e Salmonelas (Programas Nacionais de Controlo) (São Miguel-José Ventura e Pico- 0)	Nº da auditoria 19	R. A. AÇORES
	TÉC.REGIÃO	José Ventura			
	TÉC. DGAV	Alexandra Fernandes (DSAVRLVT)			
13 A 17 Outubro 2014 a efetuar	COORD. TÉC.REGIÃO TÉC. DGAV	João Afonso Ana Carina Célia Mesquita Costa Abreu	Plano Oficial de Controlo de Leite Cru (Terceira- Ana Carina e Graciosa- Célia Mesquita)	Nº da auditoria 9	R. A. AÇORES

Em relação à classificação das constatações e conclusões, segue um resumo das várias Auditorias Internas.

AUDITORIA N.º 25/DGAV/NA/2014, NA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE VETERINÁRIA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES, DE 07 A 11 DE ABRIL DE 2014 PARA EFEITOS DE EXAMINAR OS TEMAS “**PROGRAMAS DE ERRADICAÇÃO DA TUBERCULOSE E BRUCELOSE BOVINA E PROGRAMAS DE MONITORIZAÇÃO DA LEUCOSE BOVINA E DA BRUCELOSE DOS PEQUENOS RUMINANTES.**”

- CP – 29
- Obs – 9
- Ncm –10
- Conclusões: 1 QS e 1 S

RF com 11 Recomendações:

AUDITORIA N.º 13/DGAV/NA/2014, NA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE VETERINÁRIA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES, DE 12 A 16 DE MAIO DE 2014, PARA EFEITOS DE EXAMINAR O TEMA PESCADOS: “**NAVIOS, INSPEÇÃO HIGIO-SANITÁRIA, PLANO DE APROVAÇÃO E CONTROLO DE ESTABELECIMENTOS.**”

Foi elaborado apenas o Relatório Preliminar com:

- CP – 19
- Obs – 7
- Ncm –15
- Conclusões: 1 NS; 2 S e 1 MS

J – REUNIÕES, AÇÕES DE FORMAÇÃO E VISITAS

Participantes da DSV/DRADR	Outros participantes	Objetivo/Tema	Data	Local
Paula Vieira, Miguel Amorim e Maria Manuela Alves	Marlene Diniz, Sandra Costa e Cristina Gourmett (IFAP); Joana Godinho (INIAV); Susana Freitas e José Neves (DGAV); Técnicos das DRAPS	Reunião sobre o Despacho Normativo nº 1/2014, que estabelece as regras complementares de aplicação do PAN 2014-2016	08-01-2014	IFAP - Lisboa
Paula Vieira, Miguel Amorim e Maria Manuela Alves	Isabel Martins e Inês Vacas (GPP)	Reunião sobre o Despacho Normativo nº 1/2014, que estabelece as regras complementares de aplicação do PAN 2014-2016	08-01-2014	GPP - Lisboa
Fátima Amorim, Hernâni Martins, Lídia Flor, Cristina Lima		Reunião da DSV	08-01-2014	DRADR - Terceira
Fátima Amorim, Hernâni Martins, Márcio Valadão, António Pires, Paula Vieira e Luís Soares	Carlos Neves e Luís Mendes (Digidelta)	Reunião para definição dos trabalhos a realizar pela Digidelta no ano de 2014	10-01-2014	DRADR - Terceira
Fátima Amorim, Hernâni Martins, Cristina Lima, Prof. Artur Machado, Dr. Veiga Maltês, Dr. Mota, Dr.ª Filomena Afonso, Dr. Mário Barbosa, Paulo Caetano Ferreira e outras personalidades pertencentes à AACPonei Terceira		Reunião	16-01-2014	DRADR - Terceira
Fátima Amorim, Hernâni Martins, Cristina Lima, José Leonardo,	Prof. Artur Machado, Dr. Veiga Maltês, Dr. Mota, Dr.ª Filomena Afonso, Dr. Mário Barbosa, Paulo Caetano Ferreira e outras personalidades pertencentes à AACPonei Terceira e representantes dos Centros Hípicos da Terceira	Sessão de esclarecimento sobre identificação de equídeos	16-01-2014	DRADR - Terceira
Hernani Martins, Lídia Flor, Paula Vieira, Francisco Lima e José Paulo Lima	José de Jesús (CZ Veterinária)	Reunião sobre aquisição de tuberculinas, de vacina RB51, antígeno de Rosa de Bengala e vacina Sirilum para 2014	22-01-2014	DRADR - Terceira
Fátima Amorim, Hernâni Martins, Cristina Lima, Mónica Bugalho	Manuela S. João, José Dias e Luisa Silva	Funcionamento DSV/ SDA Pico	23-01-2014	S. Roque – SDA Pico
Fátima Amorim, Hernâni Martins, Cristina Lima, Manuela S. João	Associação de Agricultores da Ilha do Pico, Presidente Renato Vieira	POSEI, gasóleo agrícola, contraste leiteiro, secretário técnico da raça Simmental e outros assuntos	23-01-2014	S. Roque – SDA Pico
Maria cristina Lima	DGAV, DSV do Continente e Secretários técnicos de todos os LG do País	Reunião Plano Nacional dos recursos Genéticos	27-01-2013	DGAV- Oeiras

Hernani Martins, Paula Vieira, Nuno Salvador, João Machado, Márcio Valadão, Lúcia Flor, Valentina Santos, Isabel Pinheira, Ana Carina Coimbra, Francisco Lima, José Vielmino Ventura, Cátia Pereira, Fernando Porto e António Miguel Bezerra		Formação sobre Alimentação Animal, ministrada pelo Dr. José Manuel Costa da DGAV	27-01-2014	DRADR - Terceira
Maria cristina Lima, José Leonardo e João Machado	Manuel Silveira - Ruralbit	Reunião melhoramento da base de dados: IA Açores, Registo Zootécnico da Raça Brava dos Açores.	04-02-2014	DSV/DRADR
Maria Cristina Lima	Paulo Costa, Federação Agrícola dos Açores	Reunião de trabalho sobre LG Angus e carne IGP	05-02-2014	DSV/DRADR
Hernâni Martins, Paula Vieira, Lúcia Flor, Francisco Lima, João Gouveia, Dagmar Sampaio e Rui Pedroso	João Lança (IAMA); Maria José Pinto e Luísa Ramalho (DGAV); Elias Gross e Shmuel Zamir (representantes dos Serviços Veterinários Oficiais de Israel)	Missão Veterinária Israelita aos Açores	10 a 12-02-2014	S. Miguel e Terceira
Maria Cristina Lima	Gabinete dos Recursos Genéticos	Reconhecimento do Ponei da Terceira como Raça Autoctone	13-02-2014	DGAV - Lisboa
Maria Cristina Lima	DGAV e todas as DSV do Continente	Reunião sobre Plano de Proteção Animal	14-02-2013	DGAV - Lisboa
Hernâni Martins e Maria Cristina Lima	Prof Artur Machado e Paulo Caetano Ferreira	Ponei da Terceira e as medidas do PRORURAL	18-02-2014 24-02-2014	DSV/DRADR
Hernâni Martins, Márcio Valadão, Mónica Vieira, Paula Vieira, Francisco Garrett, João Dutra		Reunião da DSV sobre Sanidade Animal - Avaliação do trabalho efetuado e preparação do ano de 2014	26-02-2014	DRADR - Terceira
Fátima Amorim, Hernâni Martins, Cristina Lima, Lúcia Flôr		Reunião da DSV	08-03-2014	DRADR - Terceira
Maria Cristina Lima	Chefes Ilha....		11-03-2014	DRADR - Terceira
Maria Cristina Lima	Chefes ilha	GERFIP	12-03-2013	DRADR - Terceira
Maria Cristina Lima, Armanda, Alda Correia, Cristina Roque e Ana		Reunião para discussão da medida 10.2 PRORURAL	13-03-2014	DRADR - Terceira

Fátima Amorim, Hernâni Martins, Paula Vieira, Lúcia Flor, Marco Barros, Sandrine Resende	Patrícia Santos (DGAV); Conceição Lourenço e Carla Pires (IFAP); Ilse Van Rompuy e Laurance Madoux (Auditoras da UE), Vera e Margarida (Tradutoras)	Missão Financeira da Comunidade Europeia ao Plano de Erradicação da Brucelose Bovina de 2011 e 2012	19 e 20-03-2014	DRADR e LRV - Terceira
Hernâni Martins, Paula Vieira, Lúcia Flor e Marco Barros		Reunião para revisão de procedimentos no âmbito do Programa de Erradicação da Brucelose Bovina	28-03-2014	LRV - Terceira
Hernâni Martins, Paula Vieira, Francisco Garrett, Francisco Lima e Luís Soares		Reunião de preparação da Auditoria da DGAV aos Programas de Erradicação da Tuberculose Bovina e aos Programas de Monitorização da Leucose Bovina e da Brucelose dos Pequenos Ruminantes	02-04-2014	SDAT - Terceira
Hernâni Martins, Paula Vieira, Francisco Garrett, Francisco Lima, Luís Soares, José Ventura e Ana Silva	António Rosinha e João Barata (DGAV)	Auditoria aos Programas de Erradicação da Brucelose e Tuberculose Bovinas e de Monitorização da Leucose Bovina e Brucelose dos Pequenos Ruminantes	8 e 9-04-2014	SDAT - Terceira
Hernâni Martins, Paula Vieira, Francisco Garrett, Francisco Lima, Luís Soares, José Ventura, João Gouveia, Ana Silva, Rita Soares, Sofia Pacheco, Henriqueta Veríssimo	António Rosinha e João Barata (DGAV)	Auditoria aos Programas de Erradicação da Brucelose e Tuberculose Bovinas e de Monitorização da Leucose Bovina e Brucelose dos Pequenos Ruminantes	10 e 11-04-2014	SDASM - S. Miguel
Fátima Amorim, Hernâni Martins, Cristina Lima, Lúcia Flor, Andrea Cara D'Anjo e Paula Vieira		Matérias da DSV	21-04-2014	DRADR - Terceira
Fátima Amorim, Hernâni Martins, Andrea Cara D'Anjo, Lúcia Flor, Maria Cristina Lima e Paula Vieira		Reunião de preparação da reunião com o SDASM sobre vários constrangimentos na execução dos Planos coordenados pela DSV	21-04-2014	DRADR - Terceira
Fátima Amorim, Hernâni Martins, Andrea Cara D'Anjo, Lúcia Flor, Maria Cristina Lima, Paula Vieira, João Gouveia e Dagmar Sampaio		Reunião para avaliação de vários constrangimentos do SDASM no âmbito da execução dos Planos coordenados pela DSV	22-04-2014	DRADR - Terceira
Hernâni Martins, João Reis, João Mendes, Gustavo Ramos e Paula Vieira		Reunião sobre SNIRA - prémio aos bovinos machos	23-04-2014	DRADR - Terceira
Maria Cristina Lima, Nuno Salvador e Vânia Coelho	Associação Agrícola de S. Miguel, Terceira, Faial e técnicos da APCRF	Bovinfor	05-05-2014	AAS. Miguel
Paula Vieira		Formação BTSF "Health and Disease Prevention of Bees"	6 a 9-5-2014	Praga - República Checa
Maria Cristina		Curso BTSF - Welfare in pigs	13 a 15 -05-2014	Dinamarca

Gustavo Ramos, Paula Vieira, João Reis e João Mendes		Reunião sobre SNIRA - prémio aos bovinos machos	14-05-2014	DRADR - Terceira
Hernâni Martins, Maria Cristina Lima, Mónica Vieira, Paula Vieira, Márcio Valadão e Manuela Oliveira		Introdução à colega Manuela Oliveira do SDAP das várias áreas de trabalho da DSV e dos SDA's	20 e 21-05-2014	DRADR - Terceira
Hernâni Martins, Maria Cristina Lima, Mónica Vieira, Paula Vieira, Márcio Valadão e Manuela Oliveira		Introdução à colega Patrícia Figueiredo do SDAP das várias áreas de trabalho da DSV e dos SDA's	22 e 23-05-2014	DRADR - Terceira
Maria Cristina Lima e José Leonardo	Vários técnicos dos SDA's e centros Hipicos	Curso de Identificação de Equídeos ministrado pela DSGAV	02-06-2014	SDA da Terceira
Maria Cristina Lima	Vários técnicos dos SDA's e centros Hipicos	Curso de Identificação de Equídeos ministrado pela DSGAV	03-06-2014	AEquestre de S. Miguel
Maria Cristina Lima e Nuno Salvador	Contraste Leiteiro, inseminação artificial	Gabinete dos Recursos Genéticos	19-06-2014	DGAV - Lisboa
Maria Cristina Lima	DGAV e todas as DSV do Continente	Plano de proteção Animal	20-06-2014	DGAV - Lisboa
Maria Cristina Lima	APCRF - Samuel Pinto	Bovinfór e outras ações da APCRF nos Açores	21-06-2014	Hotel Camões, S. Miguel

O Diretor de Serviços de Veterinária

Hernâni Dantas César Martins
Médico Veterinário